

16



**Centro Logístico
do Algarve**

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020

NF
P

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten marks: a blue checkmark and the letters "NF" in black ink.

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
3. AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2017-2021	5
4. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES	15
5. ATIVIDADE DA EMPRESA	16
5.1. Ocupação Comercial	16
5.2. Marketing Institucional	17
5.3. Atividade Operacional	20
5.4. Sistemas de Informação	21
5.5. Eficiência de Recursos e Responsabilidade Ambiental	22
5.6. Capital Humano	24
6. Responsabilidade Social	25
7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	27
8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	28
8.1. Performance Económica.....	28
8.2. Posição Financeira.....	34
9. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	37
10. OUTRAS INFORMAÇÕES	38
11. FACTOS SUBSEQUENTES (IMPACTO COVID-19).....	38
12. PERSPETIVAS FUTURAS.....	42
AGRADECIMENTOS.....	44
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	46

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2020, mais de nove meses ficam marcados com os efeitos da pandemia por Covid-19. Neste período, o trabalho determinado da nossa equipa e a flexibilidade das nossas operações permitiram-nos sermos ágeis e criativos na adaptação necessária, em condições especialmente complexas.

Ao longo deste ano, a força do nosso balanço tornou possível que não perdéssemos, na urgência do curto prazo, a perspetiva do longo prazo e que nos mantivéssemos firmes nas prioridades estratégicas definidas.

Antecipámos as condicionantes do mercado, respondemos às necessidades dos nossos clientes com acrescida disponibilidade, flexibilizando os horários de funcionamento e reforçando a assertividade comercial e mantivemos o nosso plano de investimentos.

Apesar da dureza dos tempos que vivemos, acreditamos que estamos hoje mais bem preparados do que há nove meses para lidar com as exigências da realidade do mercado e para continuar a crescer de forma sustentável.

Contudo, estamos conscientes de que a incerteza permanece muito elevada e que o próximo ano estará ainda condicionado pelas restrições à mobilidade e pela falta de confiança e capacidade de compra, derivado do momento único que se vive a nível mundial.

Tal como afirmámos o ano passado, no final de 2015, o Mercado Abastecedor da Região de Faro, pese embora tenha mantido sempre alguma dinâmica comercial, ainda que marcada pela sazonalidade, enfrentava problemas ao nível dos rendimentos, contestação dos Operadores à gestão e alguns conflitos entre eles, consubstanciados em protestos e num abaixo-assinado, a par de a MARF, S.A. ter os capitais próprios negativos, problema que há anos se verificava sem que existisse um plano para solução do problema.

O seu volume de negócios era de 1 milhão 136 mil euros, com 460 mil euros de gastos operacionais, para um EBITDA de 906 mil euros e um resultado líquido de 285 mil euros.

A sua dívida financeira líquida era de 17 milhões 780 mil euros, os capitais próprios eram negativos em 6 milhões 995 mil euros, com uma rentabilidade negativa de 4,1% e uma dívida financeira face ao EBITDA de 19,6.

Hoje, é evidente que com as ações desencadeadas logo após o início de funções por parte deste Conselho de Administração, ao nível do diálogo com os Operadores e clientes e subsequente resolução dos conflitos existentes bem como com a implantação de uma nova metodologia de funcionamento do Pavilhão do Mercado, origem dos conflitos, não existem problemas com clientes e clientes dos clientes. Antes pelo contrário.

Foi um início de mandato exigente e desafiante, mas que permitiu criar condições para alavancar o crescimento do Mercado.

De facto, em resultado dos objetivos fixados bem como das estratégias definidas, em especial na aposta no eixo da logística e transportes assim como numa maior visibilidade e assertividade comercial, cumpre-nos informar, quando encerramos contas do exercício de 2020, que a MARF, S.A. reforçou, neste período, a sua rentabilidade operacional e a solidez da sua estrutura financeira. Pese embora a exigência da pandemia e da recessão que afetam e muito a região e a empresa.

Aí, no plano financeiro, merece especial destaque, nunca é demais reiterar, o trabalho desenvolvido, em conjunto com os acionistas da MARF, S.A., que viabilizou a concretização da operação de recapitalização da sociedade, colocando os capitais próprios num patamar que permitiu à empresa sair do enquadramento do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Só a excecional relação com a Câmara Municipal de Faro permitiu este resultado.

Excecional relação que se consubstanciou, igualmente, no apoio dado à solução dos conflitos que encontramos assim como na definição e implementação de uma gestão rigorosa dos gastos operacionais, embora com reforço em áreas essenciais ao bom funcionamento do Mercado, a par de um reforço da dinâmica promocional e comercial. E, em 2020, aguentar o impacto da recessão.

Esta ação permitiu aumentar as taxas de ocupação do Mercado, potenciando as oportunidades e vantagens proporcionadas pela recuperação da economia.

O bom desempenho das vendas, traduzido num aumento do volume de negócios reflete, em grande parte, o retorno do investimento na atratividade e promoção da oferta comercial do MARF e dos serviços prestados bem como um posicionamento, a que urge dar continuidade, mais próximo junto dos nossos potenciais clientes e dos clientes dos nossos clientes.

Hoje, o volume de negócios da MARF, S.A., atingiu um milhão e meio de euros, aumentando 31% face a 2015, com 548 milhares de euros de gastos operacionais (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), para um EBITDA de 989 milhares de euros e um resultado líquido de 518 milhares de euros (+82% desde 2015).

A sua dívida financeira líquida é de 2 milhões 845 mil euros, os capitais próprios são positivos em 11 milhões e 985 mil euros, com uma rentabilidade positiva de 4,3% e uma dívida financeira face ao EBITDA¹ de 3,2x.

Em suma, existiu um reforço da capacidade operacional e da solidez financeira da empresa. Pese embora a pandemia tenha afetado a empresa.

O que permitiu dar cumprimento aos compromissos de natureza financeira em matéria de reembolsos de empréstimos, designadamente ao Banco Europeu de Investimento (BEI), fruto do reforço de capitais, por via de prestações acessórias de capital, realizadas pela SIMAB, SA., mas em valor cada vez substancialmente mais inferior ao que se passava em 2015. Dívida ao BEI que terminará este ano.

Deste modo, a empresa caminha, a passos largos, para, nos próximos anos, ser uma empresa sem dívida ao mesmo tempo que tem estrutura que lhe possa permitir reforçar o seu investimento de expansão de modo a continuar a aumentar, de modo recorrente e sustentado, os seus rendimentos operacionais.

Acresce, que na área comercial se materializou o que se antevia no ano passado. Ou seja, novos contratos que aumentarão ainda mais o volume de negócios num futuro próximo.

Os resultados obtidos em 2020, tal como nos anos anteriores, evidenciam o elevado enfoque de toda a organização na melhoria dos resultados, e demonstram a importância das opções de gestão tomadas, enquadradas nos objetivos de rentabilização do uso dos recursos e melhoria da eficiência operacional a todos os níveis, mantendo o grau de flexibilidade necessário para responder aos desafios que representam as condições de mercado em constante mudança, dinamização comercial, redução do endividamento e realização de investimentos de reposição da capacidade produtiva dos edifícios e equipamentos, na área de eficiência de recursos energéticos e hídricos e em novos meios tecnológicos.

Para estes resultados, e como já referimos, contribuiu de modo decisivo a sempre pronta e proactiva colaboração da estrutura acionista representada no Conselho de Administração que nunca regatearam esforços para, em cada momento, fazerem sentir o seu empenho, o seu apoio e a permanente cooperação na identificação de convergência para tudo quanto se apresentasse como importante para uma evolução positiva da capacidade operacional do Mercado e, por outro lado, permitisse perspetivar um conjunto de opções estratégicas para o seu futuro.

Em especial, destaca-se o apoio da Câmara Municipal de Faro no que concerne à elaboração e aprovação dos diferentes documentos que consubstanciavam a ação da empresa bem como na prossecução da sua ação, em resultado das vicissitudes e constrangimentos que a análise desses documentos encerra, e no reforço da dinâmica comercial da empresa.

Os trabalhadores da MARF, S.A. merecem os nossos melhores cumprimentos pelos resultados alcançados neste período.

Hoje, face a 2015, temos menos colaboradores. Mas os nossos trabalhadores estiveram à altura do desafio e da exigência e tem sido feito mais com menos e, ao mesmo tempo, a gestão dos grandes contratos de prestação de serviços, que são essenciais à atividade operacional do MARF, também melhorou. Destacaram-se, ainda mais, em 2021.

¹ Recorrente e expurgando integração de subsídio ao investimento

O nosso ROC merece, igualmente, uma palavra de apreço pelo trabalho efetuado bem como pela relação leal e construtiva, mas, ao mesmo tempo, exigente e independente, que soube manter com os órgãos sociais da empresa.

Reafirmamos, tal como o fizemos em março de 2019 e de 2020, a confiança na capacidade de crescimento dos nossos negócios, em 2021 e nos anos seguintes, assim como o compromisso com uma estratégia de crescimento que conjuga as medidas necessárias ao reforço das vendas no curto prazo, com investimentos em ativos fixos que garantam a solidez dos negócios no médio-longo prazo e com a redução sustentada da dívida.

Importa, de igual modo, sublinhar que o reforço do contributo do MARF na preparação e consolidação da componente "Prestação de Serviços" no quadro do Grupo SIMAB em muito ajudarão a consubstanciar as opções estratégicas adotadas neste domínio.

O empenho de todos quantos para tal possam contribuir mais ou menos diretamente, Administração, Trabalhadores, fornecedores e clientes do MARF e das Empresas aqui localizadas, bem como a convicção de que o caminho traçado é o mais adequado, constituirão, por certo, fulcro seguro para a alavanca da atividade do Mercado e da sua influência na criação de valor para a economia da região e do país.

Esta resiliência permite enfrentar a pandemia e a recessão e voltar a crescer.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2020, a atividade económica, em Portugal e no resto do mundo, foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19.

As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB, em 2020. Em Portugal, o PIB recuou 7,6%, que compara com um crescimento de 2,5%, em 2019, e com um recuo de 6,9% na Zona Euro e 3,4% a nível mundial.

A quebra histórica do PIB esteve, naturalmente relacionada com os efeitos da pandemia, que colocou o mundo numa recessão profunda, devido à contração acentuada das exportações e do consumo, que penalizaram sobretudo setores como o turismo, comércio e restauração.

O desempenho historicamente negativo do PIB é assim explicado por um duplo efeito provocado pela queda pronunciada do consumo das famílias e, por outro lado, uma retração sem precedente do turismo.

Nas maiores economias avançadas da Europa o ritmo de recuperação tem sido bastante modesto, refletindo o prolongamento das disrupções causadas por novos surtos do vírus e as associadas reduções das horas de trabalho em muitos setores dos serviços.

Não obstante a implantação gradual de vacinas eficazes, os anúncios de apoio orçamental adicional em alguns países, como os Estados Unidos, e sinais de que as economias estão a lidar melhor com medidas para conter a propagação da doença Covid-19, têm levado as instituições a rever em alta as projeções para a economia mundial e da zona euro para 2021-2022.

Apesar da melhoria das previsões, a economia europeia continua a comparar mal com outras economias avançadas, como é o caso dos Estados Unidos onde a perspetiva de um estímulo orçamental significativo (o pacote de 1,9 biliões de euros de Joe Biden) levou a uma revisão em alta do crescimento para 6,5%, o que compara com a queda do PIB de 3,5%, em 2020.

De acordo com as mais recentes projeções³, em 2021, a economia da Zona Euro deverá crescer 3,9%. Em termos mundiais, o PIB deverá crescer 5,6% em 2021 com a economia mundial a atingir o nível

² Dados INE de 26 de fevereiro de 2021:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?DESTAQUEstema=55557&xpId=INE&xpId=ine_destaques&DESTAQUESpaginumber=1&lang=pt

³ OCDE Economic Outlook, Interim Report' <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/34bfd999-en.pdf?expires=1615290499&id=id&accname=guest&checksum=B9201433E4F8F957CA9580F822882BFA>

pré-pandemia a meio deste ano. Para a Zona Euro, onde as exportações representam um peso significativo, haverá um lado positivo nessa recuperação mundial

Contudo, há muitos países que se manterão abaixo desse nível até ao final de 2022, como é o caso de Portugal, segundo as últimas previsões da Comissão Europeia. Já países como os EUA, a China ou a Índia deverão recuperar muito mais depressa.

Não obstante um possível levantamento gradual das restrições a partir do primeiro trimestre de 2021, a atividade deverá ficar condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz deverá estar plenamente implementada.

A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

3. AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2017-2021

Em 2017, dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2015/2017, foi elaborado um Plano Estratégico (PE 17-21) que visava o reposicionamento dos Mercados Abastecedores no contexto da distribuição moderna e a atividade do Grupo SIMAB em termos de revitalização dos mercados municipais e apoio à comercialização de produtos de cadeia curta.

Neste ponto, é apresentada a avaliação da implementação da estratégia definida no âmbito do PE 17-21.

No âmbito do PE 17-21, foram considerados como compromissos estratégicos:

- a) Objetivos estratégicos;
- b) Indicadores de desempenho e metas respetivas;
- c) Estratégias.

O PE 17-21 apresenta 5 objetivos estratégicos que estão suportados por 28 estratégias. Para a medição da performance de cada um dos objetivos estratégicos, foram atribuídos 17 Key Performance Indicators (KPI), bem como estabelecidas as respetivas metas a atingir até 2021.

5 Objetivos estratégicos (OE):

OE1 - Crescer sustentadamente e criar valor

OE2 - Reposicionar e alargar a atividade da SIMAB na logística e distribuição moderna

OE3 - Desenvolver a área de prestação de serviços a nível nacional e internacional

OE4 - Afirmar a imagem do grupo SIMAB

OE5 - Assegurar a valorização dos recursos humanos

As estratégias definidas para cada um dos objetivos estratégicos têm associadas Unidades Orgânicas com papel crítico na coordenação da respetiva estratégia, bem como a calendarização numa base anual para o respetivo período de implementação.

3.1. Metodologia de avaliação

A avaliação dos objetivos estratégicos é realizada através da média aritmética simples e ponderada da medição da performance relativa dos respetivos indicadores de desempenho, confrontando os resultados alcançados com as metas previstas para o final de 2021 ou as respetivas estimativas.

✓ NF
0

$$\text{Performance \% objetivo} = \text{Peso}_x \% \times \text{KPI}_x + \text{Peso}_y \% \times \text{KPI}_y + \dots + \text{Peso}_n \% \times \text{KPI}_n$$

As fórmulas referentes à performance relativa a aplicar dependem da polaridade* dos indicadores:

Polaridade positiva: $\text{Performance \% (+)} = (\text{resultado} - \text{meta}) / \text{meta} + 1$

Polaridade negativa: $\text{Performance \% (-)} = (\text{meta} - \text{resultado}) / \text{meta} + 1$

*A polaridade do indicador esclarece a forma como o indicador deve ser lido quando o seu resultado aumenta ou diminui. Diz-se polaridade positiva se, quando o resultado aumenta, identifica bom desempenho; é polaridade negativa se, quando o resultado diminui, identifica bom desempenho para o objetivo.

A avaliação das estratégias é realizada através da classificação do estado da execução física da estratégia, bem como do impacto nos objetivos estratégicos.

O estado da execução física da estratégia pode assumir as seguintes posições:

- a) Elevada.
- b) Média.
- c) Baixa
- d) Nula.

Nível de impacto da estratégia nos objetivos:

- a) Elevado.
- b) Médio.
- c) Baixo.
- d) Nulo.

3.2. Avaliação

3.2.1. Avaliação Global - Conclusões

O Grupo SIMAB supera os 5 Objetivos Estratégicos com um desempenho de 113,4%. Obtém um score (escala de 1 a 5) de 3,7 na execução e impacto das estratégias previstas no Plano Estratégico 2017-2021. Nos questionários anónimos ao grau do sucesso do Plano Estratégico (escala de 1 a 5), obteve 4,2 na perceção dos dirigentes/interlocutores e 3,3 na perceção dos trabalhadores em geral.

Performance dos objetivos Performance 113,4% ELEVADO Objetivos Superados	Execução e impacto das Estratégias Score (1-5) 3,7 MÉDIO +
Avaliação da perceção dos dirigentes Score (1-5) 4,2 BOM	Avaliação da perceção dos trabalhadores Score (1-5) 3,3 MÉDIO

3.2.2. Performance dos objetivos estratégicos

OE 1 - CRESCER SUSTENTADAMENTE E CRIAR VALOR



100,5%

Objetivo atingido

Os últimos quatro anos representam os melhores desempenhos financeiros de um histórico de 26 anos da SIMAB com o reforço da rentabilidade operacional e da solidez da sua estrutura financeira. Particular destaque para a redução da dívida financeira líquida, aumento do volume de negócios, e resultados líquidos positivos. Destaca-se ainda um ciclo de forte investimento e reposição da capacidade produtiva da empresa. Acresce ainda o cumprimento das metas das taxas de ocupação em todos os mercados.

KPI 1 Autonomia Financeira	Meta	2017	2018	2019	2020E	2021P
	Resultado	16,4%	49,9%	53,6%	57,0%	60,0%
	Capitais Próprios	74.514,5	78.553,1	83.534,3	88.487,5	93.480,7
	Ativo	160.684,2	162.449,7	155.826,5	155.007,4	155.869,5
	Performance %	80,79%	85,19%	93,29%	99,36%	104,48%
KPI 2 Taxa de redução do endividamento	Meta	2017	2018	2019	2020E	2021P
	Resultado anual	-8,0%	-8,1%	-11,0%	-11,8%	-14,4%
	Resultado anual Ajustado	-9,6%	-12,4%	-15,8%	-15,3%	-24,8%
	Resultado ajustado	-9,6%	-20,8%	-30,1%	-37,8%	-51,3%
	Dívida financeira líquida	64.766,1	50.320,3	44.488,6	39.234,6	33.981,0
	Dívida financeira líquida (equilibrada)	54.753,1	47.948,9	42.353,0	37.685,3	29.922,8
	Financiamento investimento (anual)	0,0	2.371,4	2.145,6	1.549,5	4.087,1
	Performance %					105,91%
KPI 3 Peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios	Meta	2017	2018	2019	2020E	2021P
	Resultado	30,2%	32,0%	28,6%	29,6%	30,9%
	Resultado ajustado	30,2%	30,0%	28,6%	29,6%	28,5%
	Gastos operacionais ajustados	4.847	5.024	4.814	5.032	5.062
	Gastos operacionais	4.847	5.189	4.814	5.032	5.466
	Volume de negócios	16.355,7	16.217,6	16.804,8	17.021,9	17.752,5
	Performance %	99,3%	89,4%	100,9%	97,7%	101,3%
KPI 4 Rentabilidade dos Capitais Próprios	Meta	2017	2018	2019	2020	2021P
	Resultado	6,7%	6,9%	6,3%	6,4%	7,1%
	RL	4.965,7	4.987,2	5.007,2	5.468,9	5.659,5
	CP (médias)	74.514,5	78.553,1	83.534,3	88.526,9	93.480,7
	Performance %	93,9%	91,8%	87,0%	89,6%	87,6%
KPI 5 Taxa de ocupação dos Mercados (Área edificada)	Meta	2017	2018	2019	2020	2021
	Resultado					99%
	MMIL	93,0%	97,0%	99,0%		
	MMRU	98,0%	98,0%	98,0%		
	MMRE	98,0%	99,0%	98,8%		
	MMRF	99,0%	99,0%	99,0%		
	MMIA	97,0%	97,2%	98,7%		
	Performance %	99,0%	88,2%	100,7%		100,7%
KPI 6 Taxa de redução das reclamações	Meta	2017	2018	2019	2020	2021
	Reclamações	85	76	53	42	25
	Taxa resolução das reclamações				35,4%	
	Resultado	nd	nd	nd	nd	nd
	Performance %				100%	

OE 2 - REPOSICIONAR E ALARGAR A ATIVIDADE DA SIMAB NA LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO MODERNA



A afirmação dos mercados enquanto plataformas logísticas é já uma realidade. Houve uma procura significativa por parte de operadores da área de logística que se reflete no aumento dos contactos comerciais por parte das empresas de logística. No entanto, a elevada taxa de ocupação de espaço já edificado não tem permitido a instalação de novas empresas desta área que habitualmente procuram armazéns com área superiores a 1.000m².

OE 3 - DESENVOLVER A ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL



A superação do objetivo está suportada no bom desempenho da área de prestação de serviços com destaque para 2019 com 10 projetos de consultoria e nos mercados intervencionados com destaque para os 9 mercados intervencionados durante o período de 2017 a 2020. Nas projeções para 2021, há a relevar 6 projetos de mercados a intervencionar no mercado nacional e internacional.

KPI 1 Nº de Negócios da área da prestação de serviços		2017	2018	2019	2020	2021
	Meta	10	10	10	10	10
	Resultado	3	29	9	7	
	Perf%				112,9%	

KPI 2 Nº de Mercados Intervencionados através da prestação de serviços		2017	2018	2019	2020	2021
	Meta					6
	Resultado	2	3	3	1	
	Perf%					133,3%

OE 4 - AFIRMAR A IMAGEM DO GRUPO SIMAB



A superação do objetivo assenta essencialmente no elevado desempenho obtido ao nível da notoriedade da marca Grupo SIMAB. Acresce ainda a boa execução anual de todos os planos de eventos de divulgação. Destaca-se o elevado nível de participação nas redes de conhecimento nacionais e internacionais onde a SIMAB ganhou influência com impacto na dinamização comercial.

KPI 1 Nível de notoriedade da marca Grupo SIMAB (Clipping)		2017	2018	2019	2020	2021
	Meta					10%/ano
	Resultado	10	108	34	75	
	Perf%		330%	80%	763%	125%

KPI 2 Taxa de abertura da newsletter		2017	2018	2019	2020	2021
	Meta	35%	35%	35%	35%	
	Resultado	nd	nd	nd	54%	
	Perf%				123%	

OE 5 - ASSEGURAR A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS



O objetivo apresenta superação na medida em que a taxa de execução das formações previstas foi sempre superada em todos os anos. Reflete-se também na superação da meta da percentagem de colaboradores com mais de 35 horas de formação. O programa de troca de experiência foi também superado logo em 2017, tendo sido descontinuado nos anos seguintes, mantendo-se apenas o encontro anual de quadros.

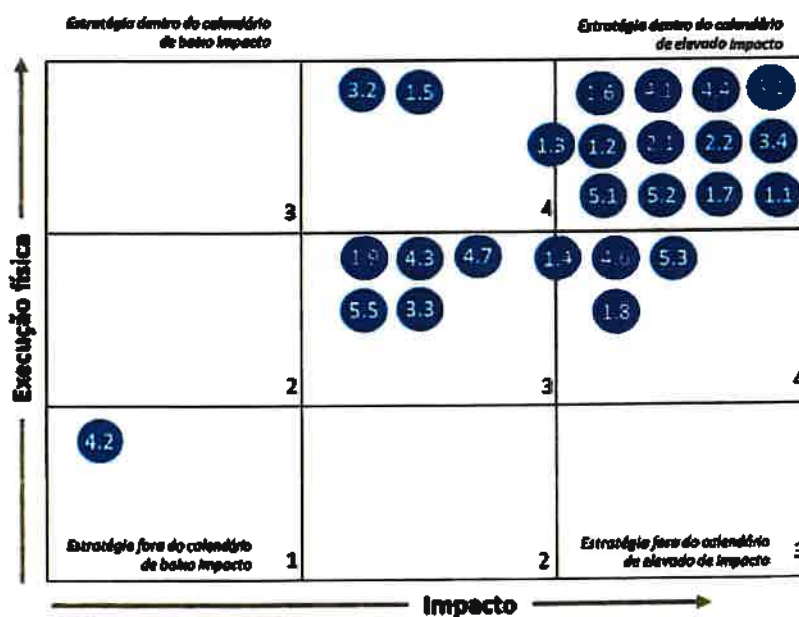
KPI 1 Taxa de execução do plano de formação interno		2017	2018	2019	2020	2021
	Meta	95%	95%	95%	95%	95%
	Resultado	100%	100%	100%	100%	100%
	Perf%	105%	105%	105%	105%	105%

KPI 2 % de colaboradores com mais de 35 horas de formação		2017	2018	2019	2020	2021
	Meta	95%	95%	95%	95%	95%
	RH	6%	6%	5%	5%	
	Resultado	26,8%	46,2%	25,9%	18,5%	
	Perf%	125,0%	125,0%	125,0%	125,0%	

KPI 3 % de colaboradores envolvidos em eventos de troca de experiências		2017	2018	2019	2020	2021
	Meta	50%	50%	50%	50%	50%
	Resultado	76,4%	nd	nd	na	
	Perf%	125,0%				

3.3. Avaliação do grau de execução e impacto das estratégias

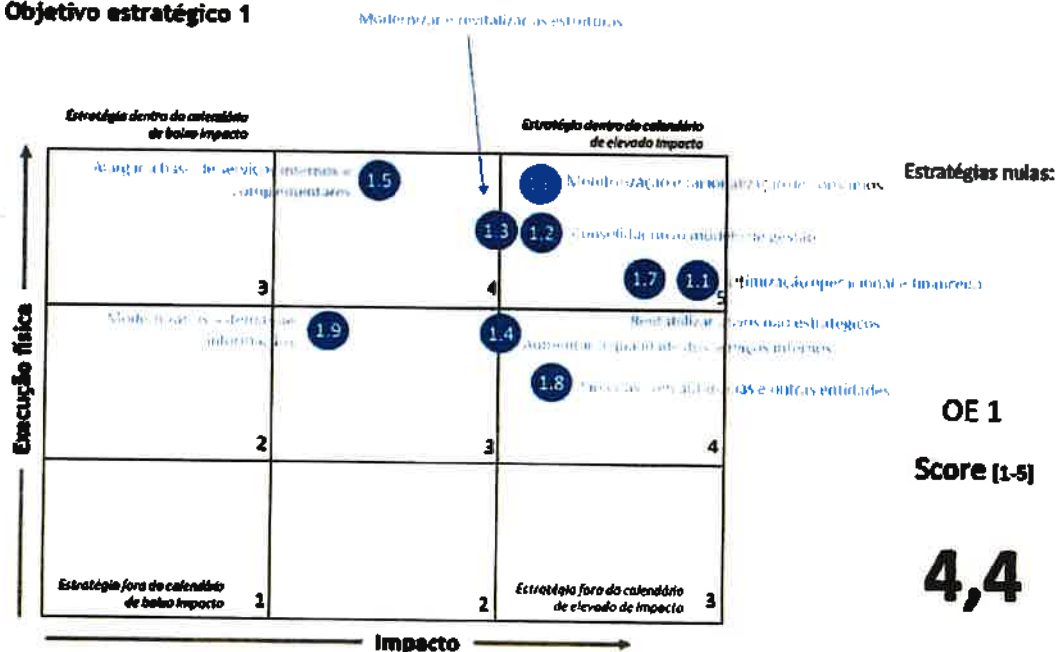
Global



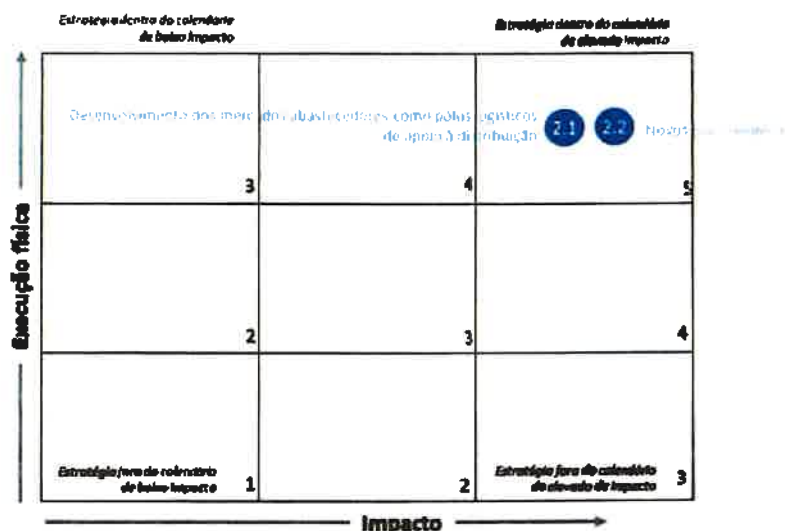
LISTAS DAS ESTRATÉGIAS:

- E1.1 - Otimização operacional e financeira
- E1.2 - Consolidar novo modelo de gestão.
- E1.3 - Modernizar e revitalizar as estruturas
- E1.4 - Aumentar a qualidade dos serviços internos
- E1.5 - Alargar a base de serviços internos e complementares
- E1.6 - Monitorização e racionalização de consumos
- E1.7 - Rentabilizar ativos não estratégicos
- E1.8 - Parcerias com autarquias e outras entidades
- E1.9 - Modernizar os sistemas de informação
- E2.1 - Desenvolvimento dos mercados abastecedores como polos logísticos de apoio à distribuição
- E2.2 - Novos polos/negócios
- E2.1 - Prestação de Serviços a mercados abastecedores e municipais fora da rede
- E3.2 - Visitas institucionais para captação de prestação de serviços a nível internacional
- E3.3 - Parcerias estratégicas especializadas
- E3.4 - SIMAB Academia
- E3.5 - Implementação de um sistema de gestão da qualidade
- E4.1 - Estratégia de comunicação
- E4.2 - Eventos de divulgação
- E4.3 - Envolver stakeholders
- E4.4 - Participação em redes de conhecimento nacionais e internacionais
- E4.5 - SIMAB Lab
- E4.6 - SIMAB Be Inspired
- E4.7 - Integrar plataformas de decisão dos setores presentes nos mercados abastecedores
- E1 - Adequar as competências dos RH aos novos desafios
- E2 - Ajustar os RH às necessidades organizacionais
- E3 - Potenciar a troca de experiências
- E4 - Redesenhar o modelo de avaliação de desempenho
- E5 - Política de contratação e mapeamento de skills

Objetivo estratégico 1



Objetivo estratégico 2



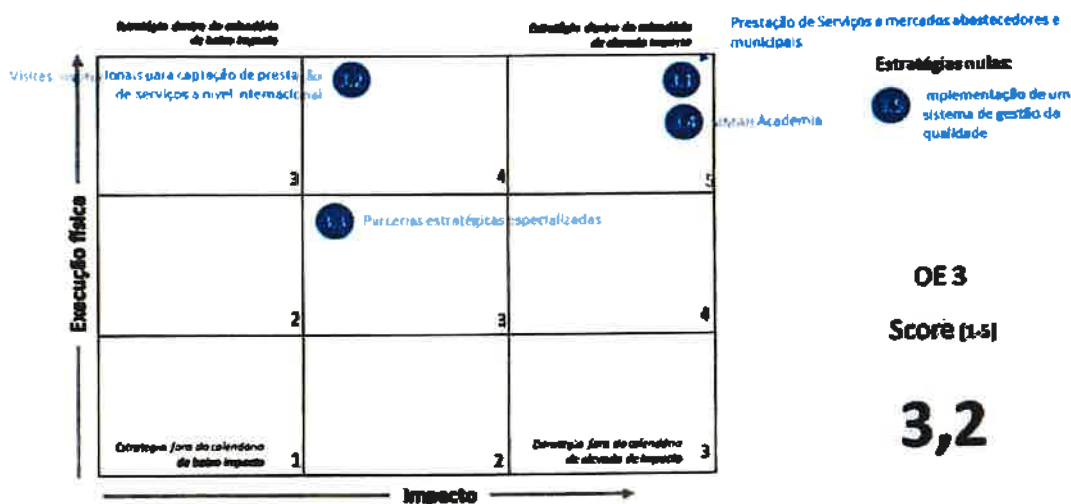
Estratégias nulas:

OE 2

Score (1-5)

5,0

Objetivo estratégico 3

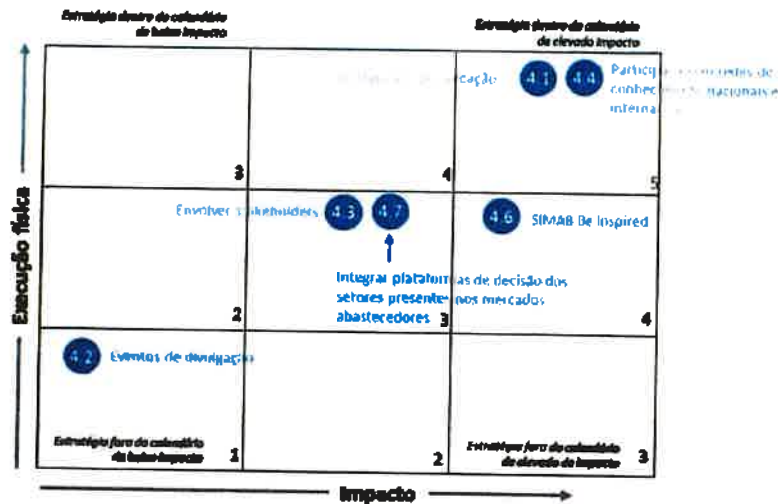


OE 3

Score (1-5)

3,2

Objetivo estratégico 4



Estratégias nulas:

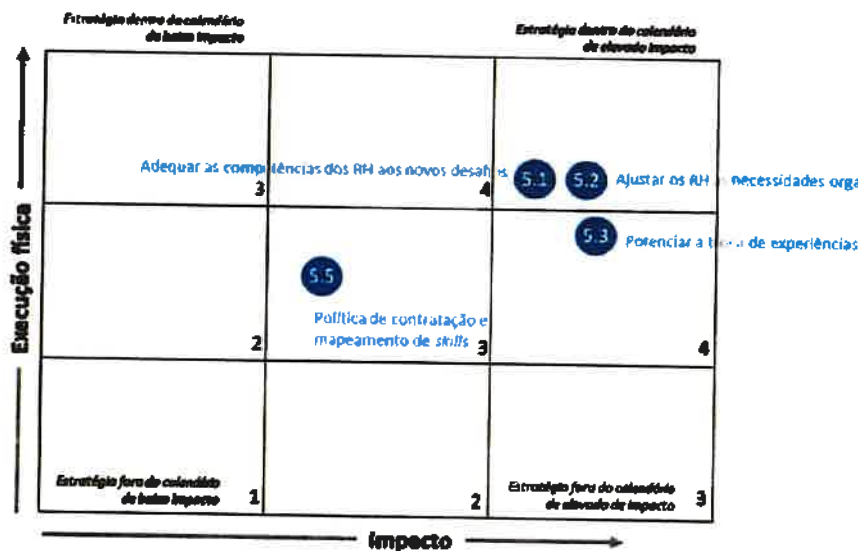
4.5 SIMAB Lab

OE 4

Score (1-5)

3,0

Objetivo estratégico 5



Estratégias nulas:

5.4

Redesenhar o modelo de avaliação de desempenho

OE 5

Score (1-5)

3,4

Handwritten notes: "F" and "K" with arrows pointing to the header area.

Avaliação da perceção dos dirigentes/interlocutores

Avaliação da perceção
dos dirigentes

Score (1-5)

4,2

BOM

PERCEÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2017-2021



Avaliação da perceção dos trabalhadores

Avaliação da perceção
dos trabalhadores

Score (1-5)

3,3

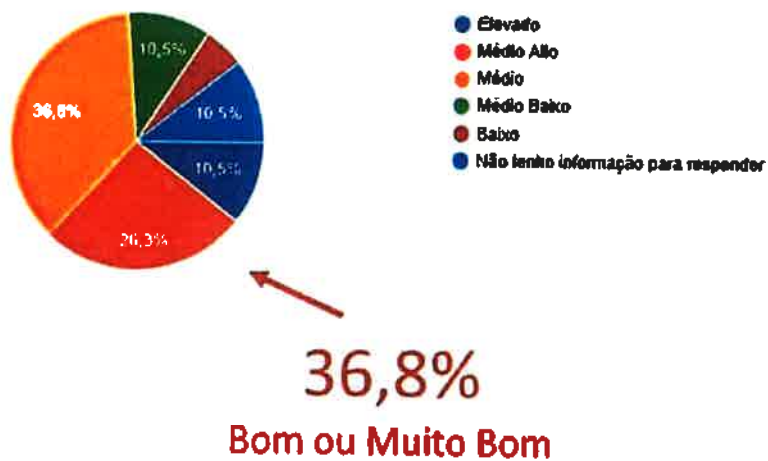
MÉDIO

Aplicação de inquérito online, anónimo e confidencial no período de: 10/02/2021 a 20/02/2021

RF
P

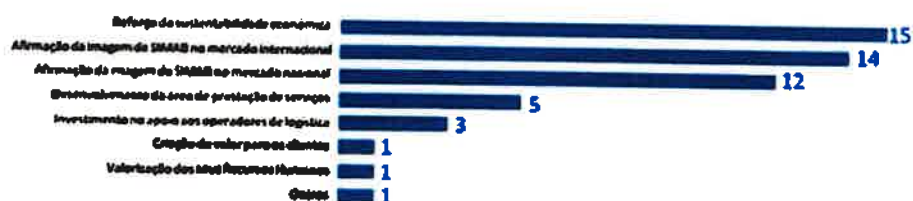
1. Como avaliaria o sucesso do Plano Estratégico 2017-2021 até à data?

19 respostas



2. Em que áreas considera que a SIMAB teve maior sucesso durante o período 2017-2021

19 respostas



4. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES OPERACIONAIS

2003 17 anos em funcionamento	28 M€	32 ha	178	89%
Data de início atividade	Investimento bruto até a data	Área total	Operadores	Taxa Ocupação

INDICADORES FINANCEIROS

989m€	1,5 M€	30,6%	62,4%	4,3%
EBITDA	Volume de Negócios	Rácio de Endividamento	Margem EBITDA	Rentabilidade CP



5.1. OCUPAÇÃO COMERCIAL

Em 2020, a MARF, SA e devido ao período que se viveu de pandemia teve atividade comercial prejudicada, e procurou-se paralelamente conseguir novos negócios e assegurar a permanência de operadores já instalados.

A dinâmica de funcionamento do mercado refletiu o contexto macroeconómico, sendo perceptível um aumento do número de visitantes ao mercado principalmente no segundo trimestre. E afetação em outros períodos.

Durante praticamente todo o ano de 2020, o MARF manteve uma ocupação próxima da sua máxima capacidade.

O quadro seguinte mostra a ocupação por edificação/tipologia de espaço a 31 de dezembro:

Taxas de Ocupação

Edifício/Espaço	Nº Espaços em 31/12/2020			Taxa Ocupação	
	Existentes	Ocupados	Disponíveis	31/12/2020	31/12/2019
Pavilhão Mercado					
Boxes	34	34	0	100%	100%
Lugares de Terrado	199	110	89	55%	55%
Escritórios	18	18	0	100%	100%
Lojas	6	5	1	83%	83%
Restaurante	1	1	0	100%	100%
Área Técnica	3	2	1	67%	67%
Armazéns	4	3	1	75%	75%
Armazém	8	8	0	100%	88%
Entrepósito E2	12	10	2	83%	100%
Entrepósito E3	12	10,5	1,5	88%	100%
Entrepósito E1	1	1	0	100%	0%

O Pavilhão do Mercado mantém uma taxa de ocupação de 100%, com as 34 boxes ocupadas, mantendo a mesma ocupação que no final dos anos anteriores.

Os espaços denominados "lugares de terrado" apresentam, no final do ano, uma redução da taxa de ocupação de 5%, passando para cerca de 50%, comparada com os 55% do final de 2019.

Esta área comercial do mercado hortofrutícola, continua a ser a componente do Mercado com menor crescimento mantendo o número operadores, compradores e receitas.

Já os escritórios, em 31 de dezembro de 2020, apresentaram a ocupação que se mantém nos 100%, encontrando-se ocupados todos os 18 espaços.

A ocupação das lojas registou uma taxa de ocupação de 83%, mantendo-se igual ao ano anterior, sendo que a única loja que se encontra disponível para comercialização, está a ser utilizada como sala de isolamento Covid-19.

Nas denominadas "áreas técnicas" do Pavilhão do Mercado, a taxa de ocupação manteve-se nos 67% do ano anterior.

No Pavilhão do Mercado, o armazém n.º 2 da ala sul, não teve qualquer ocupação ao longo do ano, sendo um espaço que é gerido em função da procura e em regra com contratos de utilização temporários e sazonais.

O edifício dos Armazéns F registou, a 31 de dezembro de 2020, uma subida na taxa de ocupação de 88 % para 100%, por motivos de entrada da empresa Luís Simões, SA, em abril de 2020, no armazém F5.

A ocupação do Entrepósito E2, teve algumas oscilações durante o ano motivadas pela saída da ELS - Estevão Luís Salvador, do armazém E2.04/05, em abril de 2020, tendo o mesmo sido ocupado em junho de 2020, pela empresa Numerbox. A partir de novembro de 2020, teve um decréscimo de ocupação para 83% devido à transferência de instalações da DPD Express SA., dos armazéns E2.06 e E2.12 para o novo edifício E1.C.

O Entrepósito E3, a partir de abril de 2020, registou também um decréscimo devido à mudança de instalações da Luís Simões, do armazém E3.05A para o armazém F5 e no mês seguinte deu-se a mudança de instalações da Numerbox, do armazém E3.07 para o E2.04/05, sendo que a partir de junho de 2020, a taxa de ocupação é de 88%, tendo-se mantido até ao final do ano.

Em 2020, em resultado das negociações com a DPD SA., foi iniciada em abril, a construção de um novo entreposto para logística no lote E1, o armazém E1.C, com uma área de 3.281,80 m² com 40 porta para viaturas semi-ligeiras e 8 cais para viaturas pesadas. Este novo espaço foi ocupado pelo grupo DPD SA., a 1 de novembro de 2020.

Com esta nova construção a MARF SA, fica com uma área total de armazenagem construída de cerca de 40.000 m².

Quanto à circulação e movimentação de cargas no MARF em 2020, terá sido idêntica à de 2019, uma vez que devido à Pandemia Covid-19 empresas de logística como a DPD SA., a CEP II, SA., a Plural CRL., a Nacex, e ainda a First Stone SA., mantiveram ou aumentaram o volume de cargas, que compensam as empresas que tiveram uma redução de cargas, como a Novadis Lda., Luís Simões SA., Numerbox Lda e a Ferramacho Lda.

Relativamente ao movimento de cargas e afluência ao Mercado Hortofrutícola, no segundo trimestre verificou-se um aumento muito considerável de movimento e cargas, mas no terceiro trimestre começou a reduzir e o no quarto trimestre a redução foi também notada.

OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE DIVULGAÇÃO

Divulgação dos espaços do MARF - Ao longo de 2020, deu-se continuidade à presença do MARF em múltiplas plataformas digitais de mediação imobiliária, com o objetivo de divulgação do mercado e divulgação em ferramentas "web" de apoio aos investidores no processo de localização das suas atividades empresariais.

Foi mantida a colaboração com as agências imobiliárias com quem a MARF, SA tem contrato, no sentido de promover os espaços disponíveis para comercialização.

Ao longo do ano, o MARF participou em ações integradas do Grupo SIMAB de promoção dos Mercados Abastecedores a nível nacional.

Paralelamente, mantiveram-se contactos com empresas instaladas nas zonas industriais do Algarve e parques empresariais dos concelhos limítrofes do MARF.

5.2. MARKETING INSTITUCIONAL

As ações de marketing institucional associadas ao funcionamento quotidiano do MARF - assentes na informação, divulgação e promoção do mercado abastecedor e dos seus operadores e clientes - visam, no essencial, (i) acrescer a proximidade de relação da MARF, SA com os seus clientes e restantes stakeholders; (ii) reforçar a atividade comercial, socioeconómica e ambiental da empresa; e, (iii) aumentar a notoriedade e goodwill do MARF enquanto equipamento público e plataforma de referência na cadeia agroalimentar e no sistema logístico, a nível regional (produção, transformação, comercialização e distribuição).

NF
10

Assim, em 2020, foi dada continuidade à implementação do modelo de marketing institucional da MARF, SA, resultado das linhas de orientação estabelecidas no âmbito do plano estratégico do Grupo SIMAB (2017-2021) e declinado, em particular, para iniciativas de comunicação do MARF.

Em termos de atividade de marketing institucional, destacaram-se ações nos domínios da Identidade gráfica corporativa; comunicação *above e below the line* - imprensa escrita, sítio institucional, redes sociais; plataforma automática de marketing; e, eventos (estes últimos, decorrente da situação pandémica que se iniciou em março, bastantes mais limitados em termos de realização física e transferidos, quando possível, para o meio digital).

Neste âmbito há a destacar os seguintes momentos:

- **Identidade gráfica corporativa**

Em 2020 procedeu-se à atualização do diretório físico do mercado e à produção de cartaz para afixação no recinto do mercado abastecedor.



- **Imprensa escrita**

No jornal online 'Eco - Economia OnLine (ECO)', foram colocados banners comerciais das várias entidades do Grupo, remetendo cada um deles para as suas redes sociais e/ou sites. No âmbito das ações preconizadas, realizou-se uma parceria com a empresa SC Média, responsável pela publicação 'Supply Chain Management' (edição física e digital), com vista a divulgar o Grupo SIMAB e os seus mercados - também o MARF - num meio de comunicação cujo posicionamento B2B é direcionado para os profissionais que desempenham as suas funções nas cadeias logísticas de abastecimento alimentar e não-alimentar.

Rui Paulo Figueiredo, CEO do Grupo SIMAB e Presidente da MARF, deu em abril uma entrevista à revista 'Valor Magazine', onde falou sobre os grandes desafios do futuro, nomeadamente no campo da logística e dos problemas e oportunidades colocados pelo período pandémico que estamos a atravessar, salientando a importância dos mercados abastecedores no funcionamento regular e permanente da cadeia alimentar nacional.

Relativamente ao acompanhamento regular da imprensa escrita e de temas que necessariamente interessam ao Grupo e seus mercados, contratou-se a empresa CISION para realizar diariamente uma atividade de *clipping*, através da qual é divulgada informação relevante do setor.

- **Sítio (site)**

Ao longo do ano foram sendo atualizadas as informações - sobre notícias, atividade dos operadores, análises da água, controlo de pragas, entre outras - e foi criada uma área específica, como um diretório interno, onde agora se pode encontrar informação sistematizada sobre cada um dos operadores que se encontram instalados neste mercado abastecedor.

- **Redes sociais**

Neste domínio, continuou o reforço da comunicação através das redes sociais, tornando mais dinâmicas as páginas do MARF no "Facebook" e "LinkedIn". Além da divulgação de eventos e dos projetos mais relevantes, procedeu-se à emissão de peças promocionais do mercado. Estas inserções ocorreram ao longo do ano em datas festivas ou alusivas a datas especiais, como são exemplo o aniversário do MARF, o Dia da Mulher, o Dia do Pai, entre outros. No final do ano, a página do "Facebook" do MARF tinha conquistado mais 121 novos seguidores.

- **Plataforma automática de marketing**

Ao longo do ano de 2020 foram enviadas informações específicas diretamente aos operadores do MARF através da plataforma online *mailchimp*, permitindo a veiculação de informação relevante para a atividade destes em tempo real, nos seus telemóveis.

- **Eventos**

Campanha "Gosto do Meu Mercado"

Tendo assumido a coordenação em Portugal da campanha "Gosto do Meu Mercado", "Love Your Local Market" na versão original, a SIMAB desenvolveu plataformas digitais exclusivas para a divulgação desta iniciativa da "World Union of Wholesale Markets" (WUWM), a qual visa a promoção dos mercados grossistas e retalhistas junto dos seus clientes retalhistas e consumidores finais, potenciando a sua atratividade e acrescentando a sua notoriedade enquanto estruturas-chave do sistema alimentar. São, assim, alimentados regularmente e também em 2020, com conteúdos informativos os sítios www.gostodomeumercado.pt; www.facebook.com/gostodomeumercado; e www.instagram.com/gostodomeumercado.



No âmbito desta campanha internacional, manteve-se em 2020 a afixação no MARÉ de um cartaz promocional, com a respetiva imagem do ícone da campanha.

Campanha "Portugal Sou Eu"



A SIMAB e o órgão operacional "Portugal Sou Eu", coordenado pelo IAPMEI, mantiveram o protocolo de colaboração que prevê, no essencial, a adesão das empresas do Grupo - entre as quais a MARF - ao programa "Portugal Sou Eu", a instalação de postos de Informação/atendimento do programa em todos os mercados abastecedores sob sua gestão, bem como a promoção e difusão conjunta das iniciativas a levar a cabo no quadro desta iniciativa de apoio à economia de base nacional.

Deste modo, nos escritórios administrativos do MARF encontra-se instalado um ponto de atendimento do "Portugal Sou Eu".

5.3. ATIVIDADE OPERACIONAL

No desenvolvimento da sua atividade principal de gestão do Mercado e nas diversas áreas de atuação destacam-se, de seguida as principais ações realizadas durante o ano de 2020:

ÁREA DE MANUTENÇÃO - Além das intervenções decorrentes dos contratos anuais de manutenção, foram efetuadas diversas intervenções de reparação e manutenção em equipamentos e instalações do Mercado, destacando-se:

- No capítulo de manutenção e reparação em 2020, foram feitas as manutenções gerais programadas a todos os equipamentos previstos, com centrais de gestão, centrais de deteção de incêndio, quadros elétricos, geradores, PT de energia, câmara frigorífica e sistema de CCTV do MARF.
- A Manutenção dos Espaços Verdes, foi feita pela manutenção da MARF, tendo se procedido à desmatagem no primeiro trimestre de 2020, e durante o ano foi efetuada toda a limpeza corte e tratamento das áreas verdes junto aos espaços edificados.
- Manutenção e reforço do sistema de "cctv", dentro do Mercado Hortofrutícola, com a colocação de 3 novas câmaras dentro do pavilhão do mercado, uma no topo norte do edifício A1, junto aos Urbanos para filmar a Rua B, e uma câmara na zona da entrada do MARF, para filmar a Rua A, a zona do novo edifício a construir para a DPD, Portugal, S.A.

ÁREA DE LIMPEZA - Em março terminou o contrato de limpeza interior para o Pavilhão A1, realizado com a empresa Reilimpa, Lda., e foi lançada uma Consulta Prévia para a Aquisição de Serviços de Limpeza Interior para o A1, Pavilhão do Mercado, Escritórios e Áreas comuns, e Portaria do MARF.

Tendo-se verificado a ausência de propostas, foi procedido à extinção do procedimento, e foi celebrado de um contrato de ajuste direto para o período de 6 meses, com a empresa Climex S.A., terminando em 30 de setembro, após diálogo com a Parpública e tendo em atenção o início da pandemia.

Em agosto, foi efectuado um procedimento pré-contratual de Concurso Público, resultando desse procedimento a adjudicação à empresa Climex SA., um novo contrato de limpeza interior por um período de 24 meses, isto é até 2022.

Relativamente ao contrato de limpeza exterior e recolha de resíduos, continuou em vigor o contrato com a empresa Ecoambiente - Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., não havendo novas acções a identificar.

ÁREA DE VIGILÂNCIA - Nesta área continua em vigor o contrato com a empresa "COPS - Companhia Operacional de Segurança Lda". Neste novo contrato em 2020 foi mantido o contingente de operacionais, que possibilitam controlar os acessos ao MARF e dar apoio no Mercado Hortofrutícola.

AREA DE CCTV - O contrato de manutenção do sistema de CCTV do MARF continua a ser prestado pela empresa PSG, SA., e em 2020 foram feitas várias reparações no sistema assim como substituições de equipamentos de gravação e de camaras de filmagem.

5.4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2020, a área de Sistemas de Informação deu continuidade ao desenvolvimento de atividades que visam alcançar uma gestão eficiente dos equipamentos e serviços, numa perspectiva de grupo e com enquadramento na prestação de serviços da SIMAB a todas as empresas do Grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se a gestão do domínio MARF.PT, nomeadamente com a gestão de DNS's externos; a gestão dos serviços internos de DNS (Domain Name Services) do domínio MARF.PT; a manutenção/inserção de informação interna na Intranet; "help desk" aos sistemas de informação; apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação; "updates" e "upgrade" do ERP Primavera; updates" e "upgrade" do Sistema de Gestão de Contratos; "updates" ao "firewall"; "upgrade" do "software" antivírus; licenciamento "Microsoft", que abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de correio, de servidor de base de dados e de gestão de rede; no que diz respeito a "desktop's", abrange o sistema operativo, a "suite" de aplicativos para escritório e a ligação aos servidores.

Instalação de DataCenter no polo técnico do NAC (MARL), para fazer face aos problemas verificados na instalação existente. Este equipamento tem integrado sistema de monitorização ambiental e controle de acessos (Biométrico e SmartCard), com central de incêndio, que inclui sistema de detecção de incêndios e fumos, assim como um sistema de extinção de incêndio por gás NOVEC, alarmística por SMS e sistema de climatização autónoma. Unidade de Alimentação Ininterrupta, PDU para distribuição controlada de energia, iluminação frontal e traseira em LED.

Aquisição, instalação e parametrização de computadores portáteis para fazer face ao Plano de Contingência do Covid-19, previsto para o Grupo SIMAB, por forma a permitir o desenvolvimento de trabalho a partir de casa.

No seguimento do procedimento de telecomunicações realizado para o Grupo SIMAB, procedemos à instalação de novo circuito para comunicações fixas e de dois circuitos de acesso à Internet, um de 1 000 Mbps e outro de 300 Mbps. O primeiro será o acesso corporativo, ficando o segundo como circuito de backup.

5.5. EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A MARF, SA, alinhada com a política do Grupo tem investido, nos últimos anos, nas temáticas relativas à eficiência dos recursos nesta área, designadamente na eficiência energética, com projeto de substituição da iluminação existente (fluorescente e vapor de sódio) por tecnologia "led", com "upgrade" da gestão técnica centralizada, bem como a eficiência na utilização do recurso água, com a colocação de equipamentos de medição nos entrepostos.

Em complemento aos investimentos realizados e numa vertente de intervenção comportamental, manteve um conjunto de ações de sensibilização junto dos operadores, prestadores de serviço e colaboradores do Mercado para adoção de boas práticas, com vista à redução e racionalização dos consumos de água e energia, bem como à mais eficaz separação de resíduos, com vista ao acréscimo dos resíduos recicláveis.



Apesar do acompanhamento e procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos existentes, designadamente energia e água, o aumento da atividade, empreitadas de reabilitação de espaços e o incremento das atividades de limpeza e lavagens, neste ano atípico, contribuíram para o incremento nos consumos de água e energia.

INDICADORES	2018	2019	2020	% 2019
Água: Consumo excluindo redébitos aos Operadores (m³)	2.241	2.181	2.772	27%
Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m³/m€) ⁽¹⁾	1,5	1,5	1,8	27%
Energia: Consumo excluindo redébitos aos Operadores (kWh)	340.504	337.447	348.485	3%
Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) ⁽²⁾	232,3	225,7	232,3	3%
Total Resíduos Produzidos: (ton)	472,39	438,30	260,24	-41%
Indicador Resíduos-Vol Neg (ton/m€) ⁽³⁾	0,3	0,3	0,2	-41%

⁽¹⁾ metro cúbico por mil euros de volume de negócios (recorrente)

⁽²⁾ kilowatt hora por mil euros de volume de negócios (recorrente)

⁽³⁾ toneladas por mil euros de volume de negócios (recorrente)

RECURSOS ENERGÉTICOS

No âmbito da eficiência energética e da redução e racionalização de consumos energéticos, as ações já implementadas ao longo dos últimos anos - designadamente a substituição da iluminação existente por tecnologia "led" e a colocação de baterias de condensadores - têm permitido que o MARF apresente anualmente consumos de energia estáveis.

O perfil de consumo de energia do MARF decorrente da atividade do Mercado e do complexo do tipo industrial em que a mesma se realiza, assenta essencialmente em três grandes componentes consumidoras de energia responsáveis pelos consumos registados: (i) o sistema de "avac", responsável pela climatização do Pavilhão do Mercado, que após a conversão para "led's" viu crescer o seu peso para 75% da energia consumida; (ii) a iluminação interior do Edifício A1 (Pavilhão do Mercado) e exterior nas vias do Mercado; (iii) a câmara frigorífica; e (iv) com menor expressão, a alimentação de tomadas e outros equipamentos.

Para além dos investimentos em novos equipamentos e na prossecução dos objetivos de redução de níveis de consumo de energia, em anos anteriores, deu-se continuidade à implementação de diversas medidas e procedimentos conducentes aos objetivos.

De entre os procedimentos e equipamentos implementados, importa destacar:

- Monitorização dos consumos de energia através dos contadores parciais colocados no Pavilhão do Mercado;

- Monitorização da iluminação interior e exterior, sem pôr em causa os níveis de iluminação exigidos para o desenrolar da atividade;
- Sensibilização junto dos colaboradores e operadores para a racionalização no consumo de energia;
- Continuidade da política utilizador/pagador, sendo repassado, sempre que tecnicamente possível, todos os consumos de energia aos operadores na exata proporção do seu consumo.

● RECURSOS HÍDRICOS

Com o objetivo de otimização do consumo de água, tal como acontece com os restantes consumos, a quantidade de água consumida no MARF é sujeita a ações de monitorização, bem como intensificadas as medidas de redução de consumo.

59% da água consumida pelo MARF, cerca de 6,7 mil m³, é repassada aos operadores, na exata proporção dos seus consumos, que, em 2020, totalizou 3 955 m³, apresentando uma diminuição de 16% relativamente a 2020.

A água proveniente da rede pública, cujo consumo é efetivamente assumido pelo MARF (após redébitos aos operadores), resulta sobretudo dos consumos registados no edifício A1 (Pavilhão do Mercado e escritórios), essencialmente nas instalações sanitárias e balneários, na utilização da água na limpeza das áreas de utilização comum do MARF.

A rega dos jardins e as lavagens das vias são efetuadas de forma racional e cuidada e com recurso a água retirada de um furo existente no MARF.

● RESÍDUOS

A recolha e transporte de resíduos no MARF são efetuados por prestador de serviços externo, de forma diferenciada (Inorgânicos e indiferenciada), que os transporta até ao destino onde são tratados, existindo no Mercado contentores específicos para cada tipologia de resíduos, devidamente identificados.

A educação e consciencialização ambiental é um fator determinante na atuação da MARF, tendo sido implementadas medidas para a triagem dos resíduos produzidos e entrega à entidade licenciada em Faro para o processamento dos mesmos.

O MARF possui nas suas instalações um "ecoponto" com contentores para o depósito dos resíduos com destino à reciclagem, designadamente o papel/cartão, plástico, madeira e vidro, sendo da responsabilidade do prestador de serviços o processo de recolha seletiva, triagem e transportes destes resíduos ao destino final.

Este ano atípico, em que alguns Operadores do Mercado viram a sua atividade alterada teve, também, repercussão no total de resíduos "produzidos"/"gerados" no Mercado, que ascendeu a 260 toneladas, em 2020, menos 41% do que no ano anterior, sendo que os indiferenciados se mantiveram em linha verificando-se um decréscimo nos resíduos valorizáveis.

Segundo os dados fornecidos pelo prestador de serviços, o total de resíduos inorgânicos com destino à reciclagem ascendeu, em 2020, a 29,4 toneladas, abaixo do verificado em 2019 em 87%, constatando-se a decréscimo acentuado na madeira e no papel/cartão. O principal gerador do tipo de resíduo papel/cartão, empresa de logística, para além de ver reduzida a sua atividade iniciou, em 2020, o tratamento diretamente dos seus resíduos recicláveis.

Os dados anuais de tonelage de todos os resíduos recolhidos no MARF, independentemente do seu destino, empresa de recolha ou custo, estão registados no MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos) do SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente)⁴.

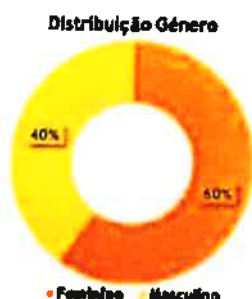
⁴Plataforma da APA - Agência Portuguesa do Ambiente

5.6. CAPITAL HUMANO

A 31 de dezembro de 2020, a empresa contava com cinco colaboradores, mantendo uma estrutura administrativa de apoio administrativo, um diretor comercial e uma equipa de técnicos operacionais.

Os técnicos operacionais asseguram o apoio ao funcionamento do mercado e as áreas de serviços de limpeza, manutenção de equipamentos técnicos e instalações, apoio e fiscalização das atividades desenvolvidas no interior do Mercado, no que se refere ao Regulamento Interno do Mercado e ainda outras relacionadas com sua função e que sejam decorrentes do objeto social da MARF.

De referir que o Diretor Comercial da Zona Sul dirige cumulativamente o MARF e o MARE.



A estratégia de "outsourcing" seguida nas áreas jurídica, financeira, recursos humanos, informática e redes, arquitetura e engenharia, foi garantida pela SIMAB, mediante contrato de gestão estabelecido para o efeito.

A distribuição por género resulta em 60% do género feminino e 40% do género masculino.

Ao analisarmos o perfil etário da empresa verifica-se que a idade média é de 47 anos.

A distribuição etária dos colaboradores resulta que dos cinco colaboradores, 40% se encontram numa faixa etária igual ou inferior a 45 anos.

FORMAÇÃO

No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, no que respeita a políticas de valorização do conhecimento e valorização profissional regista-se, em 2020, um total de 133,5 horas de formação, que envolveram a totalidade dos colaboradores. Importa referir a realização das seguintes ações:

- **Redes Sociais - Ação de formação Online Facebook**, com a duração de 3 horas, que contou com a participação de dois colaboradores, de modo a capacitar os mesmos de uma melhor gestão da página de Facebook e as potencialidades deste meio de comunicação. Foram abordados um conjunto de funcionalidades do Facebook (Facebook Ads e Gestor de Anúncios);
- **Ação de Formação em Segurança Contra Incêndio**, nas instalações do MARF, por empresa especializada, com realização de simulacro, no total 6 horas de formação e participação de todos os colaboradores;
- **Formação de Gestão e Utilização do Portal Base Gov** - ação de formação com duração de 7 horas, que contou com a participação de uma colaboradora, de modo a capacitar a mesma de melhor gestão, designadamente no que diz respeito ao tratamento e introdução de dados;
- **Formação Empregador / Trabalhador Designado / Representante do Empregador - Higiene e Segurança no Trabalho**. Ação de formação com a duração de 40 horas, que contou com a participação de um colaborador. O curso permitiu a aquisição de competências essenciais na área de Segurança do Trabalho para o desempenho de funções de trabalhador designado, como responsável pela Segurança e Saúde no Trabalho na empresa.
- **Formação - Capital Humano & Capacitação - Programa de Gestão e Liderança** a Ação de formação com a duração total de 56 horas, mas apenas 24 horas ministradas em 2020, que contou com a participação de 2 colaboradores, de modo a capacitar os mesmos de competências necessárias para o sucesso da organização bem como alcançar níveis adequados de eficácia, qualidade e eficiência compatíveis com os desafios diários.

De referir ainda, relativamente à capacitação dos colaboradores, a realização de reciclagem dos conhecimentos adquiridos relativamente à utilização de desfibrilhador automático, no âmbito Projeto DAE - Projeto Desfibrilhação Automática Externa e Suporte Básico de Vida, com avaliação aos conhecimentos adquiridos, cujo objetivo principal foi revalidar a operacionalidade dos operacionais formados para o efeito.

ABSENTISMO

Em 2020 não se registaram ausências dos trabalhadores, ou seja, o absentismo foi nulo.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2020, os colaboradores realizaram exames médicos, de acordo com as rotinas previstas em função da idade e foi efetuada a visita e análise das condições de trabalho, por entidade certificada para o efeito, não tendo dessa análise registado anomalias ou falhas relevantes.

A atividade do MARF exige dos colaboradores, designadamente dos técnicos operacionais, a execução das suas tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano e para tal a empresa faculta aos seus colaboradores fardamento, dentro dos parâmetros de proteção laboral, de acordo com exigências estabelecidas em legislação própria relativa ao equipamento de proteção individual e de segurança (EPIS) e adequado às condições climatéricas.

No âmbito da pandemia Covid-19 os Mercados Abastecedores mantiveram-se em funcionamento, durante todo o ano de 2020, enquanto elo essencial da cadeia de abastecimento, tendo obrigado a reforçar as medidas de saúde, higiene e segurança no trabalho, em especial junto dos colaboradores com atividades que exigem a execução do trabalho de forma presencial. Foi elaborado e aprovado Plano de Contingência, disponibilizadas máscaras e gel desinfetante, reforçadas as operações de limpeza dos espaços comuns, afixadas recomendações da DGS, feitas adaptações aos espaços, de que é exemplo, distribuição colaboradores/postos de trabalho por mais áreas, por forma a diminuir o n.º de pessoas/m², entre outras medidas conducentes à proteção da saúde dos colaboradores.

Aos colaboradores que desempenharam as suas atividades em teletrabalho foi salvaguardada a entrega de portátil e configuração das máquinas para que fosse possível o acesso remoto.

SEGUROS NO TRABALHO

A MARF, SA proporciona a todos os colaboradores o acesso a um seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como proporcionar aos colaboradores acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde.

Relativamente ao seguro de acidentes de trabalho, conforme obrigatoriedade legal, todos os colaboradores estão por ele abrangidos. Não se verificou o acionamento deste seguro.

6. Responsabilidade Social

O Grupo SIMAB deu continuidade em 2020 a uma Política Ativa de Responsabilidade Social, procurando agregar muitas das iniciativas anteriormente já realizadas num quadro mais global de revalorização e operacionalização de parcerias e dos protocolos de cooperação e colaboração que lhes estão associados.

O sentido da responsabilidade social é incentivado pelo Grupo SIMAB em todas as empresas suas participadas, através de atitude e comportamento empresarial ético e responsável e pelo assumir de uma atuação que inclua parcerias que criem valor em termos de dinamização económica, responsabilidade social e combate ao desperdício alimentar.

É algo que preconizamos e a que damos especial atenção ao longo de 2020.

PROGRAMA 5 AO DIA

Desenvolvido em diversos Mercados Abastecedores do país, este programa é dinamizado na região do Algarve pelo MARF, desde 2014, e no seu âmbito foram estabelecidas parcerias com os Municípios de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel, Universidade do Algarve e Escola de Educação do Algarve

Este projeto tem como objetivos a promoção junto de crianças em idade escolar do consumo diário de cinco frutos e/ou hortícolas, potenciando uma alimentação saudável e promovendo a alteração de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis, assim contribuindo para a prevenção de diversas doenças crónicas associadas à alimentação, nomeadamente a **obesidade**.



Consciente da importância social e do impacto da promoção de hábitos alimentares saudáveis dos seniores, que podem passar por alterações como o correto aporte de hortofrutícolas, implementou-se este ano também um formato destinado à população **sénior**, ampliando assim o público-alvo do Programa e reforçando a sua pertinência a nível nacional.

Este ano letivo, devido à excecional situação pandémica vivenciada, o funcionamento da Associação 5 ao Dia sofreu diversas limitações, sobretudo, pelo facto de ter a sua atividade caracterizada pela predominância de proximidade entre as diversas pessoas, mais concretamente entre os grupos escolares que visitavam os mercados abastecedores. Consequência da aplicação dos Planos de Contingência implementados e das medidas de quarentena, tanto no MARF, como nos diversos agrupamentos escolares, as visitas ao Programa 5 ao Dia foram suspensas em meados de março, não mais tendo sido retomadas durante o decorrer do ano devido às constantes limitações a que se encontrava sujeito a retoma do ensino presencial.

Nesta perspetiva, existe a necessidade da Associação 5 ao Dia repensar o seu *modus operandi*, pretendendo, durante o primeiro trimestre do ano 2021, recorrer às vantagens da evolução tecnológica, apostando num formato digital do Programa 5 ao Dia o que permitirá continuar a divulgar e cumprir os seus compromissos assumidos de responsabilidade social, ao mesmo tempo que permite ultrapassar as limitações criadas pela pandemia.

Neste sentido, pretende-se criar e divulgar, junto da comunidade escolar, pequenos vídeos temáticos, ao estilo webinars, com diversos temas alusivos aos conteúdos abordados nas sessões do Programa 5 ao Dia, que poderão ser consultados no contexto de sala de aula, surgindo como uma ferramenta didática no contexto da alimentação saudável.

A par do novo desafio a que a Associação 5 ao Dia se propõe no próximo ano, importa não esquecer todo o bom trabalho desenvolvido até à chegada da pandemia, proporcionando, durante os primeiros meses de 2020, a visita ao Programa 5 ao Dia no MARF a 531 crianças, seguindo-se o cancelamento das inúmeras visitas agendadas.

Atendendo à manutenção da situação pandémica, no ano letivo 2020/2021, as sessões do Programa 5 ao Dia continuaram suspensas.

A nova metodologia de funcionamento tem sido divulgada junto das autarquias.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Resultante da parceria estabelecida entre o Banco Alimentar e o Mercado Abastecedor da Região de Faro, e apesar da pandemia, foi possível a esta instituição, em 2020, a recolha de hortofrutícolas, num total de 46 355 kg.

Esta recolha que foi feita diretamente pelo BA junto dos operadores instalados no MARF, que assim consegue desta forma contribuir com alimentos frescos para chegar e distribuir a famílias carenciadas no Algarve.



Esta ação constituiu uma ajuda muito importante, uma vez que os pedidos de apoio alimentar têm aumentado, em especial no Algarve, devido à pandemia. Muitas famílias ficaram sem as fontes de

rendimento. Todos os dias, são várias as famílias, cerca de 8.500, que aguardam pela entrega dos alimentos.

AAPACDM DE FARO

ASSOCIAÇÃO ALGARVIA DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS DIMINUIDAS DE FARO, e a MARF SA, iniciou e janeiro de 2019 uma formação em "Contexto Real de Trabalho" ao abrigo do Protocolo de Cooperação em Formação, com a Delegação de Faro da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Portador de Deficiência Mental (AAPACDM). Esta formação decorreu durante o ano de 2019 com um elemento indicado pela associação, e teve como objetivo conceder ao formando uma "Formação em Contexto Real de Trabalho", de forma continuada com vista ao aperfeiçoamento e adaptação ao posto de trabalho, por parte do formando.

Esta formação teve um prazo de um ano com início a janeiro de 2019 e término a 28 de fevereiro de 2020.

7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os riscos a que a MARF, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente e as condições financeiras dos clientes.

Risco de liquidez - A MARF, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente, relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARF, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

O Grupo SIMAB em geral e a MARF, SA em particular têm a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento. A MARF, SA detém um financiamento de médio/longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento.

Para além deste empréstimo, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. O Grupo SIMAB detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de Papel Comercial;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

Os montantes apresentados no quadro são os fluxos de caixa contratuais a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos):

(milhares de euros)	31/12/2020	Taxa média + 1%	Taxa média -1%
Juros suportados	12,8	36,8	5,7

Risco de taxa de juro - A totalidade da dívida financeira está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARF, SA ao risco de fluxos de caixa.

O quadro seguinte apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da MARF, SA:

(milhares de euros)	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	730,19	2 146,32	0,00

A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁵.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económico-financeira sintetiza os resultados e a situação patrimonial e financeira da MARF, SA em 31 de dezembro de 2020. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

8.1. PERFORMANCE ECONÓMICA

A MARF, SA encerrou o ano de 2020 com um Resultado Líquido de 517,8 milhares de euros, valor inferior ao registado ao ano anterior, em 116,7 milhares de euros (-18,4%), correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 32,7% e a uma rentabilidade do capital próprio de 4,3%.

O EBITDA totalizou 988,8 milhares de euros, representando uma diminuição de 73,2 milhares de euros (-6,9%), face ao valor registado em 2019.

⁵ Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGTCP) (...)". O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

A margem do EBITDA atingiu 62,4%, no exercício económico de 2020, quatro pontos percentuais abaixo do ano anterior. O EBIT ascendeu a 684,7 milhares de euros, abaixo do valor registado em 2019, em 80,2 milhares de euros (-10,5%), correspondendo a uma margem do EBIT de 42,4%.

Para a evolução do EBITDA, face ao ano anterior, contribuiu o efeito conjugado de: (i) aumento dos gastos operacionais cash em 60,2 milhares de euros (+11,3%), apurado maioritariamente, na rubrica de FSE's, espelhando a necessidade de manter níveis adequados de limpeza e desinfeção, bem como o aumento dos preços praticados no caso da limpeza exterior e (ii) redução dos rendimentos operacionais, em 13 milhares de euros (-0,8%). Pese embora a forte recessão que afeta a região o volume de negócios apresentou alguma resiliência situando-se, praticamente em linha com o período homólogo (-0,1%).

Para a evolução do resultado líquido contribuiu, maioritariamente:

- Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos, em 51,2 milhares de euros (+15,3%), refletindo, refletindo maioritariamente a despesa incorrida para manter níveis adequados de limpeza e desinfeção em contexto pandémico;
- Diminuição na rubrica de "outros rendimentos operacionais", em 10,9 milhares de euros (-86,1%), maioritariamente justificado pela redução de juros de mora cobrados a clientes, em virtude de condições de acordos negociados em contexto pandémico, redução de penalidades aplicadas aos operadores, por motivo de incumprimento do Regulamento Interno e correções a exercícios anteriores;
- Aumento do imposto sobre o rendimento, em 31,5 milhares de euros (+25,7%), evolução que reflete o fim do reporte de prejuízos fiscais, no primeiro trimestre de 2019.

O quadro seguinte reflete a evolução das principais rubricas da Demonstração dos Resultados:

Síntese da Demonstração dos Resultados

milhares de euros	2018	2019	2020	2020/2019	
				ABS	%
Volume de Negócios	1 465,5	1 495,1	1 492,9	(2,2)	-0,1%
Fornecimentos e serviços externos	(338,2)	(334,1)	(385,3)	51,2	15,3%
Gastos com pessoal	(160,5)	(160,8)	(162,7)	1,9	1,2%
Outros Rendimentos e Ganhos	64,3	12,6	1,8	(10,9)	-86,1%
Outros gastos e perdas operacionais	(65,9)	(39,8)	(41,1)	1,3	3,3%
Imparid. de dívidas a receber (perdas/re-	0,7	-	(5,8)	(5,8)	n.d.
Subsídios ao Investimento	89,8	89,0	89,0	-	0,0%
Itens não recorrentes ⁽¹⁾	100,0	0,0	0,0	-	n.d.
EBITDA	1 155,6	1 062,0	988,8	(73,2)	-6,9%
(Depreciações)/Reversões	(288,8)	(297,1)	(304,1)	7,0	2,4%
Resultados operacionais (EBIT)	866,8	764,9	684,7	(80,2)	-10,5%
Resultados Financeiros	(143,0)	(7,8)	(12,8)	(4,9)	-63,2%
Resultados antes de imposto (EBT)	723,8	757,1	671,9	(85,2)	-11,2%
Imposto sobre o rendimento	(72,4)	(122,6)	(154,1)	31,5	25,7%
Imposto estimado para o exercício	(45,4)	(112,9)	(131,4)	18,4	16,3%
Imposto diferido	(26,9)	(9,6)	(22,7)	13,1	135,9%
Resultado líquido do exercício	651,4	634,5	517,8	(116,7)	-18,4%
Margem EBITDA (%)	65,2%	66,5%	62,4%	-4,1 p.p.	
Margem EBIT (%)	38,5%	47,4%	42,4%	-5 p.p.	
Margem Líquida (%)	40,2%	39,7%	32,7%	-7 p.p.	

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os rendimentos operacionais⁶ ascenderam, no exercício de 2020, a 1 583,7 milhares de euros, representando um decréscimo de 13 milhares de euros (-0,8%), face ao ano anterior. Esta evolução é, maioritariamente, apurada na rubrica "outros rendimentos operacionais", que regista um decréscimo de 9,8 milhares de euros (-9,8%).

Rendimentos Operacionais

milhares de euros	2018	2019	2020	2020/2019		Evolução
				ABS	%	
Taxas de Utilização	1 331,7	1 363,1	1 359,3	-3,8	-0,3%	86%
Taxas de Utilização Sazonais	42,9	40,7	37,8	-2,9	-7,1%	2%
Outras Prestações de Serviços	51,6	50,6	55,5	4,8	9,6%	4%
Taxas Cedência Posição	1,4	1,5	0,9	-0,6	-38,3%	0%
Outros Rendimentos Operacionais	61,5	100,6	90,8	-9,8	-9,8%	6%
Sub-Total (Rend. Cash)	1 489,1	1 556,5	1 544,3	-12,2	-0,8%	98%
Taxas de Acesso (Incorporação)	40,7	40,2	39,4	-0,8	-2,0%	2%
Total Rendimentos Operacionais	1 529,8	1 596,7	1 583,7	-13,0	-0,8%	100%

A recessão que vivemos, em razão da pandemia Covid-19, tem condicionado a substituição de alguns operadores que saem do Mercado ou a entrada de novos.

Não obstante, e apesar da conjuntura adversa, sentida em particular nesta zona do país, pelo impacto que teve ao nível do setor do turismo, foi possível manter o nível de rendimentos core da empresa, as taxas de utilização, praticamente em linha com o ano anterior.

As variações apuradas nos rendimentos das diversas edificações e tipologias de espaços (incluindo lugares sazonais) são conforme se apresenta de seguida:

Taxas de Utilização

milhares de euros	2018	2019	2020	2020/2019	
				ABS	%
Pavilhão Mercado	346,1	378,2	370,2	-8,0	-2,1%
Boxes	124,1	129,9	129,5	-0,5	-0,4%
Lugares de Terrado	42,9	40,7	37,8	-2,9	-7,1%
Escritórios	50,5	51,1	51,6	0,5	0,9%
Lojas	18,7	17,2	16,2	-1,0	-5,9%
Armazens	76,0	99,9	97,0	-3,0	-3,0%
Area técnica	6,1	5,7	6,1	0,4	7,4%
Restaurante	14,6	14,8	16,3	1,5	10,5%
Outras Areas	13,1	18,9	15,8	-3,1	-16,5%
Armazéns	152,5	148,9	157,0	8,0	5,4%
Entrepasto E2	445,0	449,2	448,2	-1,0	-0,2%
Entrepasto E3	391,4	387,2	352,3	-34,9	-9,0%
Entrepasto E1C	0,0	0,0	29,5	29,5	n.d.
Outros Espaços	39,5	40,2	39,9	-0,3	-0,9%
Total	1 374,6	1 403,7	1 397,1	-6,7	-0,5%

⁶ Excluindo subsídios ao investimento e ganhos por aumentos de justo valor em propriedades de investimento (2018)

Em 2020, a evolução das taxas de utilização por tipologia de espaço, é marcada pela dinâmica ao nível dos edifícios de Armazéns e Entrepósitos, refletindo a adaptação de espaços às necessidades dos operadores, com tradução na mudança de operadores entre espaços.

Neste contexto, dois grandes operadores logísticos saem do Entrepósito E3 para o Entrepósito E2 e para o Edifício de Armazéns.

Destaca-se a saída da DPD, SA do Entrepósito E2 para um novo edifício (Entrepósito E1C), reforçando a sua presença no Mercado, passando de uma área de ocupação de 1 666 m² para 3 281 m².

A performance do Entrepósito E3, reflete não só esta dinâmica de mudança de espaços, como também a rescisão contratual com um grande operador logístico, em abril de 2020. O contexto económico adverso que caracterizou o ano 2020, determinou grande dificuldade na reposição desta saída. A ocupação prevista foi adiada.

No pavilhão do Mercado, os "lugares de terrado" apresentam um desempenho desfavorável, face a 2019, mantendo-se um setor do mercado com pouca expressão em número de operadores, de compradores e de rendimento. A idade dos envolvidos, em contexto de pandemia, não potencia a dinâmica comercial.

A rubrica "outras prestações de serviços" ascendeu a 55,5 milhares de euros, representando um aumento de 4,8 milhares de euros (+9,6%), face a 2019. Esta rubrica integra, essencialmente: (i) fees de gestão relativos a contratos de gestão estabelecidos entre a MARF, SA e a MARE, SA e a SIMAB, SA (29,2 milhares de euros); (ii) rendimentos de aluguer de equipamento de frio (10,5 milhares de euros) e de empilhador (2,3 milhares de euros); (iii) prestação de serviços de adaptação de espaços (13,4 milhares de euros) e (iv) taxas de cedência de posição contratual (1 milhar de euros).

A rubrica de "Outros rendimentos operacionais", ascendeu a 90,8 milhares de euros e apresenta-se inferior a 2019, em 9,8 milhares de euros (-9,8%). Esta rubrica integra, maioritariamente, rendimentos decorrentes da integração de subsídios ao investimento (89 milhares de euros) e integra ainda juros de mora (1,5 milhares de euros) e penalidades contratuais (0,2 milhares de euros). O desvio desfavorável, face a 2019, deve-se aos valores inferiores registados nestas duas últimas rubricas, em 2020, por um lado, devido a acordos de pagamento realizados com alguns operadores e, por outro lado, pelo abrandamento da atividade nos meses de verão onde a atividade de alguns operadores de logística de caráter sazonal potenciava a realização de infrações e consequente incumprimento do RIM.

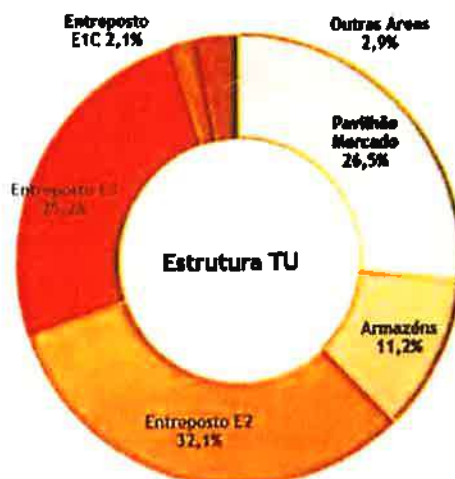
GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais (exceto depreciações, imparidades e provisões) ascenderam, em 2020, a 589,1 milhares de euros, registando um aumento de 54,4 milhares de euros (+10,2%). Esta evolução é apurada, essencialmente em FSE's, que registaram um aumento de 51,2 milhares de euros (+15,3%), para o qual contribuiu a rubrica de limpeza, que representa um peso de 43% na estrutura de FSE's e aumenta 58 milhares de euros (+53,6%).

Os gastos com o pessoal situam-se ligeiramente acima do ano anterior, em 1,9 milhares de euros (+1,2%).

Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, que ascendem a 309,9 milhares de euros (34% dos gastos operacionais), os gastos operacionais ascendem ao montante de 899 milhares de euros, registando um aumento de 67,2 milhares de euros (+8,1%), face ao ano anterior.

O quadro seguinte evidencia a evolução do total dos gastos operacionais:



Estrutura dos Gastos Operacionais

milhares de euros	2018	2019	2020	2020/2019	%	estrutura
FSE	338,2	334,1	385,3	51,2	15,3%	43%
Pessoal	160,5	160,8	162,7	1,9	1,2%	18%
Outros Gastos Operacionais	65,9	39,8	41,1	1,3	3,3%	5%
SubTotal (Cash)	564,6	534,7	589,1	54,4	10,2%	66%
Depreciações/Amortizações	288,8	297,1	304,1	7,0	2,4%	34%
Imparidade/rever. de dívidas a receber	-0,7	0,0	5,8	5,8	n.d.	1%
Total Gastos Operacionais	852,8	831,8	899,0	67,2	8,1%	100%

Fornecimentos e Serviços Externos

Em 2020, os gastos com fornecimentos e serviços externos (FSE), ascenderam a 385,3 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 51,2 milhares de euros (+15,3%), representando 24% dos rendimentos operacionais e um peso de 43% no total dos gastos operacionais.

A necessidade de renovação dos contratos de limpeza que findaram, acabou, inevitavelmente, por ser impactada pelo contexto pandémico, no caso do contrato celebrado em março de 2020, tal como pelo acordo coletivo de trabalho, entretanto celebrado no setor, e pelo aumento do salário mínimo nacional. A conjugação destes três fatores produziu um aumento da despesa operacional que não podia ser contrariado em razão da extrema necessidade do serviço prestado, nomeadamente em tempos de pandemia, situação que impedia qualquer período sem níveis adequados de limpeza e desinfeção.

Contudo, importa referir que, foram adotadas medidas de controlo e redução de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar este efeito.

A variação ocorrida nos FSE's é explicada pelas variações nas diversas rubricas que o integram, conforme apresentado no quadro seguinte:

Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos

milhares de euros	2018	2019	2020	2020/2019		Estrutura
				ABS	%	
Trabalhos Especializados	47,6	41,7	41,2	-0,5	-1%	11%
Publicidade	20,5	6,1	1,8	-4,3	-70,6%	0%
Vigilância	75,0	79,9	80,3	0,4	0,5%	21%
Manutenção	14,0	17,5	18,5	1,1	6,2%	5%
Eletricidade	41,1	38,8	35,9	-2,8	-7,3%	9%
Combustíveis	3,8	3,7	2,8	-0,9	-23,8%	1%
Água	10,1	11,0	12,0	1,0	9,2%	3%
Deslocações e Estadas	4,4	3,4	2,2	-1,2	-35,6%	1%
Rendas e Aluguéis	9,1	9,9	9,6	-0,3	-3,5%	2%
Comunicação	4,0	3,8	3,7	-0,1	-3,4%	1%
Seguros	7,2	7,6	8,1	0,6	7,5%	2%
Limpeza	96,5	108,1	166,1	58,0	53,6%	43%
Outros FSE	3,0	2,7	3,1	0,4	14,8%	1%
Total	338,2	334,1	385,3	51,2	15,3%	100%

O esforço de contenção e até mesmo de redução na generalidade das rubricas, foi totalmente agravado pelo aumento nos gastos com limpeza, decorrente de rescisão contratual antecipada por parte do prestador de serviços e que, como expresso acima, levou a nova contratualização num período complexo.

NF
12

Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal, que representam cerca de 10% dos rendimentos operacionais e 18% dos gastos operacionais, ascenderam a 162,7 milhares de euros, registando um acréscimo de 1,9 milhares de euros (+1,2%), refletindo o efeito conjugado de: (i) atualização salarial (+0,3%); (ii) pagamento de horas suplementares (0,6 milhares de euros) e remuneração em espécie (0,3 milhares de euros), em razão do esforço acrescido que tem sido solicitado, decorrente do contexto pandémico.

Estrutura dos Gastos com Pessoal

milhares de euros	2018	2019	2020	2020/2019	
				abs.	%
Remuneração OS	17,6	17,6	17,6	0,0	0,0%
Remuneração do Pessoal	113,39	113,4	114,3	0,9	0,8%
Encargos sobre Remunerações	25,0	25,0	25,2	0,2	0,9%
Seg.acid.trabalho	0,7	0,6	0,7	0,1	19,6%
Outros gastos c pessoal	3,8	4,2	4,9	0,7	15,7%
Total	160,5	160,8	162,7	1,9	1,2%

Outros Gastos Operacionais

A rubrica de outros gastos operacionais ascendeu a 41,1 milhares de euros, e integra maioritariamente o imposto municipal sobre imóveis (38,1 milhares de euros), que regista um aumento de 2,5 milhares de euros uma vez que o valor de 2019 integra uma correção de excesso de estimativa relativa a IMI de 2018, decorrente da redução da taxa de IMI, o que justifica a evolução desta rubrica.

Depreciações, Imparidades de Dívidas a Receber e Provisões

Os gastos "non cash" (depreciações, imparidades de dívidas a receber e provisões) ascenderam a 309,9 milhares de euros. As depreciações situaram-se acima do ano anterior, em 7 milhares de euros (+2,4%), refletindo o investimento realizado, nomeadamente a entrada em funcionamento do novo edifício.

Em 2020, foram reconhecidas imparidades em dívidas a receber de clientes, no montante de 5,8 milhares de euros, relativa a dívida de um operador que rescindiu contrato em 2018. Em 2019, não foram registados gastos desta natureza.

RESULTADOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano 2020, em 12,8 milhares de euros, representando um aumento de 4,9 milhares de euros (+63,2%), face a 2019, refletindo o aumento do peso relativo de financiamento por via de prestações acessórias de capital, em detrimento de financiamento menos oneroso, nomeadamente, o empréstimo do BEI. De salientar que os encargos financeiros decorrentes do financiamento da empreitada de construção de novo edifício foram capitalizados até à entrada em funcionamento do ativo, que ocorreu em novembro de 2020.

IMPOSTO

A linha de imposto regista, em 2020, o montante de 154,1 milhares de euros e reflete: (i) imposto corrente, estimado para o período, no montante de 131,4 milhares de euros, refletindo um aumento, face a 2019, de 18,4 milhares de euros (+16,3%), variação impactada pelo efeito do reporte de prejuízos fiscais, no primeiro trimestre de 2019, com um impacto favorável no imposto de 2019, no montante de 37,6 milhares de euros e (ii) imposto diferido no montante de 22,7 milhares de euros,

² DL n.º 10-B/2020, de 20 de março

com origem em diferenças entre a base fiscal e contabilística, que resulta do efeito conjugado da reversão do ativo por impostos diferidos relativo à imparidade em ativos fixos, no montante de 29,6 milhares de euros e da reversão de passivos por impostos diferidos relativo à integração de subsídio ao investimento, na parte proporcional à perda por imparidade, no valor de 6,9 milhares de euros.

8.2. POSIÇÃO FINANCEIRA

BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA

A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética no quadro seguinte:

Balanço Sintético

milhares de euros	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	2020/2019	
				ABS	%
Ativo Fixo Líquido	11 836,8	11 559,1	12 943,2	1 384,2	12,0%
Propriedades de Investimento	3 054,5	3 054,5	3 017,5	-37,0	-1,2%
Capital Circulante Líquido	-282,5	-344,4	-317,4	27,0	7,8%
Outros	-118,8	-189,9	-240,2	-50,2	-26,5%
Diferimentos	-639,2	-608,3	-572,9	35,4	5,8%
Capital Investido	13 850,9	13 470,9	14 830,2	1 359,3	10,1%
Dívida Financeira ¹	2 850,0	1 930,0	2 876,5	946,5	49,0%
Caixa e Depósitos Bancários	97,0	23,7	31,1	7,4	31,2%
Dívida Líquida	2 753,0	1 906,3	2 845,4	939,1	49,3%
Capital Social (realizado)	7 042,3	7 042,3	7 042,3	0,0	0,0%
Excedentes Revalorização	480,6	480,6	452,0	-28,7	-6,0%
Reservas e Resultados Retidos	3 574,9	4 041,7	4 490,5	448,8	11,1%
FundosACIONISTAS	11 097,9	11 564,6	11 984,8	420,2	3,6%

¹ Inclui Prestações Acessórias de Capital

A posição financeira da empresa assenta no ativo total líquido no montante de 17 264,9 milhares de euros, repartido por 17 186,3 milhares de euros (99,5%) e 78,6 milhares de euros (0,5%), de não corrente e corrente, respetivamente.

O passivo ascendeu a valores de 5 280,1 milhares de euros, 4 157,1 milhares de euros e 1 123,1 milhares de euros, não corrente e corrente, respetivamente.

Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital, repartida em 69% por capitais próprios e 31% por capitais alheios, sendo 79% não corrente e 21% corrente.

Da comparação da posição financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as variações mais relevantes encontram-se nas seguintes rubricas:

- Aumento do ativo fixo líquido, em 1 384,2 milhares de euros (+12%), decorrente, maioritariamente do efeito conjugado das depreciações do exercício, que ascenderam a 304,1 milhares de euros e do investimento total realizado, no período em análise, que ascendeu a 1 688,3 milhares de euros, referente a: (i) construção de novo edifício (1.659,3 milhares de euros); (ii) capitalização de juros e encargos financeiros (11,4 milhares de euros), relativamente ao financiamento da construção do novo edifício; (iii) aquisição de computadores (1,9 milhares de euros); (iv) câmaras de videovigilância (1,1 milhares de euros); (v) remodelação de espaços para comercialização (13,8 milhares de euros) e (vi) outros (0,9 milhares de euros);
- Redução do justo valor de Propriedades de Investimento, na sequência de avaliação realizada por avaliador independente, com referência a 31/12/2020, que resultou no apuramento de um justo valor inferior à quantia escriturada, em 37 milhares de euros (-1,2%), sendo este valor acomodado no excedente de revalorização desta propriedade;

- Redução dos ativos por impostos diferidos, no montante de 32,2 milhares de euros (-2,6%), maioritariamente correspondente à reversão dos ativos por impostos diferidos, decorrente do registo, em anos anteriores, de perdas por imparidade de ativos fixos;
- Redução em dívidas de clientes conta corrente, em 19,4 milhares de euros (-30,8%), face a 31 de dezembro de 2019. O nível do prazo médio de recebimentos correspondeu, em termos médios anuais, a 16 dias;
- Aumento das disponibilidades em 7,4 milhares de euros.

O passivo, incluindo diferimentos, a 31 de dezembro de 2020, ascendeu a 5 280,1 milhares de euros, aumentando 881 milhares de euros (+20%), quando comparado com 31 de dezembro de 2019. As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- Redução nas dívidas a fornecedores conta corrente, no montante de 43,6 milhares de euros (-26%). O prazo médio de pagamentos (PMP)⁸ situou-se em 20 dias, que compara com 61 dias, em 2019;
- Redução nos diferimentos, em 35,4 milhares de euros (-5,8%), decorrente, essencialmente da integração em rendimentos do exercício de taxas de acesso;
- Aumento de empréstimos acionistas, em 546,5 milhares de euros;
- Diminuição da dívida ao BEI, em 1 000 milhares de euros;
- Aumento dos empréstimos de médio e longo prazo em 1 400 milhares de euros, para financiamento de investimento na construção de novo edifício, na sequência da sua contratualização com operador logístico.

O detalhe da dívida financeira poderá ser analisado conforme se apresenta no quadro seguinte:

Posição da Dívida Financeira

milhares de euros	31/12/2019	Utiliz./ (Acesso U2) 2020	31/12/2020
Linhas de curto prazo	0,0	0,0	0,0
Apoio à Tesouraria	0,0	0,0	0,0
Financiamento MLPrazo	1 930,0	946,5	2 876,5
BEI	1 500,0	-1 000,0	500,0
Financ. Investimento	0,0	1 400,0	1 400,0
Prest. Acessórias	430,0	546,5	976,5
Total	1 930,0	946,5	2 876,5

Os capitais próprios ascendem, no final do exercício de 2020, a um valor positivo de 11 984,8 milhares de euros, um aumento de 420,2 milhares de euros (+3,6%), face a 31/12/2019.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 4,32%. A componente operacional deste valor equivale a 5,7%. O efeito de alavancagem financeira e o efeito fiscal contribuem negativamente para o resultado.

Rentabilidade do Capital Próprio	2018	2019	2020
(1) RL/Vendas	0,44	0,42	0,35
(2) Vendas/Ativo	0,09	0,09	0,09
(3) Ativo/CP	1,47	1,38	1,44
Rentabilidade do Capital Próprio (RCP)	5,87%	5,49%	4,32%

⁸ Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

Rentabilidade dos Capitais Próprios	2018	2019	2020
(1) Política de Investimento	0,071	0,067	0,057
EBITDA / Vendas	0,789	0,710	0,662
Vendas / Ativo	0,090	0,094	0,086
(2) Política de Financiamento	0,923	0,984	0,979
Ativo / CP	1,473	1,380	1,441
RAI / EBITDA	0,626	0,713	0,680
Efeito Fiscal	0,900	0,838	0,771
RL / RAI	0,900	0,838	0,771
Rentabilidade do Capital Próprio (taxa)	5,87%	5,49%	4,32%

FLUXOS DE CAIXA

A atividade operacional da empresa gerou, em 2020, um fluxo líquido positivo de 735,5 milhares de euros, inferior ao ano anterior, em 167,4 milhares de euros, refletindo o esforço de redução dos PMP e o aumento dos pagamentos de IRC.

O fluxo das atividades de Investimento ascendeu a 1 648,7 milhares de euros, dos quais 1 634,9 milhares de euros correspondente a pagamentos realizados no âmbito da empreitada de construção do novo edifício para instalação de novo operador logístico.

O serviço da dívida ascendeu a 1 025,9 milhares de euros, incluindo o pagamento de prestações de capital ao Banco Europeu de Investimento e encargos com aval do Estado Português, no montante de 1 004,6 milhares de euros, pagamento de encargos financeiros no âmbito de empréstimo de mlp (13 milhares de euros) e pagamento de juros de prestações acessórias de capital (8,4 milhares de euros).

Para financiar as necessidades de tesouraria a empresa recorreu a empréstimo de médio longo prazo, para financiamento de investimento na empreitada de construção de novo edifício, no montante de 1 400 milhares de euros e a prestações acessórias de capital, no montante de 546,5 milhares de euros.

Demonstração sintética dos Fluxos de Caixa

milhares de euros	2018	2019	2020
Caixa Início período	22,3	97,0	23,7
Cash Flow Atividades Operacionais	909,2	903,0	735,5
Recebimentos Clientes	1 787,6	1 803,9	1 889,1
Pagamentos Fornecedores	-432,9	-408,0	-529,5
Pagamentos Pessoal	-128,1	-134,7	-131,8
Outros recebimentos / (pagamentos) operacionais	-317,3	-358,2	-492,3
Cash Flow Atividades Investimento (Ativos Fixos)	-12,0	-48,2	-1 648,7
Cash Flow disponível para serviço da dívida	897,2	854,8	-913,2
Serviço da Dívida			
Juros e outros encargos	-3,5	-5,6	-17,5
Amortização capital (BEI)	-1 000,0	-1 000,0	-1 000,0
Free Cash Flow	-106,3	-150,8	-1 930,7
Fluxo Financiamento			
Capital Acionista	350,0	80,0	546,5
Juros de Prestações Acessórias	-168,9	-2,4	-8,4
Recebimento / (Amortização) de empréstimos ML	0,0	0,0	1 400,0
Variação de caixa no período	74,7	-73,3	7,4
Caixa no final do período	97,0	23,7	31,1

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Em resultado, por um lado, do reforço da capacidade de geração de "cash flow" e, por outro lado, de uma política criteriosa de investimento, a dívida financeira líquida da MARF, SA tem vindo a diminuir nos últimos anos, ascendendo a 2 845,4 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2020.

Em 2020, na sequência da contratualização de uma área de construção de 3 281,80 m² com um operador logístico, e procurando adequar o prazo do empréstimo à maturidade dos ativos financiados, a MARF, SA contratualizou um financiamento de médio longo prazo, no montante de 1 400 milhares de euros.

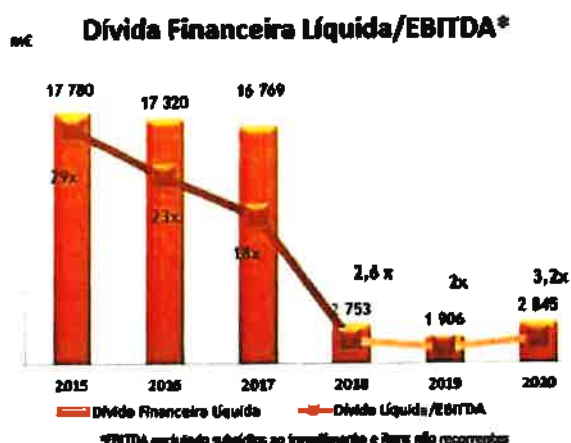
Em consonância com uma política de otimização da estrutura de financiamento do Grupo SIMAB, tem sido preconizada uma política de concentração de crédito bancário na SIMAB, SA, em condições de financiamento mais favoráveis que levou à substituição de crédito bancário das participadas por fundos acionistas, por via da realização de prestações acessórias de capital.

A SIMAB, SA tem vindo a procurar as melhores alternativas de financiamento junto da banca, tendo em vista a otimização dos seus financiamentos, quer ao nível do custo, quer ao nível do tipo de produto contratado e garantias conexas, consubstanciadas numa redução do "all in spread", que tem refletido integralmente na taxa de juro das prestações acessórias de capital às participadas.

Neste contexto, em novembro de 2020, a SIMAB, SA contratualizou um Programa de Emissão de Papel Comercial (PPC), no montante de 12 500 milhares de euros, para refinarçar integralmente um PPC com vencimento em 25 novembro de 2020. As condições de pricing obtidas consubstanciam uma redução do all in spread em 81,25 pontos base, que repercutirá nas condições das prestações acessórias de capital às participadas.

Do total da dívida financeira, em 31 de dezembro de 2020, 500 milhares de euros (17%), respeita ao financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (com aval do Estado Português), 976,5 milhares de euros (34%), respeita a prestações acessórias de capital, realizadas pelo acionista SIMAB e 1 400 milhares de euros, respeita a financiamento de médio/longo prazo.

O aumento da rentabilidade operacional, a redução do financiamento e a obtenção de condições de pricing mais favoráveis aliado à operação de recapitalização da sociedade em 2018⁹, determinaram o reforço da capacidade financeira de pagamento da dívida com tradução na redução do rácio Dívida Financeira Líquida/EBITDA, de 29x em 2015, para 3,2x em 2020.



II. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado, no valor de 517 843,57 euros (quinhentos e dezassete mil, oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete centavos), tenha a seguinte distribuição:

- 51 784,36 euros (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro euros e trinta e seis centavos), seja transferido para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos do art. 19.º dos Estatutos da sociedade.

⁹ Em 29 agosto de 2018, foi deliberada em Assembleia Geral da MARF, SA, a realização de um aumento de capital, integralmente subscrito e realizado em espécie, pela SIMAB, SA, por via da conversão de suprimentos, no valor de 13 291 milhares de euros, que determinou a saída da sociedade do âmbito do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

- 466 059,21 euros (quatrocentos e sessenta e seis mil, cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa não tem dívidas ao Estado, nem à Segurança Social;

A empresa-mãe da MARF, SA, a SIMAB, SA é detida a 100% pela Parapública, SGPS, SA.

O Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas de 2020 da MARF, SA e respetivas Demonstrações Financeiras, em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021.

11. FACTOS SUBSEQUENTES (IMPACTO COVID-19)

A pandemia da Covid-19 teve, está a ter, e continuará a ter nos próximos meses, um impacto profundo na atividade económica mundial e nacional. E, esse impacto existiu, existe e continuará a existir, também, nas empresas do Grupo SIMAB.

Hoje, com dados de 2020, e com o incremento da pandemia no final do ano, podemos reconfirmar que a nível mundial e nacional continuamos a enfrentar uma quebra acentuada do PIB e uma profunda recessão económica.

Uma quebra que teve efeitos significativos no primeiro semestre, melhorando a economia ligeiramente no terceiro trimestre e voltando a regredir no quarto trimestre. E o primeiro semestre de 2021 não se apresenta promissor.

Assim sendo, a reativação da economia nacional ao longo dos próximos meses, mas, também, e de modo decisivo, o reanimar de toda a economia europeia e mundial é algo ainda imprevisível. Naturalmente, em associação com a evolução da pandemia no país e nas várias regiões do globo.

O período que estamos a voltar a viver, em termos de pandemia da Covid-19, em especial na Europa, leva-nos a considerar que estamos ainda longe de superar esta situação. Consequentemente, também a economia demorará a retomar a atividade e os índices pré Covid.

No entanto, tal como antecipámos, e os vários meses decorridos continuam a confirmar essa afirmação, pese embora esse impacto, toda a fileira agroalimentar continuou a contribuir, sem qualquer tipo de interrupção operacional ou comercial, para o imperativo da continuidade da cadeia de abastecimento às populações que foi um objetivo estabelecido pelo Governo e, no nosso caso, plenamente suportado pelas orientações emanadas, em sustentáculo à ação do Governo, pelo acionista Parapública.

Ou seja, mantiveram-se em funcionamento, durante todo o ano de 2020, enquanto elo essencial da cadeia de abastecimento, os Mercados Abastecedores.

Os Mercados Abastecedores fizeram a sua parte, mantendo-se em plena operação e a cumprir o serviço público de proporcionar a continuidade da cadeia de abastecimento ao comércio retalhista em atividade. Pese embora, se tenha mantido, até à data, a complexidade da gestão das diferentes variáveis em apreço.

2020 foi um ano complexo na gestão conjugada da atividade de formalização e acompanhamento de acordos de pagamentos com as empresas nossas clientes bem como da sua atividade, com consequentes impactos nos fluxos financeiros das empresas do Grupo, da operação e da atividade comercial. Também, em termos de impacto, embora pontual, da pandemia, nas várias empresas do Grupo, com a necessidade de adoção de novas medidas de controlo e mitigação da pandemia e de gestão mediática dessas situações. Medidas essas com impacto nos resultados líquidos apresentados.

NF
p

Não obstante, essa complexidade, também durante todo o ano de 2020, e até à data, não tivemos impactos na operação, no cumprimento dos nossos compromissos e na manutenção dos investimentos em curso. Pese embora a exigência dos nossos compromissos.

Saltentando-se que todos os Acordos de Pagamentos celebrados, até à data, no Grupo SIMAB, têm vindo a ser pontualmente cumpridos e que, globalmente, o desempenho das várias empresas do Grupo tem sido positivo. Embora, num outro contexto, o desempenho e o resultado líquido pudessem ser ainda melhores.

Em especial, porque existiu impacto da pandemia na despesa operacional, em áreas essenciais à boa operação dos Mercados e à gestão da pandemia, embora em parte contrabalançado em outras rubricas dessa despesa, e porque algumas decisões de contratação e investimento por parte dos nossos clientes e potenciais novos clientes se têm atrasado ou suspenso. Embora não cancelado.

E, no setor da logística, há mesmo um acréscimo de procura para realização de novos negócios em 2021 e 2022 em razão do aumento da compra *on line* e da entrega ao domicílio e no estabelecimento (na impossibilidade de resposta imediata a algumas das solicitações por ausência de espaços disponíveis). Naturalmente, que a evolução da pandemia e da recessão marcará a concretização ou não dessas perspetivas.

A resiliência do Grupo SIMAB permitiu, ao longo do ano de 2020, benefícios para a atividade económica, a cadeia de abastecimento e a atividade retalhista dos clientes dos nossos clientes.

Comércio retalhista que aumentou os seus níveis de compra, se diversificou e, também, aumentou o seu volume de vendas junto dos consumidores finais. Em especial, nas suas várias vertentes, o comércio retalhista de proximidade. Com efeitos comerciais e operacionais na vida dos Mercados Abastecedores.

Com efeito, os dados que têm vindo a ser conhecidos permitem considerar, como tem vindo a ser escrito, que é difícil encontrar em algum momento na história em que os comportamentos tenham mudado tão drástica e rapidamente quanto aquele que hoje vivemos.

A pandemia redefiniu prioridades, desenhou novos padrões de consumo e fez disparar a procura pelos bens de primeira necessidade nos supermercados, mas sobretudo no comércio tradicional, uma tendência que já estava a ter uma dinâmica crescente e que a crise veio acelerar e consolidar.

De acordo com os dados da plataforma SIBS Analytics, o valor das operações de pagamento eletrónico realizadas em 2020 no comércio tradicional, assim como em mercearias e minimercados aumentou significativamente, face a igual período de 2019.

Ou seja, como escrevemos logo no início da pandemia, o comércio alimentar de proximidade passou a exercer um papel fundamental. Respondeu de forma positiva, a nível de preço e de oferta, e soube adaptar-se, disponibilizando entregas ao domicílio ou encomendas por telefone ou online. O que também aconteceu no comércio grossista.

O consumo em superes e hipermercados também cresceu, embora de forma não tão expressiva. E, de igual modo, aumentou também o gasto em farmácia e, principalmente, em tecnologia. Ou em itens como cultura, entretenimento, bricolage, entre outros. Todos relevantes na atividade logística e de transporte que ocorre nas nossas plataformas logísticas de base agroalimentar, em especial na entrega ao domicílio, uma vez que se passou a valorizar a proximidade e o consumo em casa.

As empresas grossistas de hortofrutícolas apresentaram, na generalidade, maior resiliência, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os seus compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio *on line* e da entrega ao domicílio tal como via aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade.

Continuaram a ser exceção, dentro destas, as empresas grossistas de hortofrutícolas cujos clientes são consumidores coletivos, tais como, cantinas de escolas e lares ou o canal HORECA e outras que operam em nichos de mercado como a aviação. Embora, a maioria tenha, também, conseguido diversificar, com sucesso, os seus clientes. No entanto, a reabertura e novo encerramento de muitas destas atividades poderá ter um efeito significativo e danoso em 2021.

Analogamente, o setor das mercearias secas teve, também, um forte crescimento do seu volume de negócios.

As unidades de restauração que existem nos Mercados Abastecedores enfrentaram grandes dificuldades tal como as atividades complementares. Existiu alguma recuperação durante o segundo semestre, mas os problemas agravaram-se significativamente no início de 2021.

Quanto às principais empresas de transporte e logística, aquelas que trabalham quase exclusivamente para o mercado nacional, realizando uma distribuição capilar, de proximidade, com encomendas de pequeno porte, tiveram os impactos da pandemia mitigados pelo crescimento da componente de entregas de mercadorias compradas em comércio eletrónico e por outras vias alternativas. Embora, queixando-se de alguma “desregulação” das entregas.

Quanto às empresas de transporte e logística internacional, pese embora o esforço de cooperação internacional de que os “corredores verdes” são exemplo, algumas grandes empresas e/ou multinacionais, tiveram constrangimentos na sua atividade no primeiro semestre de 2020. Constrangimentos solucionados ao longo do ano.

Face ao exposto, ao nível da receita, fomos alvo de diversas abordagens por parte dos nossos clientes que, enfrentando dificuldades de tesouraria, solicitaram isenções e/ou flexibilizações de pagamento das suas taxas de utilização.

Neste contexto, definimos princípios orientadores de abordagem negocial no quadro de todas as situações serem avaliadas criteriosamente, caso a caso, diariamente, pelos nossos serviços comerciais, sempre numa perspetiva complementar às medidas de apoio anunciadas pelo Governo, e objeto de diálogo com as empresas e com as suas Associações representativas.

Naturalmente, que os princípios orientadores poderão ser adaptados se a situação evoluir negativamente.

O que não aconteceu, no essencial, em 2020, com exceção de um ou outro caso pontual, e não se perspetiva que venha a acontecer em 2021 de modo significativo. Eventualmente, com exceção do setor da restauração.

Situações mais graves ou de elevada complexidade, como no caso em que as empresas estejam a investir nos nossos Mercados, poderão ter necessidade, dentro dos mesmos princípios, de uma abordagem mais flexível (o que já aconteceu numa situação).

Seguimos esta abordagem porque nos pareceu adequado ter uma base negocial comum, de partida, para cada setor, a ser analisada caso a caso. O que se refletiu na assinatura de vários acordos de pagamentos. Embora, diminutos face ao número de clientes dos Mercados.

Revisitando o ano de 2020 e os resultados líquidos apresentados pelas várias empresas do Grupo foi uma boa opção.

Do mesmo modo, em 2020, deu-se continuidade ao reforço acrescido das ações diárias de acompanhamento dos pagamentos feitos pelos clientes bem como do controlo de créditos.

Também por isso, e devido às opções comerciais e de investimento todas nos últimos cinco anos, face à pandemia e à recessão que vivemos em 2020, o impacto nos rendimentos, em taxas de utilização, nos Mercados Abastecedores não é negativo.

E, em várias situações, face ao período homólogo, é até positivo.

O que não quer dizer que a situação, ao nível dos rendimentos, não se possa agravar. Tudo dependerá da evolução da economia.

No que concerne à despesa operacional, foi também nosso dever manter os Mercados Abastecedores abertos e em plena operação face à situação que vivemos e cuja exigência dos desafios que temos enfrentado, com aumento da procura por parte dos clientes dos clientes bem como com necessidades acrescidas de controlo, faseamento de entradas, limpeza, desinfeção e gestão da comunicação, tem sido também reportada ao acionista e à tutela.

Nesse report foi sendo detalhada a implementação de um vasto conjunto de medidas, nestes domínios, com vista à proteção da saúde dos trabalhadores e utilizadores dos Mercados, em que algumas delas têm impacto na despesa operacional.

N.
P

Do mesmo modo, em razão das necessidades de adaptação inicial da operação e dos espaços, das mudanças legislativas, com impacto na operação, que foram ocorrendo durante as várias fases do Estado de Emergência e Calamidade e, igualmente, com a aprendizagem que fomos tendo bem como com a progressiva estabilização da operação, foi sendo sempre reportado que, na nossa perspectiva, o mês com maior despesa operacional acrescida seria abril e que depois procuraríamos reduzir alguma dessa despesa. Sendo que, em especial no que concerne ao MARF, parte dela poderá ter de se manter no futuro.

Isso foi feito. No entanto, junho e julho obrigou a novas medidas. E o final do ano só reforçou essa necessidade acrescida. Medidas que estão em permanente avaliação e que procurámos gerir ao longo do tempo.

Provavelmente, estas necessidades terão de se manter ao longo de 2021. E, no momento de renovação de contratos de alguns dos prestadores de serviços nas áreas de higiene, segurança e *utilities*, a despesa poderá sentir efeitos da pandemia.

Importa reiterar que temos procurado conter, ao longo de todos estes meses, a despesa operacional em outras rubricas, ao mesmo tempo que políticas de sustentabilidade têm também ajudado à despesa operacional, tal como o acréscimo de horas e de funções de parte dos RH tem sido compensado por baixas e outro tipo de poupanças na rubrica. O que tem sido, em parte, conseguido.

Foi dada continuidade às iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando a realização de investimentos àqueles que se revelam críticos e essenciais à manutenção de infraestruturas ou ao desenvolvimento do negócio.

Embora, também aqui, quer para a colocação de pessoas em teletrabalho quer para adaptação dos nossos espaços, se registaram alguns investimentos derivados da pandemia da Covid-19.

Deste modo, em 2020, a maioria das empresas esteve em linha com as perspectivas delineadas. E os desvios que ocorreram, na despesa, não fugiram ao planeado para fazer face à pandemia. E, no que concerne à receita, a resiliência tem sido apreciável.

Com isso, todas as empresas do grupo SIMAB têm conseguido assegurar a continuidade das operações, cumprir os compromissos financeiros assumidos, garantindo a sustentabilidade dos Mercados a curto prazo sem comprometer a sua viabilidade de médio/longo prazo. Ao mesmo tempo que se procura apoiar as empresas nossas clientes em linha com o requerido pela tutela setorial.

Assim sendo, em termos de resultado líquido, face ao período homólogo, as empresas do Grupo SIMAB apresentam bons resultados e só a MARF apresenta uma despesa acrescida que prejudica este item.

Despesa essa, ao nível da limpeza, que é impactada pelos efeitos conjugados dos efeitos RMG, acordo coletivo e pandemia.

Em conclusão, até agora, as perspectivas têm sido melhores do que se anteviam. Fruto da resiliência do setor, do crescimento do consumo, do trabalho comercial e dos investimentos feitos em anos anteriores, desde 2016, e do acompanhamento próximo feito aos clientes.

Só assim, muitas das empresas do Grupo puderam apresentar, em termos de resultado líquido, expurgados de fatores extraordinários, os melhores resultados de sempre.

Só assim, em termos consolidados, o Grupo SIMAB, também ao nível do seu resultado líquido, expurgados de fatores extraordinários, pode apresentar em 2020 o seu melhor resultado de sempre.

Só assim, a dívida financeira líquida do Grupo SIMAB continuou a diminuir significativamente ao longo de todo o ano de 2020.

Face ao atual enquadramento de incerteza, ainda não nos é possível estimar com um grau de confiança razoável os impactos da pandemia na atividade, rentabilidade e liquidez futura da MARF, SA, sendo convicção do Conselho de Administração que o processo de vacinação que se encontra em curso poderá em breve proporcionar o regresso à normalidade das vidas e dos negócios.

No entanto, o Conselho de Administração considera, com base na informação atualmente disponível, que a liquidez e o nível de capitais próprios serão suficientes para a Entidade prosseguir a sua atividade.

Pese embora as dificuldades da pandemia e da recessão continuamos a acreditar que, com a continuidade destas opções de gestão, em diálogo permanente com os acionistas, poderemos manter sem alterações a atual atividade dos Mercados, que é crucial na garantia de funcionamento da cadeia de abastecimento às cidades, bem como apoiar melhor as empresas nossas clientes e manter, dentro do possível, esta trajetória de resultados e de diminuição da dívida.

12 PERSPECTIVAS FUTURAS

Conforme referido no ponto anterior, até ao final de 2020, o MARF revelou-se resiliente face aos impactos da crise sanitária causada pela pandemia Covid-19.

Desde o início de março, o Conselho de Administração, em estreita articulação com a estrutura Diretiva da empresa, tem dado suporte permanente às operações, agilizando os processos de tomada de decisão e permitindo a rápida adaptação dos planos de ação de curto prazo no contexto do desenvolvimento da pandemia por Covid-19.

As prioridades mantiveram-se inalteradas desde o início da crise sanitária: segurança das nossas equipas e dos clientes e utilizadores que nos visitam, estabilidade da cadeia de abastecimento, com medidas especiais implementadas no início da crise pandémica e que mantemos até hoje.

É hoje evidente que esta pandemia impacta todos os negócios de forma não homogénea, variando em função das medidas impostas e da resiliência de cada setor.

A empresa protagonizou uma rigorosa revisão de processos que permitiu mitigar o impacto deste aumento de custos nas respetivas rentabilidades. Foram adotadas as medidas consideradas necessárias pelo governo e autoridades sanitárias, tendo a nossa empresa preparado respostas específicas de acordo com as diversas realidades.

Considerando o contexto de incerteza que a atual situação traduz, a empresa implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e utilizadores do Mercado, diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando, nesta fase, a realização de investimentos àqueles que se revelam críticos e essenciais à manutenção de infraestruturas.

No primeiro semestre de 2021, deverão manter-se as medidas de restrição que incidam sobre a matéria da circulação na via pública, regulando a prossecução de tarefas e funções essenciais à sobrevivência, as deslocações por motivos de saúde, o funcionamento da sociedade em geral, bem como o exercício de funções profissionais a partir do domicílio, não obstante a imprescindibilidade do funcionamento da cadeia de produção alimentar para a manutenção do regular funcionamento da sociedade.

A prioridade dos Governos tem sido prevenir a doença, conter a economia, salvar vidas e assegurar as cadeias de abastecimento fundamentais de bens e serviços essenciais e assim deverá manter-se, ao longo de 2021.

Os Mercados Abastecedores enquanto plataformas grossistas de base alimentar de distribuição de bens essenciais à população, continuarão abertos e a cumprir o serviço público de proporcionar aos operadores/empresas que aqui exercem atividade o imperativo de garantia na continuidade da cadeia de abastecimento ao comércio retalhista que permanece em funcionamento, designadamente na área alimentar, de modo a que estes bens essenciais cheguem às populações.

Naturalmente que o funcionamento dos Mercados Abastecedores e das empresas instaladas nos mesmos está a ser realizada com significativas limitações e restrições a nível comercial, de operação, de funcionamento institucional e de circulação de bens e pessoas, quer decorrentes da aplicação dos Planos de Contingência implementados, quer, sobretudo, devido às condicionantes ou mesmo impedimentos existentes, com suspensão de atividades e setores económicos que geram quebras ao nível das cadeias de fornecimento, a montante ou a jusante, decorrentes das limitações legais decretadas e impostas, quer em Portugal, quer nos países com que essas empresas trabalhavam, mas também decorrentes do abrandamento na procura, consequência das medidas de “quarentena” obrigatórias decididas um pouco por todos os países do mundo para conter o Covid-19.

A incerteza sobre o desenvolvimento da pandemia continua muito elevada, sendo ainda cedo para identificar, analisar e, sobretudo, prever ou sequer perspetivar as consequências que esta pandemia à escala mundial e sem precedentes, trará para a economia global e, muito especificamente, para a vida das empresas, sendo que as empresas que exercem atividade nos Mercados Abastecedores terão um teste à sua resistência, capacidade de reinvenção e, sobretudo adaptação a uma nova realidade e a novas necessidades, onde será necessário realocar recursos humanos e financeiros para retomar atividade, reiniciar ligações comerciais, sinergias e projetos.

Numa primeira análise, parece perspetivar-se que as empresas grossistas de hortofrutícolas, sejam aquelas que, apresentarão, na generalidade, maior resiliência, pois não obstante a decisão das autarquias de encerramento de algumas feiras e mercados por todo o país, ainda assim mantêm a sua atividade de distribuição de bens alimentares essenciais, designadamente produtos agrícolas, durante as fases de "Estado de Alerta" e "Estado de Emergência", tendo, em alguns casos, havido mesmo um aumento de procura, pelo menos na fase inicial, situação decorrente quer de algum açambarcamento efetuado pela população relativamente a alguns bens essenciais, quer pelo facto de os seus compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, pequenos operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados terem visto a procura aumentar, impulsionada pelo fecho dos centros comerciais e pelas restrições impostas e implementadas no fluxo de clientes às grandes superfícies comerciais da moderna distribuição, designadamente hipermercados e supermercados. Excetuam-se dentro destas, as empresas grossistas de hortofrutícolas cujos clientes são consumidores coletivos, tais como, cantinas de escolas e lares ou do canal HORECA (hotéis, cafés e restaurantes), cujo encerramento foi decretado. Tem sido assim e assim deverá continuar em situações similares.

Em sentido oposto, poderão estar as empresas distribuidoras de produtos alimentares presentes no Mercado, que trabalhavam exclusivamente com o canal HORECA e que, de modo abrupto e totalmente imprevisto, veem a sua atividade interrompida e toda a sua procura suspensa com inúmeros estabelecimentos comerciais encerrados temporariamente. Alguns destes operadores, poderão rapidamente reorientar a sua atividade para a venda ao público ou distribuição porta-a-porta, numa adaptação ao novo contexto social e económico que, não estando estudada ou planeada, poderá revelar algumas dificuldades de implementação. A subsistência destas empresas e o impacto económico e financeiro que a pandemia COVID-19 terá nas mesmas, dependerá naturalmente do tempo de duração da pandemia, perspetivando-se que, em caso de prolongamento excessivo da situação e/ou recuperação lenta do sector HORECA e do turismo no "pós-pandemia", possa gerar impactos desfavoráveis no futuro dessas empresas. Foi assim em 2020 e poderá ser assim em 2021.

As unidades de restauração que existem no Mercado Abastecedor que, por força da Declaração de Estado de Emergência, venham a encerrar ou restringir muito a sua atividade, limitando-se a "take away", terão de reiniciar a sua atividade, não se esperando, contudo, dificuldades adicionais, exceto em caso de prolongamento excessivo da situação. Tem sido complexo já em 2021 e poderá agravar-se a situação se não existir reabertura.

Quanto às principais empresas de transporte e logística que estão presentes no Mercado Abastecedor, aquelas que trabalham quase exclusivamente para o mercado nacional, realizando uma distribuição capilar, de proximidade, com encomendas de pequeno porte, o eventual impacto dos constrangimentos para a sua atividade poderão ser mitigados pelo crescimento da componente de entregas de mercadorias compradas em comércio eletrónico, esperando-se que consigam rapidamente adaptar-se e manter a trajetória da sua atividade no "pós-pandemia". Quanto às empresas de transporte e logística internacional, algumas grandes empresas e/ou multinacionais poderão apresentar um reinício de atividade mais demorado e difícil, sobretudo porque dependerá da evolução epidemiológica e socioeconómica não apenas de Portugal mas também dos países para onde normalmente operam. Tal como aconteceu no primeiro trimestre de 2020.

Pelo exposto, à presente data, não perspetivamos, que os efeitos económicos decorrentes dos esforços para conter a epidemia venham a determinar uma redução do valor recuperável dos ativos da empresa. Do mesmo modo, e apesar de poder vir a verificar-se alguns atrasos nos pagamentos de clientes, também não perspetivamos, nesta fase, um agravamento material na estimativa de perda de crédito de clientes.

O impacto da atual crise Covid-19, ainda que venha a ser material, o que no momento não se antecipa, não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

Não obstante o exposto no ponto anterior, e a decorrente necessidade de ajustamento nas políticas de gestão que possam vir a revelar-se necessárias para fazer face aos riscos identificados, em 2021, a MARF, SA manterá a estratégia de consolidação da sua atividade com o enfoque numa dinâmica comercial que permita o aumento de rendimentos.

Do mesmo modo, investirá, ainda que moderadamente, no aumento da vida útil dos seus bens e procurará rentabilizar comercialmente todos os seus ativos.

A par disso, racionalizar os gastos operacionais ao mesmo tempo que se despendem as verbas necessárias para manter o nível de qualidade de serviço prestado por forma a tornar/manter o mercado atrativo, perante o aumento da concorrência, é um equilíbrio muito exigente mas que deve ser alcançado a bem da rentabilidade futura.

Para o efeito, durante o próximo ano, a empresa desenvolverá, em linha com a ação desenvolvida no último ano e meio, um relacionamento institucional construtivo e dialogante com todos os "stakeholders", promovendo um incremento da dinamização das parcerias existentes com vista à dinamização das suas atividades e à criação de valor.

No âmbito de uma estratégia de comercialização de novos espaços, estão a decorrer diversos contactos e negociações com entidades nas áreas de logística, a que importa dar continuidade, para que seja possível potenciar receitas para cobertura de novos investimentos indispensáveis à recuperação, manutenção e dinamização das infraestruturas e equipamentos do Mercado. Esforço que deve ser incrementado. De igual modo, ao nível das atividades complementares.

Assim sendo, de um modo geral, a atividade da Empresa será norteadada pelos seguintes eixos estratégicos:

- Aumento da Vida Útil dos seus Ativos e sua Rentabilização Comercial;
- Racionalização dos Custos Operacionais; e,
- Operacionalização de parcerias e protocolos de colaboração.

Neste quadro de reposicionamento estratégico, o MARF pretende adotar uma postura ativa na promoção de desenvolvimento regional no domínio agroalimentar e logístico, bem como através do incremento das atividades complementares presentes no mercado.

A missão de garantir o acesso a bens alimentares essenciais, num ambiente de compra seguro manter-se-á como fio condutor de todas as nossas decisões.

A MARF, SA mantém a visão ambiciosa que a motiva, confiante de que é viável atingir o objetivo de conseguir o crescimento sustentado com criação de valor, conciliando crescimento com rentabilidade, reforçando os negócios atuais e assegurando o retorno adequado de novos investimentos.

Naturalmente, a recessão na região poderá condicionar essa ação.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança e o apoio prestados, bem como a colaboração dos membros dos outros Órgãos Sociais, que permitiram dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e à concretização dos objetivos do Mercado Abastecedor da Região de Faro.

Aos operadores, um especial agradecimento pelo interesse demonstrado na afirmação do projeto, claramente manifestado através da sua instalação e aposta no sucesso do Mercado.

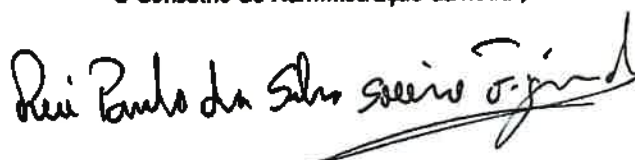
Importa salientar a permanente disponibilidade e empenho da Direção, que tem sido fundamental na prossecução dos objetivos definidos.

Aos colaboradores, uma palavra especial de agradecimento pela disponibilidade e dedicação demonstrados no desenvolvimento das suas funções. Em especial, neste ano exigente de 2020.

A finalizar, uma palavra de apreço às empresas responsáveis pela execução das diferentes prestações de serviços, pela prontidão que demonstraram sempre que lhes foi solicitado o apoio, assim como às instituições financeiras que connosco participam na materialização deste projeto.

O presente Relatório de Gestão e Contas é assinado por todos os administradores, nos termos do artigo 65.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração da MARF, SA



Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo



Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho



Adriano João Leal Cardoso Guerra

Faro, 15 de março de 2021

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2020, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

LISTA DOS ACIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ERAM TITULARES DE AÇÕES NOMINATIVAS REPRESENTATIVAS DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DA EMPRESA.

(Nos termos do disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Acionistas	Ações detidas em 31/12/19	% capital e direitos de votos
SIMAB, SA	1 345 620	95,35%
Câmara Municipal de Faro	65 665	4,65%

N



R

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



ÍNDICE

1. Objetivos de Gestão previstos (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento.....	2
2. Gestão do Risco Financeiro	8
3. Limite de crescimento do Endividamento.....	10
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) e divulgação dos atrasos nos pagamentos 11	
5. Cumprimento das Recomendações dos acionistas aquando da aprovação de contas 2020	12
6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações	12
7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)	14
8. Aplicação do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.	14
9. Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens [n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]	15
10. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e infrações Conexas e do relatório anual [n.º 1, do artigo n.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro]	15
11. Aplicação das Normas de Contratação Pública	16
12. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	17
13. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo [158.º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho]	17
14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria - indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO2019	22
15. Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE e artigo e artigo 115.º do DLOE 2019]	22
16. Divulgação das recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas	23
17. Elaboração e divulgação do Plano de igualdade.....	24
18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC. 24	
19. Informação divulgada no sítio da Internet do SEE (portal DGTF)	24

II Cumprimento das Orientações Legais

Para efeitos da demonstração do cumprimento das orientações legais da MARF, SA foi seguida a estrutura constante do ofício n.º SAI_DGTF/2021/174, de 12 de janeiro de 2021 da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

A MARF, SA procedeu ao acompanhamento mensal do grau de cumprimento dos objetivos impostos pela Lei do Orçamentos do Estado (LOE), aprovado pela Lei 2/2020 de 31 de março e respetivo Decreto - Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

1. Objetivos de Gestão previstos (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento.

- a) Pretende-se com este ponto evidenciar a execução do plano de Atividades e Orçamento retificativo para 2020 (PAO2020)³, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e endividamento.

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

As orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração para o mandato 2016/2018, foram mantidas em 2019 e 2020, uma vez que se mantém o Conselho de Administração e a continuidade do mandato em funções, não tendo sido reunidas as condições para nova nomeação na últimas Assembleias Gerais na empresa mãe SIMAB, SA e por inerência, na MARL, SA.

Neste contexto, as orientações mantêm-se as seguintes:

- > Dar continuidade à prossecução dos principais objetivos que têm norteado a atividade das empresas do Grupo SIMAB, centrados na racionalização dos recursos, na sustentabilidade ambiental, na alienação e/ou rentabilização de ativos não estratégicos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos pela empresa e a minimização do esforço financeiro do Estado;
- > Elaborar um Plano Estratégico que reposicione os Mercados Abastecedores no contexto da distribuição moderna e a atividade do Grupo SIMAB em termos de revitalização dos mercados municipais e apoio à comercialização de produtos de cadeia curta;
- > Dinamizar e concretizar parcerias que criem valor em termos de dinamização económica, responsabilidade social e combate ao desperdício alimentar.

Não obstante a inexistência de objetivos setoriais definidos para o mandato 2018/2020 do Grupo SIMAB, os objetivos quantitativos da MARL, SA estão alinhados com os objetivos definidos pela tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB, para o triénio 2015/2017, traduzindo-se na obtenção de uma variação positiva do EBITDA, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução do peso da dívida face ao capital próprio, redução do prazo médio de pagamentos e o aumento da rentabilidade acionista.

O PAO 2020 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho N.º 398/2020 de 28 de julho de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a revisão dos PAO's das empresas públicas não financeiras do SEE. Foi efetuada uma revisão do PAO 2020, que contempla novas projeções de negócios e a adaptação operacional da atividade, em contexto de pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

À data de elaboração do presente relatório, a MARF, SA não rececionou qualquer relatório da UTAM de análise sobre o Orçamento Retificativo de 2020 (PAO2020⁴).

³ Versão aprovada pelo Conselho de Administração e introduzida em SIRIEF de 28/07/2020 e Adenda introduzida em SIRIEF em 03/08/2020

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO2020, seguindo as linhas de orientação dos objetivos estabelecidos ao nível da holding e os princípios financeiros constantes nos IPG.

un: Euro

Objetivos	Indicador	2020	PAO2020	Variação 2020/PAO2020 ABS	%
Potenciar os espaços comerciais existentes	EBITDA	988 833	1 014 273	-25 439	-2,5%
	(FSE's + Gc/P)/VN	36,7%	35,8%	0,9 p.p.	
Racionalização de recursos	Volume de Negócios (72)	1 492 908	1 511 535	-18 627	-1,2%
	FSE's	385 328	379 542	5 787	1,5%
	Gastos c/ Pessoal	162 669	162 114	555	0,3%
al. c), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultorias	0	0	0	n.d.
al. b), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento	2 914	2 715	199	7,3%
al. b), n.º3 art. 158.º DL 84/2019	Gastos com viaturas	7 809	8 496	-687	-8,1%
Redução Prazo Médio de Pagamentos	PMP Fornecedores (dias)	20	28	-9	-30,5%
Redução do endividamento	Redução da Dívida Financeira	2 876 501	2 965 489	-88 987	-3,0%
Redução de Endividamento	Dívida/Capital Próprio	24,0%	24,7%	-0,7 p.p.	
Aumento Rentabilidade Acionista	EBIT/Capital Próprio	5,81%	5,95%	-0,14 p.p.	
Investimento	Valor anual do Investimento	1 688 302	1 651 970	36 332	2,2%
N.º Total de RH	Nº Total de RH	5	5	0	0,0%

-) **EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) - assegurar o crescimento do EBITDA face ao ano anterior de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa**

Em 2020, o EBITDA ascendeu a 988,8 milhares de euros, situando-se abaixo do previsto em sede de orçamento, em 25,4 milhares de euros (-2,5%). Esta evolução decorre do feito conjugado de; (i) desvio desfavorável nos rendimentos operacionais, em 20,3 milhares de euros (-1,3%) e (ii) desvio desfavorável nos gastos operacionais, em 5,1 milhares de euros (+0,9%). O efeito conjugado da pandemia e da recessão económica, condicionaram a atividade.

(milhares de euros)	2020	PAO2020	2020/PAO2020	
			ABS	%
Rendimentos Operacionais	1 583,7	1 604,0	-20,3	-1,3%
Gastos Operacionais	-594,9	-589,8	5,1	0,9%
EBITDA	988,8	1 014,3	-25,4	-2,5%

- › **Peso dos Gastos Operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) / VN - assegurar, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais (FSE + gastos com pessoal) no volume de negócios, expurgado dos montantes recebidos a título de subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.**

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios situou-se acima do previsto no PAO2020, em 0,9 pontos percentuais, maioritariamente impactado por um volume de negócios inferior ao estimado, em 18,6 milhares de euros (-1,2%), refletindo essencialmente um desvio desfavorável nos rendimentos core, as taxas de utilização, em 28,5 milhares de euros (-2%).

- › **Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria**

[n.º 3, al. c), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 89/2019, de 28 de junho]

Em 2020, não se registaram gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, tal como previsto no âmbito do PAO.

- › **Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento**

[n.º 3, al. b), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

De acordo com esta disposição legal, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel, devem ser iguais ou inferiores ao ano anterior.

Traduzindo valores imateriais em termos absolutos, a rubrica de deslocações, ajudas de custo e alojamento, apresenta-se acima do estimado no PAO2020, no montante de 199 euros, apurado na rubrica de estadias e respeita a deslocações do diretor do Mercado, no âmbito das funções de diretor do Mercado Abastecedor da Região de Évora (MARÉ, SA). Estas despesas têm contrapartida ao nível do Contratos de Gestão celebrados entre as sociedades.

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens, estacionamento que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

- › **Gastos com Viaturas**

[n.º 3, al. b), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 89/2019, de 28 de junho]

Em 2020, os gastos associados à frota da MARF, SA apresentam-se abaixo dos gastos estimados no PAO2020, em 687 euros (-8,1%) e são incorridos no âmbito das deslocações em serviço efetuadas pelo diretor da zona sul. Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens, manutenção, combustíveis).

- › **Gastos com o Pessoal**

[n.º 3, al. a), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Os gastos com o pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE, apresentam um aumento imaterial, em 555 euros (+0,3%), espelhando maioritariamente gastos incorridos em contexto pandémico, nomeadamente horas suplementares, em razão do esforço acrescido que tem sido solicitado aos colaboradores.

NF
fe

> **PMP**

O prazo médio de pagamentos, em 2020, situou-se em 20 dias, traduzindo uma diminuição de 8 dias, face ao prazo previsto em sede de orçamento (28 dias).

> **Investimento**

No que concerne ao investimento em ativos fixos, ascendeu ao montante de 1 688,3 milhares de euros, correspondendo a uma execução de 102% face ao previsto no PAO2020.

A execução do Plano de Investimentos apresenta-se da seguinte forma:

Milhares de euros Investimento Programado	2020		Dif. %	Execução %	Observações
	PAO	Realizado			
Investimento de Expansão	1 627,5	1 670,7	43,2	103%	
Novo Edifício	1 609,9	1 643,0	33,1	102%	(1)
Fiscalização	17,6	27,7	10,1	157%	
Beneficiação de Edifícios e Infraestruturas	21,5	13,8	-7,7	64%	(2)
Beneficiação de Espaços	21,5	11,5	-10,0	54%	
Extensão parque estacionamento	0,0	2,3	2,3	n.d.	
Área Segurança	1,1	1,1	0,0	100%	
Câmaras VideoVigilância	1,1	1,1	0,0	100%	
Sistemas de Informação e Inovação Tecnológica	0,0	0,2	0,2	n.d.	
Outros	0,0	0,2	0,2	n.d.	
Outros Equipamentos	0,0	0,7	0,7	n.d.	
Equipamentos diversos	0,0	0,7	0,7	n.d.	
COVID	1,9	1,9	0,0	100%	
Equipamento Administrativo	1,9	1,9	0,0	100%	(3)
Total	1 652,0	1 688,3	36,3	102%	

Observações:

(1) Investimento de Expansão

Na sequência do pedido de autorização da MARF, SA⁵, realizado nos termos da alínea c), do n.º 5 do art.º 25.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, para a realização de investimento, foi obtido parecer favorável da Parpública⁶ à realização de Projeto de investimento na construção de um novo edifício no MARF, em resultado da celebração de um contrato de utilização de espaço com a DPD, SA.

Nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do Decreto Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, este investimento configura um "Investimento com expressão material", uma vez que representa mais de 10% do Orçamento anual da empresa.

A empreitada de construção teve início no primeiro trimestre de 2020. Apresenta-se seguidamente a informação detalhada sobre a execução financeira do investimento. Em linha, com comunicações feitas à Parpública.

O projeto de investimento corporizou, inicialmente, a construção de um edifício do tipo entreposto comercial, com uma área de implantação de 3.038m² e de construção de 3.281,80m² (Piso0: 3.038m² e Piso1: 243,8 m²), no valor global de 1 476,8 milhares de euros, num modelo de conceção e

⁵ Carta da MARF, SA, Ref.º ADM/190047 de 30 de maio de 2019

⁶ Carta Parpública PP-S00161-202002.

NF

—

pe

construção, concluída no final de outubro com consequente entrada em operação no início de novembro de 2020.

Em articulação com o cliente DPD, SA e também face aos tempos que se perspectivavam, o espaço de escritórios e conexos foi objeto de alteração com consequente revisão de projeto e aumento do contrato com a DPD, SA, para 17 anos (com aumento de investimento e dos rendimentos do projeto - na sua versão agora concluída).

De igual modo, no decurso da empreitada, no âmbito de realização dos trabalhos de execução para implantação de fundações do pavilhão verificou-se que na área adjacente ao poço existente no lote, existem assentamentos de solos que não foram identificados nas cartas geológicas, sendo que para além de resultarem de singularidades geológicas frequentes no Algarve foram também originados pela presença de mistura de solos resultantes de deposições de solos de menor qualidade no decurso de outras intervenções no MARF e para este lote transportados o que originou a necessidade de se realizarem intervenções não previstas de reforço da capacidade resistente dos mesmos.

No quadro do reforço por nós solicitado de cumprimento acrescido de todas as recomendações da Direção Geral de Saúde e Autoridade para as Condições de Trabalho, fruto da pandemia que vivemos, nas obras públicas e privadas em curso nos nossos mercados, bem como de realização de inspeções regulares, em razão de os estaleiros terem sido considerados fatores de risco acrescido pelo Governo e pelas autoridades de saúde pública, o reforço das condições aí existentes e a fiscalização de todas as obras públicas e privadas em curso nos diferentes mercados da rede foi também objeto de investimento neste primeiro trimestre nas diferentes empresas do Grupo.

No caso do MARF, assume expressão acrescida atenta a dimensão da empreitada e a não existência, no período em causa, de muitas obras de grande dimensão no Algarve.

Também em razão dos constrangimentos.

Não obstante, a empreitada não foi imune à pandemia e, consequentemente, registou-se um mês de atraso na entrada em operação do novo Entrepósito.

Do mesmo modo, em razão desse atraso, mas também, e essencialmente, de um acréscimo de necessidades do cliente em prol do reforço da sua operação bem como da sua entrada imediata em funções no novo espaço, devido ao incremento de atividade comercial nos meses de novembro e dezembro, existiu necessidade de realizar alguns reforços técnicos nos primeiros dias de novembro.

Também a fiscalização das empreitadas públicas e privadas em curso no MARF, tal como nos outros Mercados do Grupo tem vindo a ser reforçada com recurso aos colaboradores do Grupo e a serviços externos. Embora não seja exclusiva deste investimento, identifica-se aqui todos os seus gastos.

A informação de todos esses temas ao acionista foi sendo efetuada. Em especial, durante os meses de junho e julho em que alguns acontecimentos os condicionaram. Até na identificação das situações pandémicas.

Assim sendo, procurou-se, sempre, em sede PAO revisto, validar todas as possíveis contingências bem como o alargamento do contrato, já efetuado, para 17 anos, ao nível dos pressupostos de exploração.

O desvio, face ao valor orçamentado, no montante de 43,2 milhares de euros, respeita a: capitalização de juros (11,4 milhares de euros); fiscalização (+10,1 milhares de euros, decorrente da prorrogação do prazo de construção; trabalhos não previstos, relativo a trabalhos de eletricidade (21,7 milhares de euros).

No final de 2020, o projeto apresentou a execução financeira que seguidamente se apresenta:

NF

6

Execução Financeira Empreitada de Construção Edifício DPD (MARF)

FATURAÇÃO Empreitada

Nº Fatura	Nº Auto	Valor Faturado (líquido)
2020/11	Auto de medição n.º 1	96 850 €
2020/16	Auto de medição n.º 2	280 000 €
2020/24	Auto de medição n.º 3	140 000 €
2020/31	Auto de medição n.º 4	84 772 €
2020/40	Auto de medição n.º 5	69 801 €
2020/55	Auto de medição n.º 6	300 851 €
2020/63	Auto de medição n.º 7	394 807 €
2020/68	Auto de medição n.º 8	32 918 €
2020/37	AM1 - Trabalhos Complementares	69 701 €
2020/38	AM1 Trabalhos Imprevistos	80 800 €
2020/41	AM2 Trabalhos a mais	2 600 €
2020/54	AM3 Trabalhos a mais	2 600 €
2020/62	AM4 Trabalhos a mais	2 600 €
2020/67	AM5 Trabalhos a mais	2 600 €
Subtotal		1 860 900 €

Fiscalização

FT2020/25	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/37	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/41	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/49	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/54	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/63	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/71	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/78	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/93	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2020/97	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
FT2021/8	Consultoria técnica na área licenciamento e construção	2 516 €
Subtotal		27 676 €

Outros Encargos

FAGAR (1/1759/2020)	Tarifa apreciação de projetos	1 270 €
FT 322/2020	Município Faro Licença obra	47 703 €
FT 74/2020	Forn. E Montagem de alimentação provisória	2 825 €
FA 80/2020	Forn. E Montagem de Eletricidade e ITED	16 811 €
FT010/8053	Município Faro	17 €
FT 010/12691	Município Faro	2 096 €
Subtotal		70 721 €

Capitalização de juros 11 359 €

Total 1 670 657 €

NF
p

- (2) A execução inferior ao previsto na rubrica de Beneficiação de edifícios e infraestruturas, decorre, por um lado, da necessidade de acomodar parcialmente o desvio referido no ponto anterior e, por outro lado, reflete uma menor dinâmica ao nível da comercialização de espaços e consequentemente menor necessidade de realização de obras de adaptação de espaços, em razão do contexto pandémico;
- (3) Referente a aquisição equipamento informático, nomeadamente a substituição de computadores e/ou monitores, tendo em vista a disponibilização de ferramentas aos utilizadores para a execução das tarefas em regime de teletrabalho, no montante de 2.672 euros.

) **Quadro de Pessoal**

O quadro de pessoal da MARF, SA integra 5 colaboradores efetivos, mantendo-se inalterado face a 31 de dezembro de 2019.

Os gastos com o pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE, apresentam um aumento material, em 555 euros (+0,3%), espelhando maioritariamente gastos incorridos em contexto pandémico, nomeadamente horas suplementares, em razão do esforço acrescido que tem sido solicitado aos colaboradores.

) **Dívida Financeira**

A dívida financeira da empresa situou-se abaixo do previsto no PAO20, em 88,9 milhões de euros (-3%).

2. Gestão do Risco Financeiro

Os riscos a que a MARF, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente; e as condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez - A MARF, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARF, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que

eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,

- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARF, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. A MARF, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

O objetivo da MARF, SA, em relação à gestão de capital é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente da dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão de risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da sociedade, com uma remuneração adequada dos capitais investidos e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A SIMAB, SA centraliza a negociação com o sistema bancário para a obtenção de financiamentos de apoio à tesouraria, reduzindo a capacidade de os Bancos poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de créditos. A SIMAB, SA, por sua vez, financia as participadas por via de prestações acessórias de capital.

Destacam-se algumas das mais importantes operações de financiamento que caracterizam o passivo bancário da MARF, SA:

- Financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis (Euribor3m + 0,12%), quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento. No âmbito deste financiamento foi obtida garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros;
- Prestações acessórias, de capital, realizadas pelo acionista SIMAB, SA, que, em dezembro de 2020, ascendem ao montante de 976,5 milhares de euros;
- Para financiar o investimento de expansão da capacidade produtividade, relativo a construção de novo edifício, referido anteriormente, a empresa recorreu a empréstimo de médio longo prazo, no montante de 1 400 milhares de euros.

A totalidade da dívida financeira da MARF, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas

NF

variáveis expõem a MARF, S.A ao risco de fluxos de caixa. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁷.

Em 2020, o custo médio do financiamento situou-se em 0,53%, acima do ano anterior em 20 pontos base, decorrente da dívida contraída, em 2020, para financiamento da construção do novo edifício.

Euro	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros	12 762	7 820	142 973	211 354	227 667
Evolução EF (%)	63%	-95%	-32%	-7%	-38%
Taxa Média de Financiamento (%)	0,53%	0,33%	1,07%	1,24%	1,30%

3. Limite de crescimento do Endividamento

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2020 - LOE2020) retificada pela Lei 27-A/2020, de 24 de julho, apurado de acordo com a fórmula definida no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2020, face a 2019, é limitado a 2%.

Em 2020, na sequência da contratualização de uma área de construção de 3 281,80 m² com um operador logístico, e procurando adequar o prazo do empréstimo à maturidade dos ativos financiados, a MARF, SA contratualizou um financiamento de médio longo prazo, no montante de 1 400 milhares de euros.

Pela sua materialidade, este investimento, cujo montante total ascendeu a 1 670 657 euros é considerado como "Novo investimento com expressão material".

Na definição conferida pelo ofício SAI_/2021/174-DSPE de 12 de janeiro de 2021, são ainda considerados novos investimentos os realizados na aquisição de equipamento cuja necessidade resulte do combate à pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2. Neste âmbito foram adquiridos computadores portáteis para colocar os trabalhadores em regime de teletrabalho, no montante de 1,9 milhares de euros.

Nos anos de 2020 e 2019 não ocorreram aumentos de capital.

A taxa de variação do endividamento remunerado é calculada nos termos do n.º 4 do artigo 159.º do DL 84/2019 de 28 de junho, na definição conferida pelo ofício SAI_DGTF/2021/174 DSPE de 12 de janeiro de 2021, apresentando-se como segue:

Passivo Remunerado

Euro	2020	2019	Variação 2020/2019	
	Valores €		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente) ⁽¹⁾	2 876 501	1 930 000	946 501	49,0%
- do qual concedido pela DGTF	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Capital Social/Capital Estatutário	7 042 312	7 042 312	0	0
Aumentos de capital por conversão de créditos	0	0	0	n.d.
Novos Investimentos em 2020 (com expressão material)	1 672 551	0		
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-8,1%			

⁷ Em 2011, através do Despacho n.º 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho n.º 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) (...)", O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

NF
B

$$\frac{(\text{Financiamento Remunerado}_{2020} - \text{Financiamento Remunerado}_{2019}) + (\text{Capital}_{2020} - \text{Capital}_{2019}) - \text{Novos Investimentos}_{2020}}{(\text{Financiamento Remunerado}_{2019}) + \text{Capital}_{2019}}$$

A MARF, SA cumpre assim os limites de endividamento definidos, tendo o passivo remunerado, em 2020, diminuído em 8,1%, face a 2019.

Relativamente à tipologia de financiamento, em 31 de dezembro, a dívida financeira líquida da empresa, decompunha-se da seguinte forma:

Dívida Financeira em 31 de dezembro

Tipo	2020	2019	2018	2017	2016	Variação 2020/2019	
						Valor	%
BEI	500 000	1 500 000	2 500 000	3 500 000	4 500 000	-1 000 000	-67%
Empréstimos Bancários MLP	1 400 000	0	0	0	0	1 400 000	n.a.
Linhas Curto Prazo	0	0	0	0	0	0	n.a.
Prestações Acessórias	976 501	430 000	350 000	13 291 151	12 843 523	544 501	127%
Total	2 876 501	1 930 000	2 850 000	16 791 151	17 343 523	946 501	49%
Disponibilidades	31 125	23 732	97 001	22 252	24 003	7 393	31%
Dívida Líquida	2 845 377	1 906 268	2 752 999	16 768 899	17 319 521	939 109	49%

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

- A evolução do indicador do PMP a fornecedores da MARF, SA foi a seguinte:

PMP	2020	2019	Variação 2020/19	
			Valor	%
Prazo (dias)	20	61	-41	-68%

O indicador do PMP⁸ em 2020 é de 20 dias, que compara com 61 dias no período homólogo de 2019, consubstanciando uma diminuição de 41 dias (-68%). De salientar que o PMP registado em 2020, é impactado pelos pagamentos efetuados no âmbito da empreitada de construção do novo Entrepósito Logístico.

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

Foram excluídos do cálculo deste indicador, saldos de médio e longo prazo, relativos a retenções de garantia prestadas por fornecedores de investimento.

- Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears")

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARF, SA apresenta à data de 31/12/2020, os seguintes atrasos nos pagamentos:

⁸ Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Un: Euro

Dividas vencidas	Valor (€)	das dividas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/72				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquisições de bens e Serviços	24 976	0	3 482	0	203	
Aquisições de Capital	19 636	0	0	0	0	
Total	44 611	0	3 482	0	203	

O «atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de fatura relativa ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

O valor evidenciado com antiguidade superior a 90 dias refere-se a saldos em análise e/ou em reclamação pela MARF, SA.

As dividas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo do critério do prazo médio de pagamentos, apresentado no ponto anterior.

5. Cumprimento das Recomendações dos acionistas aquando da aprovação de contas 2020

As contas da MARF, SA referentes ao exercício de 2019, foram aprovadas em Assembleia Geral de 30 de março de 2020, estando presentes ou representados todos os acionistas.

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas, aquando da aprovação de contas 2019.

6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações

Em 2020, a MARF, SA aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2020 dos órgãos sociais.

• Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício de 2020, mantiveram-se em funções os órgãos sociais nomeados em Assembleia Geral de 29 de março de 2016, onde foram definidas as remunerações dos órgãos sociais, para o mandato 2016/2018, uma vez que, na Assembleia Geral de 2019, foi suspensa a votação de novos órgãos sociais para a sociedade, por não estarem reunidas as condições necessárias para deliberar sobre esta matéria.

a) Remuneração dos Órgãos Sociais

1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido Fixado
2016/2018	Presidente	Rogério Conceição Becalhou Coelho	200,00	0,00
	Secretário	Nuno Henrique Eva Ferreira	100,00	0,00

No exercício de 2020, não foram processadas senhas de presença aos membros da mesa da Assembleia Geral.

2. Conselho de Administração

No exercício de 2020 mantiveram-se em funções os membros do Conselho de Administração conforme se apresenta:

Conselho de Administração

2016/2018	Presidente	Paulo da Silva Soares Figueiredo	Ata n.º 32 de AG	27/07/2016	não	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho	Ata n.º 32 de AG	27/07/2016	não	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Adriano João Leal Cardoso Guerra ⁽¹⁾	Ata n.º 35 de AG	21/12/2017	não	n.a.	n.a.	1

Assembleia Geral (AG)

(1) Vogal - nomeado em 21/12/2017 pelo Município de Faro

Nota: OPELO - Opção pela remuneração do lugar de Dirigente O/E/O Dirigente/Secretário

Relativamente às remunerações do Conselho de Administração em funções em 2020:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	(€)	(A/B/C)	Valor Bruto	Despesas Representação
Rui Paulo da Silva Soares Figueiredo	5	C ^m	0,00	n.a.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho	5	C ^m	0,00	n.a.
Adriano João Leal Cardoso Guerra	5	n.a. ⁽²⁾	565,00	n.a.

(1) Classificação atribuída na Avaliação (SIMAB)

(2) Vogal - executivo representante do Município de Faro (não aplica)

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Os membros executivos do Conselho de Administração nomeados pela SIMAB, SA não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARF, SA

O Desempenho de Cargos Sociais foi estabelecido em AG nos seguintes montantes:

- Presidente (DCS SIMAB) - Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de 690 euros.
- Vogais (DCS SIMAB) - Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de 565 euros.

A MARF, SA não incorre noutros gastos relativamente a comunicações móveis, viaturas e deslocações em serviço de nenhum dos membros do Conselho de administração.

Não são processadas quaisquer remunerações ao vogal que desempenha funções em 2020, indicado pelo acionista Município de Faro, sendo apenas suportado encargos com seguro de saúde.

3. Fiscalização - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas (ROC)

Os honorários do ROC, nomeado na Assembleia Geral de 29 de março de 2016, foram definidos de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como de acordo com a deliberação tomada na mesma Assembleia, a qual define como valor de remuneração do Fiscal Único o valor mensal de 360 euros, acrescido de iva à taxa legal em vigor.

SROC

Nome	Remuneração Anual 2020 (€)			
	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (3) = (1) - (2)
A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC, representada pelo Dr. Ricardo Jorge Pinto Dias	4 320,00	0,00	0,00	4 320,00

Exercício	Nome	Qualificação	N.º Inscrição na SROC	N.º Registro na CREA	Ata n.º	Data	Valor	N.º de anos de função exercidos no grupo	Observações
2016/2018	ROC/Fiscal Útil	A Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	SROC: 081; ROC: 1619	20170006	Ata n.º 34 de AG	20/05/2017	300,00	9	A
	ROC Suplente	Grant Thornton B. Amadeus, Lda, representada por Dr. Carlos Linhares Noron	SROC: 67; ROC: 437	20164113	Ata n.º 31 de AG	20/03/2016	-	13	A

(R) Inicial: AG/DUE/Despacho

(S) remuneração anual controlada

(R) N.º de anos na qualidade de ROC Suplente

Em 2020, não foram realizados outros serviços pela SROC à MARF, SA, para além dos serviços de Revisão legal de contas.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020				Valor Anual de Serviços adicionais - 2020			
	Valor Base	Valor Adicional	Valor Final (1)+(2)	Observações	Valor Base	Valor Adicional	Valor Final (2)+(1)+(3)	Observações
A Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	4.320,00	0,00	4.320,00	n.a.	0,00	0,00	0,00	0,00

4. Auditor Externo

A auditoria às contas da MARF, SA é realizada pelo ROC e SROC referidos no ponto anterior, não se aplicando outro auditor externo.

b) Remuneração do Auditor Externo

A auditoria às contas da MARF, SA é realizada pelo SROC/ROC referidos no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

c) Remunerações dos restantes trabalhadores

Foi dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2020;

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2021, relativas a 2020, de acordo com o DL 25/2017 de 3 de março.

7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

- Os membros do Conselho de Administração da MARF, SA não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- Os membros do Conselho de Administração da MARF, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas de representação pessoal;
- Os membros do Conselho de Administração da MARF, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- Os membros do Conselho de Administração da MARF, SA não utilizam viaturas de serviço.

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

Foi dado Cumprimento ao disposto do n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, pelo não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

NF
P

9. Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens [n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]

A MARF, SA paga remunerações a um total de 5 (cinco) trabalhadores, dos quais 3 do género feminino e 2 do género masculino. A Direção do Mercado é assumida por 1 homem, sendo um outro afeto à área operacional do Mercado. Relativamente às mulheres, as 3 assumem cargos técnicos e administrativos.

A MARF, SA tem presente no seu plano de igualdade do género, a menção às Remunerações e habilitações literárias, os princípios da igualdade e não discriminação em função do género, sendo as competências de homens e mulheres reconhecidas pela empresa de modo igual nos processos de remuneração, promoção e progressão na carreira, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Em 15 de setembro de 2020, a MARF, SA subscreveu o Plano para a Igualdade do Grupo SIMAB, para o Ano 2021, encontrando-se este publicitado no sítio na Internet da empresa⁹ tendo sido, nos termos da legislação¹⁰ enviado diretamente à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) através de correio eletrónico.

Quanto às remunerações globais auferidas no ano de 2020, relativa aos 5 trabalhadores são as abaixo referidas.

Indicadores	Mulheres	Homens
Nº Trabalhadores	3	2
Peso Género (% N.º M/ N.º H)	60%	40%
Remunerações Totais Anuais (€)	49.751	64.597
% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)	43,5%	56,5%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)	16.584	32.299
Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)	51,3%	

Considera-se que este requisito de elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, de acordo com o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, encontra-se cumprido.

10. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do relatório anual [n.º 1, do artigo n.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro]

Dando cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), a MARF, SA subscreve o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas emanado pela SIMAB, extensível as suas participadas, avaliando o seu cumprimento através de relatório anual de execução, conforme previsto nos, n.º 1 e n.º 2, do artigo 46 do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. A sua divulgação é feita no site da MARF, SA www.marf.pt.

Quanto ao Relatório Anual de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao exercício de 2020, o mesmo foi aprovado em reunião de Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2021¹¹ e encontra-se disponível no site¹² da MARF, SA.

⁹ http://www.marf.pt/wp-content/uploads/2020/09/MARF_Planos_Igualdade_GrupoSimab.pdf

¹⁰ Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, n.º 3 do artigo 7.º

¹¹ Ata CA 201, de 26 de fevereiro de 2021

¹² <http://www.marf.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio-Anual-PGRCIC-2020.pdf>

11. Aplicação das Normas de Contratação Pública

a) Cumprimento das normas de contratação pública pela MARF, SA

A MARF, SA cumpre com a orientação constante do Despacho n.º 438/10-SETF de 10 de maio. Todas as empresas do Grupo SIMAB estão sujeitas ao regime da contratação pública, sendo consideradas entidades adjudicantes, nos termos do n.º 2, do Art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo, em 2020, dado cumprimento às normas de contratação pública, na formação e execução dos seus contratos com aplicação no CCP.

A MARF, SA desenvolve e comunica os seus procedimentos de contratação pública, quando aplicável, através do portal dos contratos públicos - Base.

b) Procedimentos Internos instituídos para a contratação de bens e serviços

Por forma a minimizar o risco do não cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), alinhado com recomendação do CPC (Conselho de Prevenção da Corrupção)¹³ e incrementar mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação de bens e serviços, estão instituídos um conjunto de procedimentos, a adotar pelas empresas do Grupo SIMAB, das quais se destacam:

- Existência de Minuta-tipo para as propostas de aquisição de bens e serviços, com campos específicos para pareceres da Área Financeira e Área Jurídica;
- As propostas de autorização de despesas são elaboradas nos moldes referidos, pelo Diretor, responsável pelo processo de contratação de determinado bem ou serviço, com explicação da necessidade de proceder à referida contratação/aquisição, requisitos técnicos se aplicável, valores estimados e outras informações relevantes para o procedimento;
- A apresentação das propostas ao órgão com competência para a decisão de contratar, autorização da despesa e aprovação de peças do procedimento, é precedida de:
 - i. intervenção da Direção Financeira validando a cabimentação proposta ou avaliar a viabilidade da sua obtenção; e
 - ii. intervenção da Direção Compliance, com parecer sobre o procedimento a adotar e verificação da conformidade das peças do procedimento, no âmbito do previsto no CCP.
- As sociedades do Grupo SIMAB, utilizam para efeitos de contratação pública uma plataforma de compras públicas¹⁴ e/ou meios eletrónicos, tendo uma *mailbox* específica, com acesso restrito, para as diligências relativas aos procedimentos de aquisição de bens e serviços;
- As propostas rececionadas são analisadas e verificada a sua conformidade com o solicitado e admissão, em regra, pelo júri designado para o efeito que emite relatórios de análise e propostas de decisão, conforme previsto no CCP, sendo responsabilidade do gestor do procedimento efetuar proposta de adjudicação a dirigir ao órgão competente da decisão de contratar, para a devida aprovação;
- Após verificadas todas as exigências previstas ao nível dos documentos de habilitação, sua entrega e verificação e constituída caução, nos casos em que é exigida, é reduzido a escrito o contrato, cuja minuta foi previamente aprovada pelo órgão competente e aceite pelo adjudicatário;
- É publicitado o contrato, no portal dos contratos públicos, em especial os decorrentes de Ajustes Diretos e Consulta Prévia, dando-se cumprimento ao art.º 127º do CCP, na medida em que apenas são liquidadas faturas quando verificada a publicitação ou fundamento para a inexigibilidade dessa obrigatoriedade.

Apesar das práticas já existentes, a SIMAB, iniciou em 2020 elaboração de um Manual de Contratação Pública, a ser adotado pelas suas participadas, entre as quais a MARF, SA. A sua divulgação e apresentação deverá ocorrer ainda no 1º trimestre de 2021, conjuntamente com a implementação de norma de controlo interno no âmbito da contratação pública, na área de compras, enquanto ferramenta essencial para a melhoria dos processos, a correta tramitação dos procedimentos pré-

¹³ Designadamente Recomendação n.º 4/2019, de 2 de outubro de 2019, do CPC.

¹⁴ www.compraspt.com

contratuais e observância das determinações legais constantes do exigente diploma Código dos Contratos Públicos e controlo interno mais eficaz e eficiente.

Os limites materiais subjacentes às delegações de competências para a aprovação interna das despesas foram aprovados pelo Conselho de Administração¹⁵ nas seguintes condições e limites:

- A autorização de qualquer despesa de investimento terá de ser, sempre, aprovada pelo Conselho de Administração da MARF, SA, sob proposta fundamentada do serviço proponente, indicando o cabimento orçamental ou justificando a urgência ou oportunidade da despesa em causa, bem como o procedimento legal a utilizar na sua execução;
 - A autorização da realização de despesas correntes ao abrigo da delegação de competências, deverá pressupor, sempre, previsão no orçamento aprovado;
 - No que respeita às despesas correntes expressamente previstas no respetivo orçamento aprovado, o CA da MARF, SA delega em cada um dos seus membros a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 5.000 euros;
 - Quando estejam em causa despesas do tipo e na situação expressa no número anterior, o CA da MARF, SA delega ainda¹⁶:
 - i. na Direção Financeira, a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 1.000 euros (oitocentos euros); e
 - ii. no responsável do Mercado (Diretor Comercial da zona sul), a possibilidade de autorizar despesas de valor menor ou igual a 1.000 euros.
 - No caso de proposta de realização de despesas correntes que não estejam expressamente previstas nos respetivos Orçamentos / Planos de Atividades, desde que com caráter excecional, sejam fundamentadas pelos Responsáveis, validadas pela Direção Financeira e haja disponibilidade orçamental na rubrica em causa, o CA da MARF, SA delega em cada um dos seus membros a autorização de despesas até um montante máximo de 2.000 euros;
- c) Na MARF, SA não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

12. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A MARF, SA aderiu, em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPA).

A MARF, SA desenvolve e comunica os seus procedimentos de contratação pública, quando aplicável, através do portal dos contratos públicos, Base.

13. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo [158.º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho]

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a sociedade continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

¹⁵ Nota Interna n.º 06/2016 de 4 de outubro de 2016

¹⁶ Despachos emanados pelo CA SIMAB e CA MARF em outubro de 2018

NF

6

Plano Redução Custos [artigo 158.º do DLOE 2019]

Un: Euro

PNC	2020	2019	2018	2017	2020/2019	
	Execução	Orçamento	Execução	Execução	Var. Absol.	Var. %
(0) EBITDA ⁽¹⁾	988 833	1 014 273	1 062 019	1 155 612	-73 186	-6,9%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0,0%
(2) FSE	385 328	379 542	334 117	338 234	51 212	15,3%
(3) Gastos com o pessoal corrigido dos encargos i), ii) e iii)	162 669	162 114	160 771	160 503	1 898	1,2%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	n.a.
(3.ii) Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	n.a.
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	0	0	0	0	0	n.a.
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3-3i-3ii-3iii)	162 669	162 114	160 771	160 503	1 898	1,2%
(5) Impactos da Pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G pessoal) ⁽²⁾	17 438	19 244	0	0	17 438	n.d.
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	530 560	522 412	494 888	498 737	38 672	7,2%
(7) Volume de Negócios ⁽³⁾	1 492 908	1 511 535	1 495 072	1 465 487	-2 165	-0,1%
(7.i) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+)	62 995	63 367	0	0	62 995	n.d.
(8) Volume de Negócios para efeito do apuramento da eficiência operacional (7+7.i)	1 555 903	1 574 901	1 495 072	1 465 487	60 830	4,1%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	34,1%	33,2%	33,1%	34,0%	1 p.p.	
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	1 571	1 310	2 327	3 167	-755	-32,5%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ pessoal)	1 343	1 406	2 008	2 184	-665	-33,1%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ⁽⁴⁾	7 809	8 496	9 463	9 144	-1 655	-17,5%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	10 723	11 211	13 798	14 515	-3 075	-22,3%
(11) Encargos com contratação de estudos, Pareceres, projetos e consultorias (FSE)	0	0	450	6 500	-450	-100,0%
Número Total de RH(OS+CD+Trabalhadores)	8	8	8	8	0	0,0%
N.º Órgãos Sociais ⁽⁵⁾	3	3	3	3	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	4	4	4	4	0	0,0%
N.º Trabalhadores/N.º Cargos Direção	4	4	4	4	0	0,0%
N.º de Viaturas	2	2	2	2	0	0,0%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificadas e discriminadas por medidas.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (+) e das indemnizações compensatórias (+), bem como dos impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (+), estes últimos impactos deverão ser devidamente justificados e discriminados.

c) Os gastos com as viaturas incluem rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

■ EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)

[assegurar o crescimento do EBITDA face ao ano anterior de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa]

Em 2020, o EBITDA ascendeu a 988,8 milhares de euros, situando-se abaixo do ano anterior, em 73,2 milhares de euros (-6,9%).

Esta evolução traduz, maioritariamente, o aumento dos gastos operacionais, em 53,1 milhares de euros (+10,7%), evolução que se deve, essencialmente, ao aumento dos FSE's, nomeadamente na rubrica de limpeza. Os efeitos conjugados da pandemia e da recessão económica têm condicionado a atividade.

NF

7
0

Eficiência Operacional

Indicador de rentabilidade	2018	2019	2020	2020/2019	
				abs.	%
Rendimentos Operacionais	1 719,6	1 596,7	1 583,7	-13,0	-0,8%
Gastos Operacionais	-564,0	-534,7	-594,9	60,2	11,3%
EBITDA	1 155,6	1 062,0	988,8	-73,2	-6,9%

▪ Peso dos Gastos Operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) / VN

[n.º 1, artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Na prossecução do objetivo de redução de gastos operacionais (FSE + Gastos com o Pessoal), determina o artigo 158.º do DL n.º 84/2019 de 28 de junho que as empresas públicas devem assegurar a redução do peso dos gastos operacionais (FSE's + Gastos com o Pessoal) no Volume de Negócios, face ao ano anterior.

Quando comparado com 2019, o indicador que mede o peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, agravou-se em 3,61 pontos percentuais, em resultado do aumento nos gastos operacionais (FSE's + gastos c/ pessoal), em 53,1 milhares de euros (+10,7%).

A evolução nos gastos operacionais reflete, maioritariamente a evolução desfavorável nos FSE's, nomeadamente, na rubrica de limpeza (+58 milhares de euros). Efetivamente, as exigências dos acordos setoriais e do aumento do salário mínimo nacional, para além das novas necessidades, decorrentes do contexto pandémico, determinaram um inevitável acréscimo desta natureza de gastos.

Nos termos do ofício n.º SAL_DGTF/2021/174, de 12 de janeiro de 2021 da Direção Geral de Tesouro e Finanças, são expurgados do cálculo deste indicador, o aumento dos gastos operacionais e/ou a diminuição do volume de negócios, decorrente da situação pandémica provocada pelo vírus SARS-Cov-2.

NA MARF, SA a situação de pandemia Covid-19 determinou um inevitável aumento dos fornecimentos e serviços externos, nomeadamente necessidades crescentes com maior expressão em matérias de segurança, limpeza e desinfeção.

Acresce, no caso específico do MARF, e da limpeza exterior e interior, que a necessidade de renovação dos contratos que findaram acabou, igualmente, por ser impactada por esta pandemia, no caso do contrato celebrado em março, tal como pelo acordo coletivo de trabalho, entretanto celebrado no setor, e pelo aumento do salário mínimo nacional. A conjugação destes três fatores produziu um aumento da despesa operacional que não podia ser contrariado em razão da extrema necessidade do serviço prestado. Mais a mais, em tempos de pandemia. Situação que impedia qualquer período sem níveis adequados de limpeza e desinfeção.

A evolução dos resultados da MARF, SA reflete assim um aumento dos FSE's, e espelha a necessidade de manter níveis adequados de limpeza e desinfeção, bem como o aumento dos preços praticados no caso da limpeza exterior, que justifica grande parte da variação desfavorável dos fornecimentos e serviços externos.

- Ao nível da limpeza, a situação de pandemia determinou, naturalmente, um aumento nas rubricas de limpeza e higiene, interior e exterior, e desinfeção dos mercados; consumíveis, tais como, gel desinfetante, máscaras e viseiras;
- Ao nível da segurança, a necessidade de manter rigoroso controlo de medidas de faseamento de entradas no Mercado, garantir o devido distanciamento operacional e o funcionamento normal no 'pico' de procura, assegurar o distanciamento físico de pessoas e a utilização

genérica de material de proteção de pessoas obrigou a um reforço de operacionais na área da segurança e vigilância, com reflexo na prestação de serviço pelo prestador de serviços.

No que concerne à perda de rendimentos atribuível à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, não obstante a resiliência demonstrada pelos operadores instalados no Mercado, dos diversos setores, a recessão económica foi sentida com particular acutilância no Algarve, em virtude da forte dependência do setor do turismo que caracteriza esta zona do país.

Efetivamente, todos os operadores que dependiam muito do canal HORECA, bem como muitos operadores do setor da Logística, têm manifestado dificuldades, desde logo pelas dificuldades de tesouraria que conduziram a diversas abordagens no sentido de serem concedidas isenções e/ou flexibilizações de pagamento das suas taxas de utilização.

A recessão económica teve tradução em algumas rescisões contratuais, o que aliado à quebra de procura por espaços no Mercado, em virtude dos recelos associados à recessão económica que seguirá à pandemia Covid-19, determinou dificuldades na reposição das perdas de operadores que se efetivaram.

Esta situação tem tido tradução dificuldades comerciais na comercialização de espaços, nomeadamente dos armazéns, para o setor da logística pesada. Também nos alugueres sazonais, que registavam procura recorrente nos meses de verão, existiu pouca procura.

Neste contexto, atribuímos parte da perda de rendimentos à situação de pandemia que atravessamos, que quantificamos em 54 milhares de euros, referente à perda de rendimentos de um armazém, desocupado em abril de 2020, para o qual não foi conseguida a reposição.

Também a existência de casos positivos Covid-19, pese embora as precauções acrescidas em vigor, no estaleiro da empreitada de construção do novo entreposto DPD, que implicam até custos acrescidos, implicou um atraso de 1 mês nos trabalhos em curso com consequente perda de rendimentos de taxas de utilização correspondente a 14,8 milhares de euros.

Seguidamente, apresenta-se a expressão numérica dos gastos relacionados com o contexto de pandemia Covid-19, e respetiva execução, face ao PAO2020:

(Euro)	PAO2020 Retificativo	Execução a dez/20
ES G FSE SD C Correio	10	10
ES G FSE SD OS Aguas engarrafadas	5	5
Serviços Limpeza (Interior + exterior)	18 544	16 768
GO AL G FSE SD LHC Consumíveis de Limpeza	451	118
ES G FSE MAT FU Ferramentas e utensílios de desga	0	51
GO AM G GCP OGCP Outros gastos com Pessoal	234	486
ES G GDA Gastos de Depreciação e de Amortização	421	496
Total Gastos (FSE's + Gastos com pessoal)	19 244	17 438
Perda de Rendimento - Taxas de Utilização	63 367	62 995

Neste contexto, expurgando o impacto da pandemia Covid-19, quer ao nível dos gastos incorridos para fazer face ao combate dos efeitos (+17,4 milhares de euros), quer a perda de rendimentos (-63 milhares de euros), imputada ao contexto recessivo gerado pela pandemia, com maior expressão na zona sul do país, em razão da sua dependência do setor do turismo, o rácio situava-se acima do ano anterior em 1 ponto percentual.

▪ **Gastos com o Pessoal**

[n.º 3, al. a), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Os gastos com o pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE, apresentam um aumento face ao ano anterior, em 1,9 milhares de euros (+1,2%). A evolução resulta do efeito conjugado de: (i) atualização salarial (+0,3%)¹⁷; (ii) pagamento de horas suplementares (600 euros) e remuneração em espécie (300 euros), em razão do esforço acrescido que tem sido solicitado, decorrente do contexto pandémico.

▪ **Número de trabalhadores, efetivos e de cargos dirigentes**

A MARF, SA apresenta, em 31/12/2020, o número de 8 trabalhadores, dos quais 3 órgãos sociais, sendo de referir que dois membros do Conselho de Administração não auferem remuneração, sendo o desempenho de cargos sociais debitado pela SIMAB, SA à MARF, SA, e o membro do Conselho de Administração nomeado pelo Município de Faro também não é remunerado.

› **Encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel**

[n.º 3, al. b), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

De acordo com esta disposição legal, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel, devem ser iguais ou inferiores aos registados em 2019.

Relativamente à rubrica de deslocações e alojamento, apresenta-se abaixo de 2019, em 0,8 milhares de euros (-32,5%), em virtude de menor gasto com deslocações inerentes à acumulação de funções do diretor da zona sul (MARF e MARÉ), em razão das restrições à mobilidade por efeito do contexto pandémico.

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens, estacionamento que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Pelo mesmo motivo, as ajudas de custo diminuem em 0,7 milhares de euros (-33,1%).

Em 2020, os gastos associados à frota da MARF, SA apresentam-se abaixo do registado em 2019, no montante de 1,7 milhares de euros (-17,5%).

No final de 2020, a frota automóvel da MARF, SA é composta por duas viaturas: uma viatura afeta ao cargo de direção comercial (contrato de locação operacional) e uma viatura afeta à área operacional, que pertence ao ativo fixo da empresa há 21 anos.

Frota Automóvel MARF

Euro	2018	2019	2020	2020/2019	
				ABS	%
Gastos com a frota automóvel (€)	9 144,0	9 463,1	7 808,6	-1 654,6	-17,5%
ALD	4 254,8	4 216,2	4 342,7	126,5	3,0%
Combustíveis	3 358,4	3 135,5	2 426,2	-709,3	-22,6%
Manutenção	87,7	794,5	162,5	-632,0	-79,5%
Seguros	193,0	204,2	214,1	9,9	4,9%
Portagens/Estacionamento	1 197,2	1 059,1	609,2	-449,8	-42,5%
IUC	53,0	53,7	53,9	0,2	0,3%
Nº de veículos	2	2	2	0,0	0,0%

¹⁷ DL n.º 10-B/2020, de 20 de março

▪ **Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria**

[n.º 3, al. c), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Em 2020, não se registaram gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Em 2019, ascendem a 0,5 milhares e respeitam a avaliação imobiliária de terreno do MARF para efeitos de apuramento de justo valor, no âmbito dos trabalhos de fecho de contas.

A análise ao cumprimento das orientações em cada uma das rubricas anteriores, face ao previsto no PAO2020, encontra-se apresentada neste relatório, no ponto I - O cumprimento dos Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria - indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO2019

Conforme estipulado no artigo 49.º do DLEO, as empresas do Grupo SIMAB, enquanto empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, previamente à contratação de serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, tem solicitado à PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A., a prestação de consultoria técnica para a realização desses serviços, mediante fundamentação da impossibilidade de os referidos serviços serem supridos internamente bem como da sua indispensabilidade para a concretização do objeto social da empresa. Não obstante este procedimento estar instituído, não se registaram em 2020 matérias em que a Parpública tenha informado a SIMAB sobre a possibilidade de efetuar essas consultorias técnicas.

Conforme já referido anteriormente neste relatório, em 2020, não se registaram gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

15. Cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do RJSPE e artigo 160.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março e do artigo 115.º do DL 89/2018 de 28 de junho]

Os valores apresentados como disponibilidades, na MARF, SA, são mantidos apenas no montante que visa garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, impostos, salários.

Os “excedentes de tesouraria” gerados são sempre aplicados na redução da dívida financeira, por forma a minimizar o custo do financiamento.

Neste enquadramento, a empresa não tem aplicações financeira e, consequentemente, não auferir quaisquer juros.

Importa salientar que, no âmbito da gestão financeira corrente da empresa torna-se necessário manter disponibilidades à ordem na Banca Comercial, pelas razões que expomos seguidamente:

1. A possibilidade de acesso a financiamento bancário de curto (intercalar) e/ou, eventualmente, o de médio e longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade do MARF, SA. A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de curto prazo depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto dessas instituições, e;
2. A impossibilidade de obter autorizações de débito direto do homebanking do IGCP, através de ficheiros em formato standard gerados pelas aplicações informáticas internas, as quais são compatíveis com os sistemas de pagamento do homebanking da banca comercial.

Não havendo, portanto, excessos de liquidez/tesouraria, e face à necessidade das empresas do Grupo SIMAB recorrerem à banca comercial para operações de financiamento, uma vez que o IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, à semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, SA solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB relativamente a 2020 e 2021¹⁸, ao abrigo do disposto no artigo 135.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e do artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ao IGCP a dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O Despacho 1703/2020, de 26 de novembro de 2020 proferido em resposta ao pedido da SIMAB, SA, alheio à necessidade das empresas recorrem ao Mercado para se financiarem, uma vez que não pode ser assegurado pelo IGCP, e do impacto financeiro negativo resultante da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP, autorizou apenas a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado.

Neste contexto todas as empresas do Grupo SIMAB (SIMAB, SA; MARL, SA, MARF, SA; MARB, SA e MARE, SA) detêm contas no IGCP, encontrando-se já em utilização como canal financeiro o Homebanking.

Adicionalmente, foram adotadas outras medidas que permitem incrementar a transacionalidade destas contas, nomeadamente, a indicação do IBAN da conta que cada empresa detém junto do IGCP, nas faturas emitidas pelas empresas, como única opção de pagamento por via de transferência bancária.

Foi prestada informação trimestral via SIRIEF sobre as disponibilidades e aplicações financeiras que mantêm junto da Agência da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E, bem como junto da Banca Comercial.

un: Euro

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	7 603	10 548	3 069	11 474
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	7 603	10 548	3 069	11 474

Nota: os valores apresentados são acumulados ao trimestre

U: Euro

Banca Comercial *	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
NOVO BANCO	0	0	0	0
CREDITO AGRICOLA	0	0	0	0
MONTEPIO GERAL	16 411	23 431	1 159	2 806
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	14 084	6 071	12 895	9 033
BANCO MILLENIUM BCP	1 999	86 017	1 265	5 417
Total	32 494	115 519	15 319	17 256
Juros auferidos	0	0	0	0

16. Divulgação das recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas

Não aplicável, em virtude de não se terem realizado auditorias pelo Tribunal de Contas à MARF, SA, nos últimos três anos.

¹⁸ Ref.º ADM/2000156/2020 de 27 de agosto

NF

17. Elaboração e divulgação do Plano de igualdade.

Em 15 de setembro de 2020, a MARF, SA subscreveu o Plano para a Igualdade do Grupo SIMAB, para o Ano 2021, encontrando-se este publicitado no sítio na internet da empresa¹⁹ tendo sido, nos termos da legislação ²⁰ enviado diretamente à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) através de correio eletrónico.

18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.

Não aplicável à MARF, SA, porquanto a empresa detém um número médio de trabalhadores inferior a 500.

19. Informação divulgada no sítio da Internet do SEE (portal DGTF)

A MARF, SA não divulga informação no sítio da Internet do SEE, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

A divulgação de informação é assegurada por via dos seguintes meios:

Apêndice 1 - EPNW SA - 2020

Informação a divulgar no SEE	Emprego S.T.E.S.	Outro meio	Divulgação
Estátutos	X		Site Empresa
Caracterização da Empresa	X		Site Empresa
Modelo de Governo/ Membros dos órgãos Sociais	X		
- Identificação dos Órgãos Sociais	X		Site empresa e reporte no SIREF
- Estatuto Remuneratório Fixado	X		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X		Relatório de Gestão (disponível no site da MARF) e site da MARF
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X		Site empresa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X		Relatório Governo Societário (disponível no site da MARF)
Relação Financeiro Público		X	
Ficha Síntese	X		
Informação Financeira Histórica e atual	X		Site empresa e reporte no SIREF
Princípios do Bom Governo	X		2019
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X		2019 Relatório Governo Societário (disponível no site da MARF) e SIREF
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X		2019 Relatório Governo Societário (disponível no site da MARF) e SIREF
- Outras Transações	X		
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	X		Site Empresa
Económico	X		
Social	X		
Ambiental	X		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X		2019 Relatório de Gestão (disponível no site da MARF) e SIREF
- Código de Ética	X		2016 Site Empresa

¹⁹ http://www.marf.pt/wp-content/uploads/2020/09/MARF_Planos_Igualdade_GrupoSimab.pdf

²⁰ Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, n.º 3 do artigo 7.º



II Cumprimento das Orientações e disposições legais

NF
D

Tabela de Cumprimento das Orientações Legais

II Cumprimento das Orientações e disposições legais

Apêndice 2 - EPNF 5A - 2020

Cumprimento das Orientações legais				Justificação da não conformidade ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			X	Não foram estabelecidos objetivos de gestão para o mandato em curso
Notas a atingir constantes no PAO				Parte II ROC - Cumprimento das Orientações Legais - Ponto 1
EBITDA	X		-2,3%	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
(FSE) + Gc/P/VN	X		0,9 p.p.	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadorias	X		0 €	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Gastos com deslocações/alajamento	X		199 €	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Gastos com frota automóvel	X		-833 €	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Investimento	X		102,2%	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - Exec.
Dívida/Capital Próprio	X		-0,7 p.p.	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
EBIT/Capital Próprio	X		-0,14 p.p.	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Cumprimento das orientações legais - 2020				Ponto II.13 RGC - Cumprimento das Orientações Legais
EBITDA (segundo o SNC)	X		-6,9%	Ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
(FSE) + Gc/P/VN	X		1 p.p.	Ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Gastos com deslocações/alajamento e ajuda de custo	X		-1 421 €	Ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Gastos com Frota automóvel	X		-1 435 €	Ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
Endividamento	X		-0,1%	Ponto II.3. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Investimento	X		1 686 302 €	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Gastos com o Pessoal	X		1,2%	Ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]-var.
...				
Uso de execução do orçamento carregado no SRO/ROE			X	
Gestão do Risco Financeiro	X		0,53%	Ponto II.2 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Limites de Crescimento do Endividamento	X		-0,1%	Ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Evolução do PMP a fornecedores	X		-4%	Ponto II.3 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Divulgação dos atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X		3 684 €	Ponto II.3 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Recomendações do acionista na aprovação de contas			X	Ponto II.4 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Intervenção acionista ao abrigo do artigo 35.º CSC	X			
Remunerações				Ponto II.5 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X			Os Órgãos Sociais (OS) indicados pela SIMAG, S.A., não auferem diretamente qualquer remuneração na esfera pessoal, uma vez que, de acordo com o EGP apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam.
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2020	X			O OS, indicado pela Câmara de Faro, não auferiu qualquer remuneração, atendendo ao estipulado no art.º 31 do EGP.
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)			X	Relatório do Governo Secletário - Ponto VII.D.1.
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)			X	
EGP - Artigo 31º e 33º				
Utilização de cartões de crédito	X			Ponto II.7 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X			
Valor máximo de combustível e portagens afeto exclusivamente às viagens de serviço	X			
Despesas não documentadas ou confidenciais				
Proibição de realização de despesas não documentadas	X			Ponto II.8 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 do RCM n.º 98/2014				
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	X			Ponto II.9 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Prevenção da corrupção				
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			www.marf.pt Ponto II.10 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Contratação Pública				
Normas de contratação pública pela empresa	X			Ponto II.11 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Normas de contratação pública pela participadas			X	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	
Adesão ao sistema Nacional de Compras públicas			X	Ponto II.12 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]

Apêndice 2 - EPNF SA - 2020

Cumprimento das Orientações legais				Justificação Referenciada ao ponto do Relatório
Gastos Operacionais das empresas Públicas				Ponto II.13 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLBO 2019)			0 €	Ponto II.14 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Princípio da Unidade do Tesouraria (artigo 36.º do DL 133/2013)				Ponto II.15 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	x		11 474 €	
Disponibilidades e aplicação na Banca Comercial	x		17 256 €	Despacho 1703/2020 de 26 de novembro de 2020 - Ponto II.15 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Juros auferidos em incumprimento de UTE e entregas em receita do Estado	x		0 €	
Auditorias do Tribunal de Contas		x		Ponto II.16 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7 da lei 62/2017, de 1 de agosto	x			Ponto II.17 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Apresentação da demonstração não financeira		x		Ponto II.18 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]

O Conselho de Administração da MARF, SA

Rui Paulo da Silva Soares Figueiredo

Rui Paulo da Silva Soares Figueiredo

Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho

Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho

Adriano João Leal Cardoso Guerra

Adriano João Leal Cardoso Guerra

Faro, 15 de março de 2021

N
/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Centro Logístico
de Algodão

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Un: euro

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	12 943 215,06	11 559 054,75
Propriedades de investimento	9	3 017 500,00	3 054 500,00
Ativos por impostos diferidos	18.1	1 225 618,90	1 257 799,67
Ativo corrente			
Clientes	19.3	43 511,31	62 921,79
Outros créditos a receber	19.5	227,39	1 183,15
Diferimentos	12	3 722,52	4 545,01
Caixa e depósitos bancários	4	31 124,58	23 731,97
Total do Ativo		17 264 919,76	15 963 736,34
Capital Próprio			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.1	7 042 312,15	7 042 312,15
Reservas Legais	20.2.1	128 594,50	65 143,07
Resultados transitados	20.2.2	1 036 041,67	464 978,79
Excedentes de revalorização	20.2.2	451 961,84	480 636,84
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	20.2.3	2 808 036,42	2 877 040,62
Resultado líquido do período		517 843,57	634 514,31
Total Capital Próprio		11 984 790,15	11 564 625,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	2 146 315,60	930 000,00
Diferimentos	12	541 095,09	571 693,37
Passivos por impostos diferidos	18.1	540 056,57	557 851,61
Outras dívidas a pagar	19.6	929 638,04	895 512,37
Passivo corrente			
Fornecedores	19.4	124 582,86	168 188,13
Adiantamentos de clientes	19.7	67,83	107,95
Estado e outros entes públicos	18.2	89 190,32	126 411,36
Financiamentos obtidos	10	730 185,88	1 000 000,00
Outras dívidas a pagar	19.6	147 171,21	112 742,97
Diferimentos	12	31 866,21	36 602,80
Total do Passivo		5 280 129,61	4 399 110,56
Total de Capital Próprio e de Passivo		17 264 919,76	15 963 736,34

O Contabilista Certificado

Graça Maria Tavares Reis

O Conselho de Administração da MARF, SA.

Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo

Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho

Adriano João Leal Cardoso Guerra

Faro, 15 de março de 2021



Centro Logístico
de Algarves

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA DO PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

un: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NÚMEROS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	13	1 492 907,68	1 495 072,34
Trabalhos para a própria entidade	14	0,00	1 038,70
Fornecimentos e serviços externos	21	(385 328,33)	(334 116,50)
Gastos com o pessoal	22	(162 668,99)	(160 771,08)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19.3	(5 756,37)	0,00
Outros Rendimentos	16;23.2	90 789,96	100 608,52
Outros Gastos	23.1	(41 110,86)	(39 813,09)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		988 833,09	1 062 018,89
Gastos/reversões depreciação e amortização	23.4	(304 141,80)	(297 111,91)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		684 691,29	764 906,98
Juros e gastos similares suportados	23.5	(12 761,99)	(7 820,45)
Resultados antes de impostos		671 929,30	757 086,53
Imposto sobre o rendimento do exercício	18	(154 085,73)	(122 572,22)
Resultado líquido do período		517 843,57	634 514,31

O Contabilista Certificado

Graça Maria Tavares Reis

O Conselho de Administração da MARF, SA.

Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo

Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho

Adriano João Leal Cardoso Guerra

Faro, 15 de março de 2021



Centro Logístico
do Algarve

MAPA DE VARIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (MÉTODO DIRETO)

un: EUR

Fluxos	NOTAS	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1 889 137,34	1 803 858,77
Pagamentos a fornecedores		(529 517,08)	(407 988,50)
Pagamentos ao pessoal		(131 770,49)	(134 695,29)
caixa gerada pelas operações		1 227 849,77	1 261 174,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(176 839,82)	(50 197,62)
Outros recebimentos/pagamentos		(315 467,68)	(308 001,58)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1	735 542,27	902 975,78
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 648 718,86)	(48 218,30)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2	(1 648 718,86)	(48 218,30)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2 894 826,16	885 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1 948 324,68)	(1 805 000,00)
Juros e gastos similares		(25 932,28)	(8 026,62)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	3	920 569,20	(928 026,62)
Variação de Caixa e Seus equivalentes	4=1+2+3	7 392,61	(73 269,14)
Caixa e seus Equivalentes no início do período	4	23 731,97	97 001,11
Caixa e seus Equivalentes no fim do período	4	31 124,58	23 731,97

O Contabilista Certificado

Graça Maria Tavares Reis

O Conselho de Administração da MARF, SA.

Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo

Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho

Adriano João Leal Cardoso Guerra

Faro, 15 de março de 2021

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa até em 31 de dezembro de 2020						Total	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Reservas transitadas	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2020	6	7.842.312,15	65.143,00	464.978,71	480.638,84	2.027.048,62	634.514,31	11.564.635,78	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Subsídios para efeitos depreciáveis - PRIMAS	16					189.037,60		189.037,60	
Valor Bruto						20.032,46		20.032,46	
Impostos diferidos			63.491,43	571.042,88	0,00		634.514,31	0,00	
Aplicação do resultado líquido do exercício final em 31 de dezembro de 2019									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	63.491,43	571.042,88	128.675,80	168.004,20	1.034.514,31	1.034.514,31	
RESULTADO INTERMIO	8								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-9-9	0,00	63.451,43	571.042,88	128.675,80	168.004,20	517.843,59	517.843,59	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	11-6-7-9-9-10	7.842.312,15	128.594,50	1.036.041,67	481.964,84	2.089.056,42	517.843,59	11.964.796,16	11.964.796,16

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa até em 31 de dezembro de 2019						Total	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Reservas transitadas	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2019	6	7.842.312,15		10,04	480.638,84	2.022.513,21	689.430,67	11.097.892,94	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Subsídios para efeitos depreciáveis - PRIMAS	16					159.964,99		159.964,99	
Valor Bruto						13.492,26		13.492,26	
Impostos diferidos			65.143,00	588.287,46	0,00		651.430,67	0,00	
Aplicação do resultado líquido do exercício final em 31 de dezembro de 2018									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	65.143,00	588.287,46	121.308,77	168.472,70	1.034.514,31	1.034.514,31	
RESULTADO INTERMIO	8								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-9-8	0,00	63.451,43	571.042,88	128.675,80	168.004,20	517.843,59	517.843,59	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	11-6-7-9-8-10	7.842.312,15	128.594,50	1.036.041,67	481.964,84	2.089.056,42	517.843,59	11.964.796,16	11.964.796,16

O Contabilista Certificado

Grça Maria Tavares Reis
Grça Maria Tavares Reis

O Conselho de Administração da MARF, S.A.

Rui Paulo da Silva
Rui Paulo da Silva
Rui Paulo da Silva

Luís Miguel Correia de Almeida Vêlo

Adriano João Leal Cardozo Guerra
Adriano João Leal Cardozo Guerra

N.
re

**NOTAS
ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



MARF - Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em EUROS)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A MARF- Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A., é uma sociedade anónima, constituída por escritura pública, em 20 de abril de 1998, tendo iniciado a sua atividade em 29 de abril do mesmo ano. A sua sede social está localizada no Mercado Abastecedor da Região de Faro, freguesia de Estói, concelho de Faro. O respetivo endereço eletrónico é geral@marf.pt e a página na internet é www.marf.pt

O seu objeto social consiste na promoção, instalação, exploração e gestão direta ou indireta do Mercado Abastecedor de Faro, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares, e bem assim à prossecução de outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de serviços relacionados com o seu objeto principal.

A empresa é detida pela SIMAB - Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA e pelo Município de Faro, sendo a sua empresa mãe intermédia a SIMAB, SA com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 - Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal e a sua empresa mãe final é a PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, SA, com sede na Av. Defensores de Chaves, nº 6 - Piso 6, 1000-117 Lisboa, PORTUGAL.

As demonstrações financeiras compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

13

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Juros e ganhos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos/transações.

3.2 - Propriedades de investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico - SNC - veio suscitar diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARF, SA, designadamente, quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11) dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer ou não os mesmos como propriedades de investimento, e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARF, S.A. como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, ao analisarmos a estrutura de gastos da empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis. Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela empresa. Para além desse facto, o MARF é considerado um investidor ativo estando significativamente exposto aos riscos de variação nos fluxos de caixa gerados pela sua atividade.

O MARF é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis, encontrando-se apenas registado em propriedades de investimento uma parcela de terreno que não se encontra afeta à exploração.

A propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual reflete as condições de mercado à data de balanço. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram. Porém, até ao ponto em que uma quantia seja incluída no excedente de revalorização dessa propriedade, a diminuição é debitada contra esse excedente de revalorização.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações dos seus ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método de linha reta, por duodécimos e de acordo com o período de vida útil esperado dos bens, entre 3 em 10 anos.

3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, considera-se no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa.

Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas

1 NC
10

refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 a 10

Sempre que há alguma indicação de que os ativos fixos intangíveis e tangíveis da empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuras não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração de resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas respetivas rubricas "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.6. Subsídios do Governo

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são reconhecidos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Sempre que é reconhecida uma perda por imparidade nos ativos subsidiados, é transferida para resultados (em outros rendimentos e ganhos) a parcela de subsídio correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida. Quando ocorre qualquer reversão de perdas por imparidade, nos referidos ativos, é efetuada a correspondente correção em resultados (em outros gastos e perdas).

3.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os clientes e outros créditos a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os financiamentos obtidos e os fornecedores e outras dívidas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se

8

mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

3.7.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação da empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a MARF, SA tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- i) a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- ii) se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- iii) se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

3.7.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, no balanço.

3.7.3. Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é imaterial.

3.7.4. Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

3.7.5. Imparidade

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato, se os pressupostos de considerarem alterados. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

NE
10

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por Imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por Imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por Imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.7.6. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

g

N.
12

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato, que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, sendo diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato. No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso é reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviço englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais que são reconhecidos no momento em que o serviço é efetuado;

São considerados serviços adicionais: prestações de serviços de manutenção, serviços de limpeza, instalação de equipamentos adicionais, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

3.11. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros, relacionados com empréstimos obtidos, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde ao imposto corrente e diferido.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento, unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

A quantia contabilizada em ativo ou passivos por impostos diferidos deve, de acordo com a IAS 12, refletir as consequências fiscais da forma como a empresa espera vir a recuperar ou liquidar os seus ativos e passivos, os quais têm associados o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos, se na jurisdição em que opere essa recuperação ou liquidação for importante determinar quer a taxa de tributação quer a base fiscal aplicáveis. Caso a forma como é feita esta recuperação ou liquidação afete a taxa de tributação futura aplicável, ou a base tributável, a empresa deve mensurar os ativos e passivos por impostos diferidos de acordo, não com os pressupostos verificados aquando do apuramento do imposto corrente, mas sim tendo em conta os pressupostos que se verificarão aquando da tributação efetiva, de acordo com a lei fiscal em vigor.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC acresce ainda derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa

12

é de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão ainda estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 - Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.13. Especialização dos exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em "Outros ativos correntes" ou em "Outros passivos correntes", respetivamente nas rubricas de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos". Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos", respetivamente, no passivo e no ativo.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas incluem:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Análises de Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- (iv) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

3.15 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço

que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.16- Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de alimentação, férias, natal e de acumulação de funções. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários.

Ano 2020				
Contas	Saldo Inicial	Debitos	Creditos	Saldo Final
Caixa	1 317,01	163 990,95	162 913,01	2 394,95
Depósitos à ordem	22 414,96	5 116 773,01	5 110 458,34	28 729,63
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	23 731,97	5 280 763,96	5 273 371,35	31 124,58

Ano 2019				
Contas	Saldo Inicial	Debitos	Creditos	Saldo Final
Caixa	1 031,36	192 125,12	191 839,47	1 317,01
Depósitos à ordem	95 969,75	2 874 840,84	2 948 395,63	22 414,96
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	97 001,11	3 066 965,96	3 140 235,10	23 731,97

4.2. Outras informações:

Descrição	2020	2019
Recebimentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	0,00	1 356,05
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	176 839,82	51 553,67
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos, são baseados nas últimas informações disponíveis. A revisão das estimativas, em exercícios seguintes, não é considerada um erro. É reconhecida em resultados sendo objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

No exercício de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas.

6. PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARF, SA são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

6.1 Entidades que participam no capital da empresa:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
NIF	503 045 446	503 045 446
Denominação	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	6 714 643,80 €	2 237 520,99 €
Direitos de voto	95,35%	95,35%
Data de início da participação	20/04/1998	20/04/1998
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
NIF	506 579 425	506 579 425
Denominação	Câmara Municipal de Faro	Câmara Municipal de Faro
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	327 668,35 €	758 480,00 €
Direitos de voto	4,65%	4,65%
Data de início da participação	20/04/1998	20/04/1998
É a entidade controladora final?	Não	Não

6.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações correspondentes aos referidos órgãos sociais, nos anos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Desempenho de Cargos Sociais	17 569,92	0,00	17 569,92	0,00
Senhas de Presença	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17 569,92	0,00	17 569,92	0,00

Os membros do Conselho de Administração Indicados pela SIMAB, S.A. não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público (EGP), apenas podem ser remunerados pela Empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, S.A. à MARF, S.A. No que respeita ao vogal do conselho de administração nomeado pela Câmara de Faro, não é paga qualquer remuneração, tendo em consideração as limitações decorrentes de incompatibilidades previstas no EGP ou outras consignadas na lei aplicável.

6.3. Transações com a empresa mãe:

Os saldos e as transações efetuadas com a empresa-mãe são os seguintes:

Descrição	31/12/2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Contas a pagar correntes (€)	Financiamentos obtidos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (€)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	34 500,00	8 689,40	6 313,08	976 501,48	6 180,00	633,45
Total	34 500,00	8 689,40	6 313,08	976 501,48	6 180,00	633,45

Descrição	31/12/2019					
	Saldo inicial	Aumentos	Contas a pagar correntes (€)	Financiamentos obtidos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (€)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	34 500,00	3 342,67	15 663,54	430 000,00	6 180,00	0,00
Total	34 500,00	3 342,67	15 663,54	430 000,00	6 180,00	0,00

(*) Valores de Iva incluído

A SIMAB, S.A. presta serviços à MARF, S.A., sendo que esta relação se encontra formalizada por Contrato de Gestão, no âmbito da assessoria em diversas áreas, designadamente gestão financeira, jurídica e de recursos humanos, técnica (arquitetura, engenharia), gestão operacional, comercial e gestão administrativa.

A MARF, S.A. presta serviços à SIMAB, S.A. sendo que esta relação se encontra no âmbito dos contratos de gestão na esfera do Grupo SIMAB, no âmbito da realocação de recursos humanos a novas áreas e/ou atendendo a decisões estratégicas de localização, nomeadamente a centralização do diretor comercial da zona sul.

O cumprimento dos compromissos de natureza financeira, designadamente, relativos ao serviço da dívida decorrente do financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento só tem sido possível por via dos apports de capital realizados pelo acionista SIMAB, S.A.

Em 2020 a MARF, S.A. recorreu a empréstimos obtidos sob a forma de prestações acessórias de capital, junto da SIMAB, S.A., para fazer face a pagamentos do serviço da dívida do empréstimo de MLP do BEI e para pagamento relativo à construção do novo edifício.

Em 31/12/2020 a totalidade do endividamento à empresa mãe ascende a 976.501,48 euros, conforme referido na nota 11.2. Mantém-se a estratégia da operação de concentração de créditos de diversas empresas do grupo para a esfera da empresa-mãe em condições mais favoráveis.

Financiamento SIMAB	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	430 000,00	350 000,00
Aumentos	1 494 826,16	885 000,00
Diminuições	948 324,68	805 000,00
Saldo Final	976 501,48	430 000,00

6.4. Transações entre partes relacionadas:

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Câmara Municipal de Faro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARE - Mercado Abastecedor da Região de Évora, SA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 052,00	2 086,08
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 052,00	2 086,08

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Câmara Municipal de Faro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARE - Mercado Abastecedor da Região de Évora, SA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 452,00	5 094,66
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA	0,00	0,00	0,00	4,99	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	4,99	0,00	25 452,00	5 094,66

(1) Valores c/IVA incluído

Desde 2017, também no âmbito dos contratos de gestão na esfera do Grupo SIMAB iniciou a prestação de serviços da MARF, SA à MARE, SA, por força da realocação de recursos humanos a novas áreas e/ou atendendo a decisões estratégicas de localização, nomeadamente a centralização do diretor comercial da zona sul, passando o diretor comercial do MARF a acumular funções de direção comercial do MARE.

7. ATIVOS TANGÍVEIS

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Os valores destas avaliações são suportados pela performance histórica e pelas expectativas de desenvolvimento do negócio e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo com pressupostos aprovados pela Administração.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por qualquer outra alteração, quer internas quer externas à MARF, S.A.

No final de 2013, foi realizado um teste de imparidade dos ativos fixos da MARF, S.A. que determinou o reconhecimento de imparidade dos ativos fixos, à luz das normas internacionais de contabilidade (IAS 36, NCRF12 e a IFRS 13). De acordo com o § 53 da NCRF12 (§ 11 da IAS 36), na avaliação da necessidade de proceder a uma reversão de imparidade de ativos, registadas em períodos anteriores, a entidade deve ter em consideração a indicação de que "as taxas de juro de mercado ou outras taxas de retorno de investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições poderão afetar a taxa de desconto usada ao calcular o valor de uso do ativo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável."

Em 2015 e 2016, perante a evidência quer de alteração das taxas de juro de mercado, quer da alteração de estimativas relativamente aos cash flows gerados em cada Empresa, foram reconhecidas reversões de perdas por imparidade dos ativos fixos.

Do teste de imparidade realizado com referência a 31 de dezembro de 2016, resultou o apuramento de uma quantia recuperável dos ativos fixos no montante de 8.380.371,80 euros. Sendo este valor inferior ao valor escriturado (11.687.287 euros) e inferior à quantia escriturada que teria sido apurada caso não tivesse sido reconhecida a imparidade em exercícios anteriores, foi apurada uma reversão de perdas por imparidade (líquida de impostos diferidos) no montante de 4.002.015,69 euros.

O Conselho de Administração considera que, no período entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, não se verificaram alterações destes pressupostos que determinassem a necessidade de efetuar novas avaliações com referência à data de 31 de dezembro de 2020.

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas/reversões por imparidade, foram as seguintes:

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Ativos								
Saldo Inicial	2 294 784,48	20 468 652,65	191 398,46	17 827,97	72 524,34	22 909,44	3 950,00	23 072 047,34
Aquisições	0,00	0,00	332,60	0,00	2 822,54	668,60	1 684 478,37	1 688 302,11
Transferências	0,00	1 676 991,63	0,00	0,00	0,00	0,00	(1 676 991,63)	0,00
Saldo Final	2 294 784,48	22 145 644,28	191 731,06	17 827,97	75 346,88	23 578,04	11 436,74	24 760 349,45
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo Inicial	835 481,83	10 385 260,25	181 594,32	17 827,97	70 059,08	22 769,14	0,00	11 512 992,59
Amortizações do período	0,00	298 871,22	3 075,76	0,00	2 136,48	58,34	0,00	304 141,80
Saldo Final	835 481,83	10 684 131,47	184 670,08	17 827,97	72 195,56	22 827,48	0,00	11 817 134,39
Ativos Líquidos	1 459 302,65	11 461 512,81	7 060,98	0,00	3 151,32	750,56	11 436,74	12 943 215,06

O investimento em ativos fixos no exercício findo a 31 de dezembro de 2020, ascendeu ao montante de 1.688.302,11 euros.

- o investimento registou-se essencialmente na rubrica de edifícios e outras construções, relativo à construção do novo edifício no MARF que ascendeu a 1.659.297,88 euros e à capitalização de juros e encargos financeiros 11.359,22 euros, relativamente ao financiamento da construção do mesmo edifício;
- aquisição de equipamento administrativo: computadores (1.893,43,9 de euros); secretárias (150,41 euros) e gravador (778,70 euros);
- (v) remodelação de espaços para comercialização (11.521,27 euros);
- (vi) outros: cinzeiros de parede (239,40 euros) e roçadora (429,20 euros);

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" em 2020, no montante de 304.141,80 euros.

	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Ativos								
Saldo Inicial	2 294 784,47	20 432 430,28	191 398,45	17 827,97	72 523,90	22 746,92	1 750,00	23 033 461,99
Aquisições	0,00	0,00		0,00	0,44	162,52	38 422,38	38 985,34
Transferências	0,01	36 222,38		0,00		0,00	(36 222,38)	0,01
Saldo Final	2 294 784,48	20 468 652,66	191 398,45	17 827,97	72 524,34	22 909,44	3 950,00	23 072 047,34
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo Inicial	746 129,63	10 175 866,08	166 292,98	17 827,97	69 263,52	21 279,77	0,00	11 196 659,95
reclassifica amortizações		22 448,15	20 734,12		4 743,41	1 051,97		48 977,65
Amortizações do exercício	0,00	291 610,84	3 847,13	0,00	1 606,95	46,99	0,00	297 111,91
Transferências	89 352,20	(104 664,82)	(9 279,91)		(5 554,80)	390,41	0,00	(29 756,92)
Saldo Final	835 481,83	10 385 260,23	181 594,32	17 827,97	70 059,08	22 769,14	0,00	11 512 992,59
Ativos Líquidos	1 459 302,65	10 083 392,41	9 804,13	0,00	2 465,26	140,30	3 950,00	11 559 054,75

8. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações

1/12
10

operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

8.1. Locações financeiras

A MARF não tem atualmente nenhum contrato de locação financeira a decorrer.

8.2. Locações operacionais

O contrato de aluguer da viatura ao serviço da MARF reveste a natureza de locação operacional, não prevê opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Em julho de 2020, o único contrato ativo referente à viatura 38-RM-78, foi prorrogado pelo prazo de 12 meses.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como gasto durante os exercícios de 2020 e 2019 foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais				31/12/2020	31/12/2019
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos das locações	Pagamentos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "38-RM-78"	LEASEPLAN PORTUGAL, LDA	28924	8/jul/16	7/jul/21	4 342,64	2 506,76
Viatura "66-PZ-31"	LEASEPLAN PORTUGAL, LDA	7707	9/jun/15	8/jun/19	0,00	1 709,47
Total					4 342,64	4 216,23

Contratos de Locação Operacional

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2020	31/12/2019
Vencíveis até 1 ano	2 148,66	2 148,66
Vencíveis entre 1 e 5 anos	0,00	0,00
Vencíveis a mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	2 148,66	2 148,66

O valor apresentado a 31/12/2019 respeitava a rendas vincendas até ao *terminus* do contrato inicial (julho/2020) o qual, nessa data, foi prorrogado por mais 12 meses.

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Propriedades de Investimento	Imóveis	
	31/12/2020	31/12/2019
Terreno Urbano U 4776 (parcela N)	3 013 000,00	3 050 000,00
Terreno Rústico 3Z	2 500,00	2 500,00
Terreno Rústico 29X	2 000,00	2 000,00
Totais	3 017 500,00	3 054 500,00

A MARF, SA detém um terreno, registado em "Propriedades de investimento", correspondente a uma parcela de 97 636 m² a destacar do prédio urbano U-4776 (prédio onde se encontra edificado o MARF), para alienação, por se considerar que esta área não será afeta à exploração, tendo esta última sido, no passado, objeto de um contrato de promessa de compra e venda. Com referência as 31 de dezembro de 2020 a parcela de terreno urbano registou uma desvalorização de 37.000,00 euros, determinada pela avaliação efetuada com referência à mesma data. O terreno encontra-se registado ao justo valor de 3 013.000,00 euros.

8

Tendo em conta as características do imóvel, nomeadamente o seu potencial de construção, e a existência de um mercado de venda e/ou arrendamento do produto final, o valor de mercado do imóvel na data da avaliação foi obtido pelo Método do Valor Residual Dinâmico.

O valor de mercado do imóvel será calculado com base numa perspetiva dinâmica, ou seja, através da projeção dos fluxos financeiros. Estes fluxos são compostos, nomeadamente, pelas receitas geradas com a comercialização, durante o período em análise, e pelos custos inerentes a todas as obras de infraestruturação, construção, gastos indiretos correspondentes e encargos de comercialização e transação. As receitas consideradas serão estimadas com recurso ao Método do Comparativo de Mercado, tendo presente as características da economia local. Os custos indiretos são determinados como percentagem do valor dos custos diretos, enquanto os custos de transação e a margem de promoção são determinados como percentagem sobre o valor de transação. A percentagem de conclusão de obra (que dá origem ao valor executado da obra) é obtida com base em peritagem realizada na visita ao imóvel (quando esta teve lugar), ou deduzida a partir de informação fornecida pelo cliente (quando não foi possível realizar visita ao imóvel), nomeadamente fotografias, que se assumiram como representativas da situação do imóvel à data da avaliação. Os custos indiretos incluem: custos de projeto; custos de gestão de projeto; custos de gestão de obra incluindo a fiscalização, higiene e segurança no trabalho; custos administrativos e jurídicos; e taxas e contingências municipais. Para a obtenção destes parâmetros são consultadas publicações correntemente disponíveis e ainda uma base de dados própria, composta por informação colhida junto de vários agentes do mercado e de comprovada dispersão geográfica, permitindo o ajustamento dos valores à economia local.

Os fluxos de caixa obtidos no período de análise foram descontados à taxa de 7,75% que tem em consideração as características dos imóveis - tipo de imóvel, localização, risco, liquidez, procura/oferta - e o nosso conhecimento da expectativa de um investidor típico para a natureza do imóvel em análise. Desta forma, o valor de mercado do imóvel através do Método do Valor Residual Dinâmico, considerando o imóvel no seu estado atual, ascende a 3.013.000,00 euros, sendo a referir : Incerteza Material / COVID-19: As avaliações são reportadas com base na "Incerteza Material", conforme definido na VPS 3 e na VPGA 10 do RICS Valuation - Global Standards (incorporando as IVSC International Valuation Standards) efetivo desde 31 de Janeiro de 2020 "Red Book". Consequentemente, um maior grau de incerteza e prudência devem ser atribuídos à avaliação. Dada a incerteza relativa ao impacto futuro que o COVID-19 poderá ter no mercado imobiliário, recomendamos que as avaliações dos imóveis sejam realizadas com maior frequência e rigor.

A determinação do justo valor foi suportada por uma valorização determinada por um avaliador independente com qualificação profissional reconhecida e relevante, dando cumprimento ao Artigo 20.º da Lei n.º 153/2015, de 14 de Setembro: Elementos de Responsabilização.

A MARF, SA detém ainda registado em "Propriedades de Investimento", dois terrenos rústicos, tendo sido aplicado o critério do justo valor para mensuração dos referidos terrenos rústicos, apurado pelo Método de Comparação com o Mercado, que atribuiu o valor global de 4.500,00 euros.

10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica "Financiamentos Obtidos" é detalhado conforme se segue:

NF

b

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos obtidos (passivo não corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento p/ Investimento		
Banco Europeu de Investimento	0,00	500 000,00
Millenium bcp	1 169 814,12	0,00
Outros financiadores		
Empresa mãe - suprimentos	976 501,48	430 000,00
Financiamentos obtidos (passivo corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	500 000,00	1 000 000,00
Millenium bcp	230 185,88	0,00
Total	2 876 501,48	1 930 000,00

10.1. Caracterização dos empréstimos bancários

- Contratos de financiamento a médio e longo prazo

- Em dezembro de 2001, na sequência dos contatos e negociações havidas com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. Esta operação possibilitou a consolidação, no médio e longo prazo, de uma importante parte dos passivos bancários que, eram apresentados no curto prazo.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

Financiamento BEI

Financiamento BEI	
Montante	15 000 000,00
Montante em dívida a 31/12/2020	500 000,00
Maturidade	20 anos
Período carência	5 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 3 meses
Spread	0,12%
Data primeiro reembolso	15/12/2006
Data último reembolso	15/06/2021

A taxa variável é determinada pelo BEI em conformidade com os seus procedimentos internos, não podendo, no entanto, exceder a Euribor3m + 0,12%.

- Em 2020, na sequência da contratualização de uma área de construção de 3 281,80 m² com um operador logístico, e procurando adequar o prazo do empréstimo à maturidade dos ativos financiados, a MARF, SA contratualizou um financiamento de médio longo prazo, no montante de 1 400.000 de euros.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas

8

Financiamento Millenium bcp

Financiamento BES	
Montante	1 400 000,00
Montante em dívida a 31/12/2020	1 400 000,00
Maturidade (anos)	5,75
Período carência	10 meses
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 12 m
Spread	0,65%
Data primeiro reembolso	12/03/2021
Data último reembolso	12/02/2026

O montante apresentado no passivo corrente corresponde à amortização de capital a efetuar em 2021.

10.2. Prestações Acessórias de Capital

Na sequência da operação de concentração de crédito na empresa mãe, em condições financeiras mais vantajosas, o endividamento bancário da MARF é substituído por reforço de prestações acessórias de capital.

Os contratos de suprimentos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da Empresa mãe, por referência ao mês anterior. Em 2020, correspondeu a uma taxa média de 1,56%.

Em 2020, foram realizadas prestações acessórias de capital remunerado à MARF, SA por parte do acionista SIMAB, SA, no montante de 1.494.826,00 euros e reembolsados 948.324,68 euros, traduzindo-se no exercício de 2020 a um financiamento líquido no valor de 546.501,48 euros, necessário à cobertura de situações deficitárias de tesouraria, que permitiram garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas no âmbito do serviço da dívida, designadamente do financiamento que a sociedade detém junto do Banco Europeu de Investimento.

À data de 31 de dezembro de 2020 as prestações acessórias de capital realizadas à MARF, SA ascendem a 976.501,48 euros, conforme seguidamente se apresenta:

Data da realização	Montante	Montante em dívida a 31/12/2020
dez/20	400 000,00	400 000,00
jun/20	150 501,48	150 501,48
jun/20	400 000,00	400 000,00
dez/19	450 000,00	26 000,00
Total	1 400 501,48	976 501,48

11. IMPARIDADE DE ATIVOS

			31/12/2020				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimentos em curso	Propriedades de investimento	Totais
2020	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Saldo inicial	6 688 282,35	0,00	0,00	7 646,14	6 695 928,49
		Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Regularizações		0,00		0,00	0,00
		Totais	6 688 282,35	0,00	0,00	7 646,14	6 695 928,49
2019	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Saldo inicial	6 718 039,27	0,00	0,00	7 646,14	6 725 685,41
		Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Regularizações	(29 756,92)	0,00	0,00	0,00	(29 756,92)
		Totais	6 688 282,35	0,00	0,00	7 646,14	6 695 928,49

Conforme referido na nota 7 foram efetuadas em 2019 reclassificações às rubricas de amortizações acumuladas e perdas por imparidade, decorrentes da análise ao registo da reversão da perda por imparidade ocorrida em 2016.

12. DIFERIMENTOS

12.1. Diferimentos no Ativo

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no Ativo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	0,00	518,60
Outros gastos a reconhecer	3 722,52	4 026,41
Total	3 722,52	4 545,01

A rubrica de "outros gastos a reconhecer" refere-se essencialmente a: (i) contrato de aluguer de licenças da Microsoft, cujo saldo ascende a 922,09; (ii) diferimento de outras licenças de software no valor de 605,95 euros; e (iii) diferimento de gastos associados ao aluguer e manutenção do equipamento Firewall no valor de 1.248,96 euros a reconhecer no período de 2 anos.

12.2. Diferimentos no Passivo

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no passivo é conforme se segue:

	2019/2020	2018/2019
Passivo (não corrente)		
Taxas Acesso	541 055,09	571 693,37
Passivo (corrente)		
Rendimentos a reconhecer		
Taxas Acesso	31 866,21	31 602,80
Outros Rendimentos a reconhecer	0,00	5 000,00
Total	572 921,30	608 296,17

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso incluídos na rubrica de "Rendimentos a reconhecer", são reconhecidos por duodécimos, como rendimentos do exercício durante o período de vigência dos contratos.

Encontra-se registado em passivo corrente, o valor a reconhecer como proveito do exercício relativo ao decurso de 12 meses de contrato.

Em 2019, na rubrica de outros rendimentos a reconhecer encontrava-se 5.000,00 euros referente a taxas de utilização.

13. RÉDITO

A rubrica de "Vendas e Prestações de serviços" apresentava a seguinte composição:

	2019/2020	2018/2019
Prestações de serviço		
Taxa de utilização	1 397 095,14	1 403 747,00
Outras prestações de serviços	56 394,27	51 099,46
Serviços secundários		
Sub-total (Prestação de serviços - cash)	1 453 489,41	1 454 846,46
Proveitos diferidos - integração recorrente de Taxas de Acesso	39 418,27	40 225,88
Total	1 492 907,68	1 495 072,34

Para além das taxas de utilização, consideradas o core-business do negócio, representando 94% das prestações de serviços, as outras prestações de serviços referem-se essencialmente a: (i) contrato de gestão na esfera do grupo SIMAB, a MARF, SA prestou serviços à MARE e à SIMAB no valor de 18.552 euros e 10.680 euros respetivamente; (ii) aluguer de equipamento de frio no valor de 10.459 euros; (iii) aluguer de empilhador no valor de 2.332 euros; (iv) taxa de cedência de posição contratual (943 euros) e (v) obras de reabilitação de espaços por conta dos clientes no valor de 13.358 euros.

São ainda reconhecidos em rendimentos, os rendimentos diferidos que incorporam o valor recorrente de integração de taxas de acesso, decorrente do decurso normal dos contratos. Nos exercícios de 2020 e 2019 não correram rescisões contratuais com integração plena de taxa de acesso.

14. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Em 2020, não se registaram rendimentos desta natureza. No exercício findo a 31 de dezembro de 2019 ascenderam a 1.038,70 euros e integra os trabalhos realizados em diversas obras conforme referido na nota 7, tendo sido considerado o valor de mão-de-obra direta do funcionário que realizou os trabalhos, cujo custo foi apurado de acordo com o valor hora do mesmo, tendo por base os respetivos gastos com o pessoal e considerando as horas afetas à obra em causa.

16
p

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1. Provisões

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a MARF, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos.

O Conselho de Administração da MARF, SA considera que não há riscos identificados à data de 31/12/2020, pelo que não há lugar a Provisões.

15.2. Ativos Contingentes

A MARF, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa. Considera-se não haver situações que configurem ativos contingentes, em 31 de dezembro de 2020.

15.3. Passivos Contingentes

Não foram identificados Passivos Contingentes.

16. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

A informação relativa ao subsídio ao investimento obtido do governo é como se segue:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Demonstração dos resultados			Balanço	
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos e perdas	Reconhecidas no capital próprio (Outros rendimentos reconhecidos)	Reconhecidas no passivo (Como rendimentos a reconhecer / Como passivos a reembolsar)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PRONAB	0,00	0,00	0,00	371 342,08	0,00
	Subsídios relacionados com ativos depreciables		0,00	89 037,60	0,00	3 144 121,80	0,00
	Impostos diferidos sobre subsídios		0,00	0,00	0,00	(707 427,46)	0,00
	Total		0,00	89 037,60	0,00	2 808 036,42	0,00

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2019					
			Demonstração dos resultados			Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos e perdas	Reconhecidas no capital próprio (Outros rendimentos reconhecidos)	Reconhecidas no passivo (Como rendimentos a reconhecer / Como passivos a reembolsar)	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PRONAB	0,00	0,00	0,00	371 342,08	0,00	0,00
	Subsídios relacionados com ativos depreciables		0,00	89 090,54	0,00	3 286 936,93	0,00	0,00
	Impostos diferidos sobre subsídios		0,00	0,00	0,00	(739 560,81)	0,00	0,00
	Total	0,00	89 090,54	0,00	2 918 718,20	0,00	0,00	

Em 2019, na sequência das reclassificações às rubricas de amortizações acumuladas e perdas por imparidade, decorrentes da análise ao registo da reversão da perda por imparidade em 2016, foram efetuados ajustamentos à incorporação do subsídio ao investimento para os ativos subjacentes.

q

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo deprecitados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

17.1. Autorização para emissão

- (i) As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de março de 2021.
- (ii) Em Assembleia-geral os acionistas têm o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julguem convenientes, nos termos e legislação em vigor.

17.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

- (i) Entre a data do Balanço e 15 de março de 2021 não houve conhecimento de eventos ocorridos que, afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do período.

17.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

- (i) Impacto Covid-19

A pandemia da Covid-19 teve, está a ter, e continuará a ter nos próximos meses, um impacto profundo na atividade económica mundial e nacional. E, esse impacto existiu, existe e continuará a existir, também, nas empresas do Grupo SIMAB.

Hoje, com dados de 2020, e com o incremento da pandemia no final do ano, podemos reconfirmar que a nível mundial e nacional continuamos a enfrentar uma quebra acentuada do PIB e uma profunda recessão económica.

Uma quebra que teve efeitos significativos no primeiro semestre, melhorando a economia ligeiramente no terceiro trimestre e voltando a regredir no quarto trimestre. E o primeiro semestre de 2021 não se apresenta promissor.

Assim sendo, a reativação da economia nacional ao longo dos próximos meses, mas, também, e de modo decisivo, o reanimar de toda a economia europeia e mundial é algo ainda imprevisível. Naturalmente, em associação com a evolução da pandemia no país e nas várias regiões do globo.

O período que estamos a voltar a viver, em termos de pandemia da Covid-19, em especial na Europa, leva-nos a considerar que estamos ainda longe de superar esta situação. Consequentemente, também a economia demorará a retomar a atividade e os índices pré COVID.

No entanto, os vários meses decorridos continuam a confirmar essa afirmação, pese embora esse impacto, toda a fileira agroalimentar continuou a contribuir, sem qualquer tipo de interrupção operacional ou comercial, para o imperativo da continuidade da cadeia de abastecimento às populações que foi um objetivo estabelecido pelo Governo e, no nosso caso, plenamente suportado pelas orientações emanadas, em sustentáculo à ação do Governo, pelo acionista Parpublica.

Ou seja, mantiveram-se em funcionamento, durante todo o ano de 2020, enquanto elo essencial da cadeia de abastecimento, os Mercados Abastecedores.

Os Mercados Abastecedores fizeram a sua parte, mantendo-se em plena operação e a cumprir o serviço público de proporcionar a continuidade da cadeia de abastecimento ao comércio retalhista em atividade. Pese embora, se tenha mantido, até à data, a complexidade da gestão das diferentes variáveis em apreço.

2020 foi um ano complexo na gestão conjugada da atividade de formalização e acompanhamento de acordos de pagamentos com as empresas nossas clientes bem como da sua atividade, com consequentes impactos nos fluxos financeiros das empresas do Grupo, da operação e da atividade comercial. Também, em termos de impacto, embora pontual, da pandemia, nas várias empresas do Grupo, com a necessidade de adoção de novas medidas de controlo e mitigação da pandemia e de gestão mediática dessas situações. Medidas essas com impacto nos resultados líquidos apresentados.

Não obstante, essa complexidade, também durante todo o ano de 2020, e até à data, não tivemos impactos na operação, no cumprimento dos nossos compromissos e na manutenção dos investimentos em curso. Pese embora a exigência dos nossos compromissos.

Salientando-se, mais uma vez, como temos vindo a referir, que todos os Acordos de Pagamentos celebrados, até à data, no Grupo SIMAB, têm vindo a ser pontualmente cumpridos e que, globalmente, o desempenho das várias empresas do Grupo tem sido positivo. Embora, num outro contexto, o desempenho e o resultado líquido pudessem ser ainda melhores.

Em especial, porque existiu impacto da pandemia na despesa operacional, em áreas essenciais à boa operação dos Mercados e à gestão da pandemia, embora em parte contrabalançado em outras rubricas dessa despesa, e porque algumas decisões de contratação e investimento por parte dos nossos clientes e potenciais novos clientes se têm atrasado ou suspenso. Embora não cancelado.

E, no setor da logística, há mesmo um acréscimo de procura para realização de novos negócios em 2021 e 2022 em razão do aumento da compra *on line* e da entrega ao domicílio e no estabelecimento (na impossibilidade de resposta imediata a algumas das solicitações por ausência de espaços disponíveis). Naturalmente, que a evolução da pandemia e da recessão marcará a concretização ou não dessas perspetivas.

A resiliência do Grupo SIMAB permitiu, ao longo de todo o ano de 2020, benefícios para a atividade económica, a cadeia de abastecimento e a atividade retalhista dos clientes dos nossos clientes.

Comércio retalhista que aumentou os seus níveis de compra, se diversificou e, também, aumentou o seu volume de vendas junto dos consumidores finais. Em especial, nas suas várias vertentes, o comércio retalhista de proximidade. Com efeitos comerciais e operacionais na vida dos Mercados Abastecedores.

Com efeito, os dados que têm vindo a ser conhecidos permitem considerar, como tem vindo a ser escrito, que é difícil encontrar em algum momento na história em que os comportamentos tenham mudado tão drástica e rapidamente quanto aquele que hoje vivemos.

A pandemia redefiniu prioridades, desenhou novos padrões de consumo e fez disparar a procura pelos bens de primeira necessidade nos supermercados, mas sobretudo no comércio tradicional, uma tendência que já estava a ter uma dinâmica crescente e que a crise veio acelerar e consolidar.

De acordo com os dados da plataforma SIBS Analytics, o valor das operações de pagamento eletrónico realizadas em 2020 no comércio tradicional, assim como em mercearias e minimercados aumentou significativamente, face a igual período de 2019.

Ou seja, o comércio alimentar de proximidade passou a exercer um papel fundamental. Respondeu de forma positiva, a nível de preço e de oferta, e soube adaptar-se, disponibilizando entregas ao domicílio ou encomendas por telefone ou online. O que também aconteceu no comércio grossista.

O consumo em superes e hipermercados também cresceu, embora de forma não tão expressiva. E, de igual modo, aumentou também o gasto em farmácia e, principalmente, em tecnologia. Ou em itens como cultura, entretenimento, bricolage, entre outros. Todos relevantes na atividade logística e de transporte que ocorre nas nossas plataformas logísticas de base agroalimentar, em especial na entrega ao domicílio, uma vez que se passou a valorizar a proximidade e o consumo em casa.

As empresas grossistas de hortofrutícolas apresentaram, na generalidade, maior resiliência, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os seus compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio *on line* e da entrega ao domicílio tal como via aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade.

Continuaram a ser exceção, dentro destas, as empresas grossistas de hortofrutícolas cujos clientes são consumidores coletivos, tais como, cantinas de escolas e lares ou o canal HORECA e outras que operam em nichos de mercado como a aviação. Embora, a maioria tenha, também, conseguido diversificar, com sucesso, os seus clientes. No entanto, a reabertura e novo encerramento de muitas destas atividades poderá ter um efeito significativo e danoso em 2021.

Analogamente, o setor das mercearias secas teve, também, um forte crescimento do seu volume de negócios.

Por sua vez, no setor do pescado, e independentemente de alguma baixa do preço, continuou a verificar-se, que parte das empresas aumentou o seu volume de negócios, nas áreas das conservas e congelados, outros o mantiveram, ao trabalhar com os hipermercados, supermercados e grandes peixarias, e parte viu o seu rendimento começar a recuperar ao trabalhar com o canal HORECA e com os mercados municipais. Embora, a evolução da pandemia tenha, novamente, trazido problemas a parte das empresas do setor.

No que concerne ao setor das flores manteve-se durante o trimestre em análise problemas ao nível dos seus rendimentos. A recuperação da atividade comercial do setor que se iniciou a partir de maio não foi consolidada.

As unidades de restauração que existem nos Mercados Abastecedores enfrentaram grandes dificuldades tal como as atividades complementares. Existiu alguma recuperação durante o segundo semestre, mas os problemas agravaram-se significativamente no início de 2021.

Quanto às principais empresas de transporte e logística, aquelas que trabalham quase exclusivamente para o mercado nacional, realizando uma distribuição capilar, de proximidade, com encomendas de pequeno porte, tiveram os impactos da pandemia mitigados pelo crescimento da componente de entregas de mercadorias compradas em comércio eletrónico e por outras vias alternativas. Embora, queixando-se de alguma "desregulação" das entregas.

Quanto às empresas de transporte e logística internacional, pese embora o esforço de cooperação internacional de que os "corredores verdes" são exemplo, algumas grandes empresas e/ou multinacionais, tiveram constrangimentos na sua atividade no primeiro semestre de 2020. Constrangimentos solucionados ao longo do ano.

Face ao exposto, ao nível da receita, fomos alvo de diversas abordagens por parte dos nossos clientes que, enfrentando dificuldades de tesouraria, solicitaram isenções e/ou flexibilizações de pagamento das suas taxas de utilização.

Neste contexto, definimos princípios orientadores de abordagem negocial no quadro de todas as situações serem avaliadas criteriosamente, caso a caso, diariamente, pelos nossos serviços comerciais, sempre numa perspetiva complementar às medidas de apoio anunciadas pelo Governo, e objeto de diálogo com as empresas e com as suas Associações representativas.

Naturalmente, que os princípios orientadores poderão ser adaptados se a situação evoluir negativamente.

O que não aconteceu, no essencial, em 2020, com exceção de um ou outro caso pontual, e não se perspetiva que venha a acontecer em 2021 de modo significativo. Eventualmente, com exceção do setor da restauração e das flores. A não ser que a recessão se agrave e a dinâmica comercial abrande.

Situações mais graves ou de elevada complexidade, como no caso em que as empresas estejam a investir nos nossos Mercados, poderão ter necessidade, dentro dos mesmos princípios, de uma abordagem mais flexível (o que já aconteceu numa situação).

Seguimos esta abordagem porque nos pareceu adequado ter uma base negocial comum, de partida, para cada setor, a ser analisada caso a caso. O que se refletiu na assinatura de vários acordos de pagamentos. Embora, diminutos face ao número de clientes dos Mercados. Revisitando o ano de 2020 e os resultados líquidos apresentados pelas várias empresas do Grupo foi uma boa opção.

Do mesmo modo, em 2020, deu-se continuidade ao reforço acrescido das ações diárias de acompanhamento dos pagamentos feitos pelos clientes bem como do controlo de créditos.

Também por isso, e devido às opções comerciais e de investimento todas nos últimos quatro anos, face à pandemia e à recessão que vivemos em 2020, o impacto nos rendimentos, em taxas de utilização, nos Mercados Abastecedores não é negativo. E, em várias situações, face ao período homólogo, é até positivo.

O que não quer dizer que a situação, ao nível dos rendimentos, não se possa agravar. Tudo dependerá da evolução da economia.

No que concerne à despesa operacional, foi também nosso dever manter os Mercados Abastecedores abertos e em plena operação face à situação que vivemos e cuja exigência dos desafios que temos enfrentado, com aumento da procura por parte dos clientes dos clientes bem como com necessidades acrescidas de controlo, faseamento de entradas, limpeza, desinfeção e gestão da comunicação, tem sido também reportada ao acionista e à tutela.

Nesse report foi sendo detalhada a implementação de um vasto conjunto de medidas, nestes domínios, com vista à proteção da saúde dos trabalhadores e utilizadores dos Mercados, em que algumas delas têm impacto na despesa operacional.

Do mesmo modo, em razão das necessidades de adaptação inicial da operação e dos espaços, das mudanças legislativas, com impacto na operação, que foram ocorrendo durante as várias fases do Estado de Emergência e Calamidade e, igualmente, com a aprendizagem que fomos tendo bem como com a progressiva estabilização da operação, foi sendo sempre reportado que, na nossa perspetiva, o mês com maior despesa operacional acrescida seria abril e que depois procuraríamos reduzir alguma dessa despesa. Sendo que, em especial no que concerne ao MARF, parte dela poderá ter de se manter no futuro.

Isso foi feito. No entanto, junho e julho obrigou a novas medidas. E o final do ano só reforçou essa necessidade acrescida. Medidas que estão em permanente avaliação e que procurámos gerir ao longo do tempo.

Provavelmente, estas necessidades terão de se manter ao longo de 2021. E, no momento de renovação de contratos de alguns dos prestadores de serviços nas áreas de higiene, segurança e utilities, a despesa poderá sentir efeitos da pandemia e das medidas do Governo ao nível do RMG.

Importa reiterar que temos procurado conter, ao longo de todos estes meses, a despesa operacional em outras rubricas, ao mesmo tempo que políticas de sustentabilidade têm também ajudado à despesa operacional, tal como o acréscimo de horas e de funções de parte dos RH tem sido compensado por baixas e outro tipo de poupanças na rubrica. O que tem sido, em parte, conseguido.

Foi dada continuidade às iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando a realização de investimentos àqueles que se revelam críticos e essenciais à manutenção de infraestruturas ou ao desenvolvimento do negócio. Embora, também aqui, quer para a colocação de pessoas em teletrabalho quer para adaptação dos nossos espaços, se registaram alguns investimentos derivados da pandemia da Covid-19.

Deste modo, em 2020, a maioria das empresas esteve em linha com as perspetivas delineadas. E os desvios que ocorreram, na despesa, não fugiram ao planeado para fazer face à pandemia. E, no que concerne à receita, a resiliência tem sido apreciável.

Com isso, todas as empresas do grupo SIMAB têm conseguido assegurar a continuidade das operações, cumprir os compromissos financeiros assumidos, garantindo a sustentabilidade dos Mercados a curto prazo sem comprometer a sua viabilidade de médio/longo prazo. Ao mesmo tempo que se procura apoiar as empresas nossas clientes em linha com o requerido pela tutela setorial.

Assim sendo, em termos de resultado líquido, face ao período homólogo, as empresas do Grupo SIMAB apresentam bons resultados, à exceção do MARF, que apresenta uma despesa acrescida que prejudica este item.

Despesa essa, ao nível da limpeza, que é impactada pelos efeitos conjugados dos efeitos RMG, acordo coletivo e pandemia.

Em conclusão, até agora, as perspetivas têm sido melhores do que se anteviam. Fruto da resiliência do setor, do crescimento do consumo, do trabalho comercial e dos investimentos feitos em anos anteriores, desde 2016, e do acompanhamento próximo feito aos clientes.

Só assim, muitas das empresas do Grupo puderam apresentar, em termos de resultado líquido, expurgados de fatores extraordinários, os melhores resultados de sempre.

Só assim, em termos consolidados, o Grupo SIMAB, também ao nível do seu resultado líquido, expurgados de fatores extraordinários, pode apresentar em 2020 o seu melhor resultado de sempre.

Só assim, a dívida financeira líquida do Grupo SIMAB continuou a diminuir significativamente ao longo de todo o ano de 2020.

Só assim, o MARF evoluiu como evoluiu.

Pese embora as dificuldades da pandemia e da recessão continuamos a acreditar que, com a continuidade destas opções de gestão, em diálogo permanente com os acionistas, poderemos manter sem alterações a atual atividade dos Mercados, que é crucial na garantia de funcionamento da cadeia de abastecimento às cidades, bem como apoiar melhor as empresas nossas clientes e manter, dentro do possível, esta trajetória de resultados e de diminuição da dívida.

18. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES

18.1. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi como segue:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	1 257 799,67	557 851,61	1 289 492,83	506 902,49
Movimentos do exercício				
Ajustamentos positivos/negativos para o justo valor	(29 636,50)		(33 311,79)	
Imparidades de clientes	(2 544,27)		1 618,63	
Excedentes de Revalorização de ativos		(8 325,00)		0,00
Subsídios para ativos depreciables - PROMAB		(9 470,04)		50 949,12
Saldo final a 31 de dezembro	1 225 618,90	540 056,57	1 257 799,67	557 851,61

Em 2020 foi efetuado o ajustamento ao justo valor da parcela de terreno que se encontra registada em propriedades de investimento, tendo o justo valor registado uma desvalorização, decorrente da última avaliação com referência a 31 de dezembro de 2020.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são detalhados como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto Corrente	131 375,00	112 945,82
Imposto Diferido	22 710,73	9 626,40
Total	154 085,73	122 572,22

A reconciliação entre o lucro contabilístico e os gastos/rendimentos de impostos, referentes a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é conforme se segue:

Demonstração do resultado antes de impostos complementada por gastos/(rendimentos) de impostos				2020	2019	2018
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	517 843,57	634 514,31
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	154 085,73	122 572,22
		Resultado antes de impostos		3=1+2	671 929,30	757 086,53
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4	5 756,37	1 216,33
		A deduzir	...	5		
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6	42 133,17	42 089,01
		A deduzir	...	7	136 298,95	131 821,60
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8=3+4-5+6-7	583 519,89	668 570,27
Dedução de perdas fiscais				9	0,00	179 245,11
Matéria coletável				10=8-9	583 519,89	489 325,16
Benefícios fiscais por dedução à coleta			...	11	0,00	0,00
Outras componentes do imposto		Tributação autônoma		12	83,03	158,99
		Derrama		12	8 752,80	10 028,55
			Coleta	12	122 539,18	102 758,28
Impostos	Imposto corrente			13=12-11	131 375,00	112 945,83
	Imposto diferido (variação dos ativos e dos passivos diferidos)			14	(22 710,73)	(9 626,39)
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			15		
Gastos/(rendimentos) de impostos				16=13-14-15	154 085,73	122 572,22

A linha de imposto teve um impacto negativo de 154.085,73 euros nos resultados do exercício, explicado por:

- (iii) Reversão dos passivos por impostos diferidos relativos à integração do subsídio proporcional à perda por imparidade, no montante de 9.470,04 euros;
- (iv) Reversão de ativos por impostos diferidos no valor de 29.636,50 euros, relativo à quota parte de perda por imparidade;
- (v) Pelo imposto corrente do exercício no montante de 131.375,00; e
- (vi) Reversão de ativos por impostos diferidos de perdas por imparidade de clientes no montante de 2.544,27;

A variação do imposto corrente do exercício de 2020, comparativamente ao exercício anterior, resulta do aumento da matéria coletável.

NF

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Não são efetuadas compensações entre impostos diferidos ativos e passivos.

Numa perspetiva prudente, a Administração entende não reconhecer qualquer ativo por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais dedutíveis, situação reavaliada em cada data de fecho, em função das perspetivas de evolução futura da performance económica e financeira da empresa.

Assim, não se procedeu ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos pelos prejuízos fiscais apurados nos exercícios anteriores, uma vez que não existem expectativas seguras de que os lucros tributáveis futuros, apurados até à caducidade do direito à dedução dos prejuízos sejam suficientes para obter benefícios económicos futuros, por via da dedução no imposto a pagar, entendimento reforçado pelo facto de estar limitada a dedução dos prejuízos fiscais a 70% dos lucros tributáveis apurados em cada exercício, nos termos do nº 2 do artigo 52º do Código do IRC.

Nessa ótica, estima-se que os lucros tributáveis futuros sejam suficientes para absorver a reversão dos ativos por impostos diferidos, relativos à perda por imparidade registada neste exercício, que será revertida ao longo da vida útil remanescente dos bens em causa (período claramente mais longo do que aquele em que se recuperaria o ativo por impostos diferidos relativo aos prejuízos fiscais).

Em 31 de dezembro de 2020 não existem prejuízos fiscais reportáveis.

18.2. Decomposição dos saldos com o Estado

18.2.1. Passivo corrente

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", impostos a pagar, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	33 752,00	79 216,82
Retenção de impostos sobre rendimentos	3 077,79	1 643,79
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	49 524,11	42 930,65
Contribuições para a Segurança Social	2 836,42	2 620,10
Total	89 190,32	126 411,36

18.2.2. Outras informações

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

12
10

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros, são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros		
Contas a receber de terceiros	43 738,70	64 104,94
Caixa e equivalentes	31 124,58	23 731,97
Total	74 863,28	87 836,91

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Passivos Financeiros		
Fornecedores	124 582,86	168 188,13
Outras contas a pagar a terceiros	4 042 571,07	3 064 776,84
Total	4 167 153,93	3 232 964,97

19.2. Risco de crédito

A atividade da MARF, S.A. está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente, relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da empresa é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Ao nível da gestão do risco de liquidez, a adoção de uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo;
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com a maturidade dos seus ativos.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a MARF, S.A. tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, a MARF, S.A. procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas mais eficientes. Neste contexto, destaca-se a operação de financiamento contratada com o Banco Europeu de Investimento, em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis, quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento. No âmbito deste financiamento foi obtida, em 2013, garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros.

8

NF
→
p

A totalidade da dívida financeira da MARF, S.A. está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro¹.

A gestão criteriosa do risco financeiro, a redução do passivo bancário, a melhoria das condições de pricing do financiamento, na sequência da política de concentração de crédito na holding, em condições mais vantajosas permite apresentar uma evolução significativamente favorável nos encargos financeiros.

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o MARF está exposto, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

▪ **Risco de Mercado**, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.

A MARF, S.A. não tem risco cambial no decurso da sua atividade e não tem responsabilidades associadas à dívida em qualquer outra moeda que não o euro.

A totalidade da dívida financeira da MARF, S.A. está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. A empresa não tem contratualizada qualquer instrumento de gestão de risco financeiro².

▪ **Risco de crédito** - associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira. Este tipo de risco é incorrido no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

Ao nível operacional, o risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos setores com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a MARF, S.A. detém uma exposição ao setor bancário internacional traduzida pelo empréstimo que detém junto do Banco europeu de Investimento. Até à data, a MARF, S.A. não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades bancárias.

¹ Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGTCP) (...)". O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

g

NF

▪ **Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento)** - é o risco de que as empresas venham a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros.

A MARF, S.A. tem procurado o melhor desempenho na gestão de tesouraria, procurando garantir o cumprimento de responsabilidades de curto prazo e das atividades operacionais, minimizando a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos, através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade.

A MARF, S.A. apresenta uma gestão prudente do risco de liquidez, o que implica ainda a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso ao crédito para fazer face à gestão corrente.

Em 31 de dezembro de 2020, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras. (Nota 12).

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes é detalhada conforme se segue:

Clientes	31/12/2020		
	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	1 429,13	283,58	1 145,55
Vencido			
0 - 30 dias	27 196,69	0,00	27 196,69
30 - 90 dias	729,37	0,00	729,37
90 - 180 dias	1 101,71	0,00	1 101,71
180 - 360 dias	13 054,40	0,00	13 054,40
> 360 dias	38 612,76	38 329,17	283,59
Total	82 124,06	38 612,75	43 511,31

Clientes	31/12/2019		
	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	2.158,23	72,96	2.085,27
Vencido			
0 - 30 dias	30.591,36	0,00	30.591,36
30 - 90 dias	17.710,09	0,00	17.710,09
90 - 180 dias	0,00	0,00	0,00
180 - 360 dias	11.915,74	0,00	11.915,74
> 360 dias	33.402,75	32.783,42	619,33
Total	95.778,17	32.856,38	62.921,79

8

A antiguidade do saldo da rubrica de "Fornecedores", é detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Não vencido	32 045,53	47 213,98
Vencido		
0 - 30 dias	25 800,93	28 262,05
30 - 90 dias	499,15	17 093,81
90 - 180 dias	0,00	12 177,00
180 - 360 dias	3 482,38	495,95
> 360 dias	62 754,87	62 945,34
Total	124 582,86	168 188,13

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Relativamente aos valores em dívida de fornecedores com antiguidade superior a 360 dias, estes foram já reclamados junto do fornecedor.

19.3. Clientes

O detalhe da rubrica de "Clientes", registados em ativos correntes, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Clientes Curto Prazo - Corrente		
Clientes gerais	40 791,78	57 277,13
Clientes - Empresa-mãe	0,00	0,00
Clientes - Outras partes relacionadas	2 719,53	5 094,66
Clientes - Cheques pré-datados	0,00	550,00
Subtotal	43 511,31	62 921,79
Clientes cobrança duvidosa	38 612,75	32 856,38
Perdas por imparidade acumuladas	(38 612,75)	(32 856,38)
Subtotal	0,00	0,00
Total	43 511,31	62 921,79

Na sequência da análise às situações de risco de incobrabilidade de dívidas de clientes, no exercício de 2020 foram criadas perdas por imparidade no valor de 5.756,37 (Nota 11).

19.4. Fornecedores

O detalhe da rubrica de "Fornecedores" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores Curto Prazo - Corrente		
Fornecedores gerais	118 269,78	152 524,59
Fornecedores - Empresa-mãe	6 313,08	15 663,54
Total	124 582,86	168 188,13

NF

P

19.5. Outros créditos a receber

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos a receber		
Saldo devedores de fornecedores	6,03	809,15
Outras operações com pessoal	221,36	0,00
Credores diversos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	374,00
Total	227,39	1 183,15

19.6. Outras dívidas a pagar

O detalhe da rubrica "Outras dívidas a Pagar" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outras dívidas a pagar (Passivo não corrente)		
Cauções Operadores	242 244,04	188 084,97
Ajustamentos. Impostos s/Subsídios	687 394,00	707 427,40
Outras dívidas a pagar (Passivo corrente)		
Saldo credores de clientes	2 242,48	2 945,23
Outros gastos com pessoal	563,26	487,10
Credores diversos		
Garantias prestadas por terceiros	18,00	18,00
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	47 218,58	19 002,75
Empresa mãe	0,00	0,00
Ajustamentos. Impostos s/Subsídios	20 033,46	20 033,46
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	18 132,98	18 054,10
Outros Acréscimos de Gastos	58 962,45	52 202,33
Total	1 076 809,25	1 008 255,34

Encontram-se registados em passivo não corrente o valor de cauções definidas contratualmente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses.

O valor apresentado de remunerações a liquidar considera a estimativa de encargos com férias e subsídio de férias, cujo pagamento irá ocorrer em 2021.

A rubrica de "Credores por acréscimos de gastos - Outros" refere-se essencialmente a IMI no valor de 38.136,84 euros a liquidar em 2021; 2.516 euros relativo a gastos com fecho de obra de construção do novo edifício e reabilitação de espaços no valor 5.524,18 euros, faturados apenas em 2021 (trabalhos realizados em 2020). Encontram-se ainda registado nesta rubrica, o valor de 6.953 euros, relativo a taxas de utilização a creditar por NC emitida em 2021.

Encontra-se reconhecido em passivo corrente, o valor ao ajustamento aos impostos diferidos sobre o subsídio a efetuar nos próximos 12 meses.

P

19.7. Adiantamentos de clientes

O detalhe da rubrica "adiantamento de clientes" é conforme se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de clientes		
Clientes gerais	67,83	107,95
Total	67,83	107,95

20. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

20.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização, número de ações representativas do capital social.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido da seguinte forma:

Descrição	Nº Ações	Valor Nominal	Capital Subscrito e Realizado	% Capital
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	1 345 620	4,99	6 714 643,80	95,35%
Câmara Municipal de Faro	65 665	4,99	327 668,35	4,65%
Total	1 411 285	4,99	7 042 312,15	100,00%

20.2. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios

20.2.1. Reservas legais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	65 143,07	-
Aplicação RL	63 451,43	65 143,07
Saldo final	128 594,50	65 143,07

No exercício de 2020 o movimento nesta rubrica corresponde à aplicação de 10% do Resultado líquido apurado no exercício de 2019 euros, conforme a deliberação de aplicação dos resultados em Assembleia Geral de 30 de março de 2020.

20.2.2. Resultados transitados

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	464 978,79	(0,04)
Aplicação do resultado líquido	571 062,88	586 287,60
Regularizações - Inventariação de Ativos	-	(121 308,77)
Saldo final	1 036 041,67	464 978,79

- (i) no exercício findo a 31 de dezembro de 2020 a aplicação do Resultado Líquido de 2019, conforme deliberação efetuada em Assembleia Geral de aprovação de contas de 30 de março de 2020;
- (ii) Em 2019, na sequência da análise ao registo dos bens que integram os ativos tangíveis e intangíveis do MARF, às rubricas de amortizações acumuladas e perdas por imparidade decorrentes da reversão da perda por imparidade em 2016, foram identificadas situações passíveis de reclassificação: (i) alterações entre rubricas do ativo; (ii) correções de vida útil e (iii) correções ao reconhecimento de subsídio ao investimento.

20.2.3. Excedentes de Revalorização

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	480 636,84	480 636,84
Atualização do JV do terreno	(37 000,00)	-
Impostos diferidos do ajustamento ao JV do terreno	8 325,00	-
Saldo final	451 961,84	480 636,84

Em 31 de dezembro de 2020 esta rubrica ascende a um montante global de 451.961,84 decorrente da mensuração inicial, ao justo valor, da parcela do terreno registado, do ajustamento correspondente à avaliação realizada com referência a 31 de dezembro de 2020 e líquido do efeito de passivos por impostos diferidos.

De acordo com a al. a), parágrafo 65 da NCRF 11, a diminuição do justo valor registada em 31/12/2020, decorrente da avaliação realizada por avaliador independente, foi debitada contra o excedente de revalorização, na medida em que resultou no apuramento de um justo valor inferior à quantia escriturada, em 37.000 euros, sendo este valor acomodado no excedente de revalorização da propriedade.

20.2.4. Ajustamentos e Outras variações nos Capitais Próprios

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2 877 040,62	2 923 513,32
Integração do subsídio	(69 004,20)	(46 472,70)
Saldo final	2 808 036,42	2 877 040,62

A empresa reconhece, nesta rubrica, os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciables, estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Em 2020, foram reconhecidos rendimentos no montante de 89.037,60 euros e respetivos impostos diferidos no valor de 20.033,40 euros;

O saldo desta rubrica corresponde: (i) parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período no montante de 2.436.694,34 euros, líquido do respetivo passivo por impostos diferidos no montante de 707.427,46 euros e; (ii) aos subsídios afetos a bens não depreciables no montante de 371.342,08 euros.

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhada conforme se segue:

Serviços especializados		
Trabalhos especializados	41 182,57	41 730,39
Publicidade e propaganda	1 796,04	6 104,98
Vigilância e segurança	80 333,04	79 916,19
Conservação e reparação	18 541,56	17 453,08
Serviços Bancários	675,30	221,12
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	287,61	410,04
Material de escritório	564,74	543,07
Artigos para oferta	0,00	249,23
Outros Materiais	297,05	398,64
Energia e fluidos		
Eletricidade	35 948,16	38 759,92
Combustíveis	2 814,61	3 694,08
Água	12 033,50	11 024,23
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1 571,30	2 326,70
DET - Outras Deslocações	609,15	1 059,05
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	9 569,24	9 914,65
Comunicação	3 652,31	3 780,66
Seguros	8 135,73	7 569,56
Contencioso e notariado	736,43	162,00
Despesas de representação	158,85	409,45
Limpeza, higiene e conforto	166 062,46	108 100,11
Outros serviços	358,68	289,35
Total	385 328,33	334 116,50

22. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	17 569,92	17 569,92
Remunerações do pessoal	114 348,70	113 446,78
Encargos sobre remunerações	25 196,97	24 973,35
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	683,17	571,32
Outros gastos com o pessoal	4 870,23	4 209,71
Total	162 668,99	160 771,08

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias relativas ao ano 2020 a pagar em 2021. O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o ano de 2020 foi de 5 colaboradores.

Entende-se como número médio, o quociente entre o total de trabalhadores ao serviço na última semana de cada mês de atividade e o número de meses de atividade.

23. OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

23.1. Decomposição da rubrica de "Outros gastos" conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros gastos		
Impostos	38 413,69	35 824,47
Outros Gastos e perdas	2 697,17	3 988,62
Total	41 110,86	39 813,09

A rubrica de "Impostos" refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) no valor de 38.136,84 euros. Esta rubrica integra ainda o valor de 223 euros de taxas, essencialmente de Inspeção.

O valor evidenciado em "Outros Gastos e perdas" inclui quotizações no valor de 2.653 euros: (i) à associação 5 ao Dia (1.500,00 euros) e à WUWM - World Union of Wholesale Markets (1.153,00 euros) e (ii) 37,10 euros, relativos a correções relativas a exercícios anteriores,

23.2. Decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros rendimentos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1 495,69	3 409,49
Imputação de subsídios ao investimento	89 037,60	89 037,60
Outros	256,67	8 161,43
Total	90 789,96	100 608,52

A rubrica de Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros no valor de 1.495,69 euros refere-se a juros de mora cobrados a clientes.

A rubrica "Imputação de subsídio ao investimento" no valor de 89.067,60 refere-se à quota-parte do subsídio ao investimento do PROMAB concedido à sociedade a fundo perdido.

A rubrica "Outros" inclui: (i) 250 euros referentes a penalidades cobradas a clientes relacionadas com incumprimento do RIM e (ii) 6,67 euros em correções de exercícios anteriores.

23.3. Gastos/reversões de depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização", é conforme se segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	304 141,80	297 111,91
Total	304 141,80	297 111,91

✓ NF
p

23.4. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos nos exercícios de 2020 e 2019 são detalhados conforme se segue:

Quantias de gastos de empréstimos obtidos durante o período		2020	2019
Juros com financiamentos obtidos	Acionista	8 689,40	3 342,67
	Subtotais	10 057,42	3 342,67
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	2 458,34	4 477,78
	Imposto do Selo	246,23	0,00
	Subtotais	2 704,57	4 477,78
Totais		12 761,99	7 820,45

O aumento dos gastos de financiamento, comparativamente ao exercício anterior, deve-se ao aumento do peso relativo de financiamento por via de prestações acessórias de capital, em detrimento de financiamento menos oneroso, nomeadamente, o empréstimo do BEI.

De salientar que os encargos financeiros decorrentes do empréstimo de médio/longo prazo obtido para financiamento da empreitada de construção de novo edifício, no montante de 11.359,22 euros, iniciada e terminada em 2020, foram capitalizados até à entrada em funcionamento do ativo, que ocorreu em novembro de 2020.

24. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- (i) O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.
- (ii) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- (iii) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.
- (iv) Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que:
 - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
 - Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas, conforme quadro seguinte:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	2020	2019
Revisão legal das contas	4 320,00	4 320,00
Totais	4 320,00	4 320,00

g

NF
A

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

25.1. Divulgações de natureza não contabilística

25.1.1. Garantias prestada a terceiros

Garantia prestada ao Banco Europeu de Investimento (BEI) - Nos termos do despacho nº 1567/13 do SET de 7 de agosto de 2013 foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes do empréstimo contraído pela MARF junto do BEI, para o financiamento do projeto "Projeto Agro Logistics Portugal", com efeitos a partir do dia 8 de agosto para um montante em dívida naquela data (8.000.000 euros), tendo sido fixada uma comissão de garantia de 0,2 % ano, por um prazo de 8 anos, até à maturidade do financiamento. A data de 31/12/2020 o valor em dívida é de 500.000 euros.

O Estado português substitui-se deste modo à banca comercial, em condições financeiras bastante menos onerosas para a MARF, SA. Este processo desonerou a SIMAB da responsabilidade assumida na data de assinatura do contrato, deixando de vigorar a respetiva *side letter*.

A MARF, SA prestou uma livrança subscrita em branco e avalizada pela SIMAB, SA, no âmbito do financiamento obtido junto do Millennium bcp, em maio de 2020, no valor de 1.400.000,00 euros, destinada à construção do novo edifício (nota10).

Para garantia do bom cumprimento das responsabilidades de capital e juros, no âmbito deste financiamento, a MARF, SA consignou ao Millenniumbcp todos os rendimentos do referido imóvel, de acordo com Contrato de Consignação de Rendimentos outorgado entre a MARF, SA e o Banco Millenniumbcp, em 12 de maio de 2020.

25.1.2. Garantias detidas sobre terceiros

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa detinha as seguintes garantias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (euros)
Reilimpa, SA	Aquisição de Serviços de Limpeza Interior dos Escritórios, Pavilhão do Mercado e Portaria	Garantia Bancária	3 119,40
COPS, LDA	Aquisição de Serviços de vigilância e segurança no MARF	Caução/Apólice/AGEAS	8 033,30
RIAL ENGENHARIA, LDA	Obra de empreitada de conceção e execução do pavilhão logístico E1C no MARF	Garantia Bancária/BCP	69 998,95
ECOAMBIENTE	Aquisição de Serviços de Limpeza Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos	Garantia Bancária/NB	11 998,80
Total			93 150,45

8

25.4. Proposta de aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado, no valor de 517.843,57 euros (quinhentos e dezassete mil, oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 51.784,36 euros (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos), seja transferido para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos do art. 19º dos Estatutos da sociedade.
- 466.059,21 euros (quatrocentos e sessenta e seis mil, cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados.

O Contabilista Certificado



Graça Maria Tavares Reis

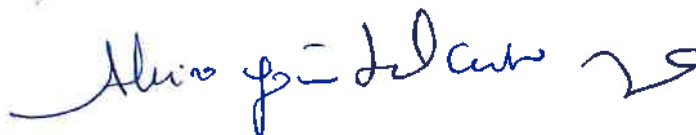
O Conselho de Administração da MARF, SA.



Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo



Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho



Adriano João Leal Cardoso Guerra

Faro, 15 de março de 2021

N



**RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL
ÚNICO E
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**





6

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- No âmbito do disposto no n.º2 do art.º 54.º do Decreto – Lei n.º 133/2013, de 2 de outubro, procedemos à apreciação do Relatório de Governo Societário emitido pelo Conselho de Administração da MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA, em cumprimento do n.º1 do referido articulado.

Da apreciação efetuada, concluímos que o Relatório de Governo Societário:

- Apresenta informação anual, verdadeira e completa sobre as matérias referentes às práticas de bom governo constantes do Capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da sociedade.
 - Encontra-se estruturado de acordo com o Manual emitido para o efeito pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) e divulga: i) um sumário executivo; ii) a missão, objetivos e políticas da Empresa; iii) estrutura de capital; iv) participações sociais e obrigações detidas; v) informação sobre os Órgãos Sociais e o modelo de governo adotado assim com da estrutura funcional; vi) apresentação da organização interna da Empresa, dos aspetos essenciais do controlo interno e gestão de riscos, regulamentos internos e códigos, assim como dos deveres especiais de informação; vii) remunerações; viii) transações com partes relacionadas e outras; ix) análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental; x) avaliação do Governo Societário; xi) anexos.
 - O Relatório do Governo Societário carece de aprovação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).
- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;



A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Acompanhámos e avalámos os impactos da pandemia do coronavírus COVID-19 na atividade da Empresa no ano de 2020 e a reflexão efetuada pelo Conselho de Administração, acerca dos possíveis impactos na sua atividade operacional futura.
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

- (a) A proposta de aplicação de resultados cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, ** de março de 2021

O Fiscal Único

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819

Registado na CMVM com o n.º 20170008



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA** (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 17.264.919,76 euros e um total de capital próprio de 11.984.790,15 euros, incluindo um resultado líquido de 517.843,57 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, SA** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis, do Código das Sociedades Comerciais;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, ** de março de 2021

O Revisor Oficial de Contas

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda
Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819
Registado na CMVM com o n.º 20170008

NE

LISTA DE PRESENÇAS

